

# **Relatório e Contas 2012**

Índice

Mensagem do Presidente .....	4
A Empresa .....	5
Acionistas .....	5
Cadeia de Valor .....	5
Principais Indicadores .....	7
A – Governo da Sociedade .....	9
1. Missão, Objetivos e Políticas .....	9
1.1. Missão .....	9
1.2. Visão .....	9
1.3. Valores .....	9
1.4. Objetivos e Políticas .....	9
1.5. Posicionamento Estratégico .....	10
2. Regulamentos Internos .....	10
3. Informação sobre Transações Relevantes .....	11
4. Modelo de Governo .....	12
4.1. Órgãos Sociais .....	12
4.2. Estrutura Organizacional .....	14
5. Remunerações e Outros Encargos .....	16
6. Análise de Sustentabilidade .....	18
7. Gestão do Capital Humano .....	19
8. I&D e Inovação .....	24
9. Ética e Prevenção da Corrupção .....	24
10. Controlo de Risco .....	24
11. Prevenção de Conflitos de Interesses .....	26
12. Divulgação de Informação .....	27
13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional .....	28
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa .....	29
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo .....	32
16. Relatório dos Administradores Não Executivos .....	36
B – ACTIVIDADE DA EMPRESA .....	37
1. Introdução .....	37
2. Enquadramento macroeconómico .....	37
3. Enquadramento do Setor .....	39
4. Regulação .....	42
5. Análise Económica e Financeira .....	43
6. Atividade Operacional .....	50
7. Objetivos de Gestão .....	56
8. Perspetivas para o Futuro .....	58
9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício .....	59
10. Sucursais da Sociedade .....	59
11. Considerações Finais .....	59
12. Proposta de Aplicação de Resultados .....	59
13. Anexo Ao Relatório .....	60
C – Contas do Exercício de 2012 .....	62
<b>Contas Individuais</b> .....	63
<b>Demonstrações Financeiras</b> .....	63
Demonstração da Posição Financeira (Balanço) .....	64
Demonstração dos Resultados .....	65
Demonstração das variações do capital próprio .....	66
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	67
Decomposição de caixa e seus equivalentes .....	68
<b>Notas às Demonstrações Financeiras</b> .....	69
1. Atividade económica da Águas do Norte Alentejano, S.A. .....	69
1.1. Introdução .....	69



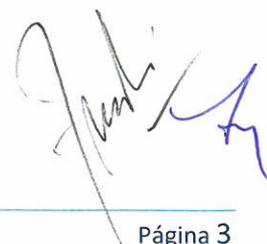
1.2.	Atividade.....	69
1.3.	Acionistas.....	69
1.4.	Aprovação das Demonstrações financeiras.....	70
2.	Políticas contabilísticas.....	70
2.1.	Bases de apresentação.....	70
2.2.	Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.....	81
2.3.	Atividade concessionada – IFRIC 12 regulatórios.....	82
2.4.	Ativos intangíveis.....	85
2.5.	Ativos e passivos financeiros.....	85
2.6.	Clientes e outras contas a receber.....	88
2.7.	Inventários.....	88
2.8.	Caixa e equivalentes de caixa.....	88
2.9.	Imparidade.....	88
2.10.	Capital.....	89
2.11.	Dividendos a pagar.....	90
2.12.	Subsídios do governo.....	90
2.13.	Provisões, ativos e passivos contingentes.....	90
2.14.	Fiscalidade.....	91
2.15.	Rédito.....	91
2.16.	Trabalhos para a própria empresa.....	92
2.17.	Gastos e perdas.....	93
2.18.	Eventos subsequentes.....	93
3.	Políticas de gestão do risco financeiro.....	94
3.1.	Fatores de risco.....	94
3.2.	Risco de crédito.....	94
3.4.	Risco de liquidez.....	96
3.5.	Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro.....	97
3.6.	Risco de capital.....	97
3.7.	Risco regulatório.....	98
4.	Estimativas e julgamentos.....	99
4.1.	Provisões.....	99
4.2.	Ativos intangíveis.....	99
4.3.	Imparidade.....	99
5.	Áreas de negócio.....	101
6.	Instrumentos financeiros por categoria.....	102
8.	Ativos intangíveis.....	102
8.1.	Movimentos do período.....	102
8.2.	DUI – movimentos do período.....	103
10.	Investimentos financeiros.....	103
11.	Impostos diferidos.....	104
12.	Clientes e outros ativos não correntes.....	106
12.1.	Municípios – acordos.....	106
13.	Inventários.....	107
14.	Clientes.....	107
14.1.	Clientes - municípios.....	108
14.2.	Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente).....	108
14.3.	Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento.....	108
15.	Estado e outros entes públicos.....	109
16.	Outros ativos correntes.....	109
17.	Caixa e bancos.....	110
18.	Capital.....	110
18.1.	Resultado por ação.....	110
18.2.	Movimentos do período.....	111
19.	Provisões.....	111
19.1.	Movimentos do período.....	111
21.	Empréstimos.....	112



## Relatório e Contas 2012

21.1.	Empréstimos por intervalos de maturidade .....	112
21.2.	Empréstimos por tipo de taxa de juro.....	112
21.3.	Linhas de crédito contratadas e não utilizadas .....	113
21.4.	Locação financeira .....	113
22.	Fornecedores e outros passivos não correntes.....	114
22.1.	Fornecedores.....	114
23.	Acréscimos de custos de investimento contratual.....	114
24.	Subsídios ao investimento .....	114
24.1.	Movimentos do período .....	115
25.	Fornecedores correntes.....	115
26.	Outros passivos correntes .....	115
27.	Imposto sobre o rendimento.....	115
27.1.	Imposto do exercício .....	116
27.2.	Reconciliação de encargo de imposto.....	116
27.3.	Prejuízos fiscais.....	117
28.	Vendas e prestação de serviços.....	117
28.1.	Vendas .....	117
28.2.	Prestação de serviços .....	117
29.	Custo das vendas.....	118
30.	Fornecimentos e serviços externos – “FSE's” .....	118
31.	Gastos com pessoal.....	118
31.1.	Quadro de pessoal .....	119
32.	Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	119
33.	Provisões e reversões do exercício .....	119
34.	Perdas por imparidade e reversões do exercício .....	119
35.	Outros gastos operacionais.....	120
36.	Outros rendimentos e ganhos operacionais .....	120
37.	Gastos financeiros.....	120
38.	Rendimentos financeiros .....	121
39.	Transações com entidades relacionadas .....	121
40.	Compromissos.....	123
41.	Ativos e Passivos contingentes .....	123
41.1.	Garantias prestadas.....	123
41.2.	Processos judiciais.....	124
41.3.	Injunções.....	124
41.4.	Outros contingentes.....	124
42.	Informações exigidas por diplomas legais .....	124
43.	Rendimento garantido.....	125
44.	Eventos subsequentes.....	127

**Relatório e parecer do Fiscal Único**  
**Certificação Legal de Contas**



### Mensagem do Presidente

Apesar das dificuldades resultantes da situação económica do país, particularmente sentidas no setor empresarial do Estado, foi preocupação da AdNA aumentar os seus níveis de atendimento e melhorar a qualidade do serviço prestado, sempre com grande preocupação de servir os Municípios Acionistas e também utilizadores.

Assim, no ano de 2012 iniciou-se o abastecimento em mais 7 pontos de entrega, tendo na atividade de saneamento se assistido ao arranque de mais 4 Estações de Tratamento de Água Residual, o que contribuiu para um aumento do volume de proveitos (vendas e prestações de serviços) de cerca de 7%.

Com um ano de atividade virado essencialmente para a exploração, concluíram-se no entanto em 2012 algumas empreitadas já iniciadas em anos anteriores, tendo ainda decorrido no ano em causa, a empreitada para instalação de medidores de caudal em 14 ETAR do Sistema.

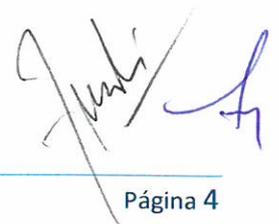
Refira-se ainda que foi levado a efeito um importante trabalho de implementação de melhorias ao nível das várias condutas do sistema, tais como instalações de novos equipamentos que permitem assegurar da melhor forma o abastecimento a várias localidades, reforço da desinfeção, lavagem etc.

A preocupação em reduzir gastos foi uma constante ao longo de 2012, razão pela qual a AdNA atinge o melhor Resultado Operacional de sempre, tendo este assumido o valor de € 1.437.438,34

Fruto do aumento dos spread e apesar da AdNA em 2012 ter reduzido o seu endividamento, o montante de total de gastos financeiros em 2011 foi de € 3.973.118,86 sendo em 2012 de € 4.152.077,77 o que dá um aumento real de 4,5%, este aumento associado à redução dos valores capitalizáveis, em consequência do fraco investimento em curso do ano, influenciou negativamente o Resultado Líquido da empresa que se situou no valor negativo de € 1.335.116,04.

A adoção de boas práticas ambientais bem como do controlo e racionalização de recursos naturais inerentes ao desenvolvimento da atividade da empresa, veio garantir a manutenção da certificação ao nível de Ambiente, Segurança e Qualidade.

Conscientes que a estratégia definida para a reestruturação do sector das águas e resíduos, irá, no curto prazo, introduzir as alterações estruturais necessárias à viabilização do Sistema Multimunicipal do Norte Alentejano, e das dificuldades económicas agravadas, pela situação económico financeira do país, que se vive nesta zona interior do Alentejo, trabalharemos em 2013 numa perspetiva para melhoria de eficiência como forma de atingir uma melhor eficácia e assim contribuir para a satisfação dos nossos Acionistas e Utilizadores.



## A Empresa

A sociedade AdNA – Águas do Norte Alentejano S.A. foi criada através do Decreto-Lei n.º 105/2001, de 31 de Março é responsável pela exploração e gestão, do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Norte Alentejano.

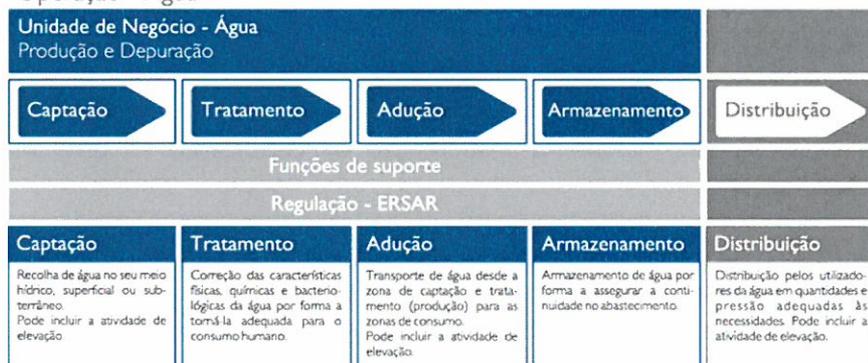
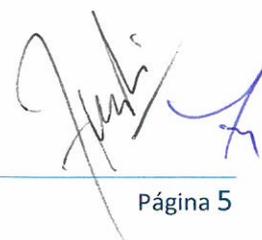
## Acionistas

De acordo com o Decreto – Lei 128/2000 de 6 de Julho nos termos do artigo 3º o exclusivo da exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte Alentejano foi adjudicado, em regime de concessão, à sociedade anónima ser constituída, pela AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A. tendo também como acionistas os municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel.

Assim e de acordo com o acima exposto, o Decreto-Lei 105/2001 de 31 de Março de define no seu artigo 3ª que “são titulares ordinários das ações da sociedade os municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel com um total de 49% do capital social com direito a voto e a AdP – Águas de Portugal SGPS, S.A, com 51% do capital social com direito a voto.”

## Cadeia de Valor

Operação - Água

Operação - Saneamento

<b>Unidade de Negócio Água</b> Produção e Depuração					
Recolha	Transporte	Tratamento	Processamento	Destino Final	
			Reutilização	Distribuição	
Funções de suporte					
Regulação - ERSAR					
<b>Recolha</b>	<b>Transporte</b>	<b>Tratamento</b>	<b>Processamento</b>	<b>Destino Final</b>	
Recolha das águas residuais produzidas. Pode incluir a atividade de elevação.	Transporte das águas residuais desde o ponto de recolha até às unidades de tratamento de águas residuais. Pode incluir a atividade de elevação.	Correção das características físicas, químicas e biológicas tendo em consideração o meio receptor.	Processamento de lamas (fase sólida) geradas no tratamento das águas residuais em função do destino final.	Descarga no meio receptor das águas residuais tratadas. Encaminhamento de lamas, gorduras e areias para aterro sanitário e/ou valorização agrícola, energética ou outras.	
			<b>Reutilização</b>	<b>Distribuição</b>	
			Utilização das águas residuais tratadas (fase líquida) para usos compatíveis com a sua qualidade. Pode incluir a atividade de elevação.	Encaminhamento para usos compatíveis, nomeadamente para rega de espaços verdes.	



## Principais Indicadores

<b>Elementos Económicos e Financeiros</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Capital Social (€)	7.500.000,00 €	7.500.000,00 €	7.500.000,00 €
Capital Próprio (€)	- 2.969.695,62 €	- 3.871.232,48 €	- 5.206.348,52 €
Ativo Líquido Total (€)	129.256.642,49 €	137.933.537,54 €	126.535.815,15 €
Investimento (€)	10.961.526,58 €	7.007.035,82 €	2.035.194,19 €
Vendas e Serviços Prestados (€)	6.754.558,69 €	8.045.299,66 €	8.616.307,07 €
Result. Antes Impostos; Result. Financ. e Amortiz. (EBITDA) (€)	1.843.900,74 €	4.662.005,66 €	4.191.021,71 €
Resultado Antes de Impostos (€)	- 2.182.953,67 €	- 806.207,32 €	- 1.608.894,07 €
Resultado Líquido do Exercício (€)	- 1.383.829,68 €	- 901.536,86 €	- 1.335.116,04 €

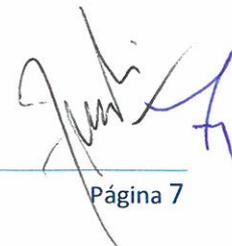
<b>Elementos de Atividade</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Número de Trabalhadores em 31 de Dezembro (incluindo os elementos do Conselho de Administração)	88	87	86
Número de Estagiários em 31 de Dezembro	0	0	0
Número de Clientes	15	15	15
Número de Municípios Abrangidos			
Abastecimento	15	15	15
Saneamento	15	15	15
Número de Municípios Servidos			
Abastecimento	11	13	13
Saneamento (1)	15	15	15
População Abrangida (2)			
Abastecimento	117.550	117.550	117.550
Saneamento	117.550	117.550	117.550
População Servida			
Abastecimento	85.800	95.803	104.082
Saneamento	90.612	94.625	95.972
Extensão da rede em funcionamento (km)			
Abastecimento	557	572	573
Saneamento	14	30	42
Número de ETA em funcionamento	12	16	18
Número de Reservatórios em funcionamento	6	8	8
Número de Estações Elevatórias em funcionamento			
Abastecimento	12	15	15
Saneamento	14	21	23
Água Total Tratada (m3)	8.492.256	8.560.967	9.167.954
Capacidade diária de tratamento de água potável (m3/dia)	48.243 <sup>(4)</sup>	49.112	49.400
Número de ETAR em funcionamento	51	57	61
Caudal afluente à ETAR (m3)	9.363.004	8.850.305	6.679.303
Capacidade diária de tratamento de efluentes (m3/dia)	25.012	26.526	29.590

(1) Contabilizadas ETAR em fase de arranque.

(2) População residente com base nos Censos de 2001.

(3) Capacidade Máxima instalada (não necessariamente em serviço)

(4) Capacidade Máxima em Serviço



<b>Elementos Económicos e Financeiros</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
<b>Margem EBITDA (1)</b>	29,75%	51,47%	48,64%
<b>Solvabilidade (2)</b>	-0,02	-0,02	-0,03
<b>Autonomia Financeira (3)</b>	-2,31%	-2,83%	-4,15%

(1) Margem EBITDA = (EBIT + Amortizações + Provisões - Subsídios) / Volume de negócios

(2) Solvabilidade = (Capital próprio + Subsídios ao Investimento) / Passivo

(3) Autonomia Financeira = Capital Próprio / (Ativo - Subsídios ao Investimento).

## Principais Acontecimentos

A situação vivida no país, as novas regras provenientes da Lei do Orçamento de Estado associadas à estratégia de reestruturação do sector, foram os importantes fatores que marcaram o decorrer ano de 2012.

Assistiu-se, assim, pelo acima exposto, a índices de realização do investimento abaixo dos valores previstos.

Ao nível das rubricas de rendimentos registou-se um aumento na ordem dos 7%, relativamente ao ano anterior, que resultou do inicio do abastecimento a mais 7 pontos de entrega e do arranque de 4 novas ETAR.

A garantia de qualidade da água aduzida foi uma enorme preocupação do ano de 2012, nomeadamente no sistema Pova, que implicou desafios significativos à empresa, mas que, devido ao esforço realizado e à disponibilidade, colaboração e compreensão dos Municípios acionistas e utilizadores, todas as questões foram superadas, com o mínimo incómodo para os utilizadores finais.

Apesar do aumento constante de spreads praticados pelas Instituições de Crédito, a AdNA registou um aumento de 4,5% na rubrica de gastos e perdas financeiras, apesar de em abril de 2012 se ter efetuado uma amortização na ordem dos seis milhões de euros num empréstimo de curto prazo.

A gestão de tesouraria da AdNA, não foi, em 2012, tarefa fácil, devido aos constrangimentos resultantes da situação económica vivida no país e muito especificamente ao nível dos Municípios, tendo a dívida destes, apesar dos esforços que têm sido levados a efeito por ambas as partes, com vista a melhoria dos prazos de recebimento, vindo a aumentar.

Em 2012, foi ainda dada continuidade a todo o trabalho ao nível da política ambiental tendo-se obtido a manutenção da certificação ao nível de Ambiente, Segurança e Qualidade, foi também uma preocupação e um objetivo atingido em 2012.

A procura de diálogo, com os acionistas foi uma constante no ano de 2012, procedimento que se espera continuar a fomentar em 2013.



## A – Governo da Sociedade

### I. Missão, Objetivos e Políticas

#### I.1. Missão

À AdNA compete prestar serviço público no âmbito do abastecimento de água e na recolha e tratamento de águas residuais no Norte Alentejano, num contexto global, onde os compromissos com o Ambiente, Qualidade, Segurança, Responsabilidade Social e a dinâmica económico-financeira, se combinam e refletem “todo o seu caminhar...”.

Ao longo deste Relatório estão evidenciadas as formas e procedimentos levados a efeito no sentido de cumprir a nossa missão.

#### I.2. Visão

A AdNA pretende ser uma empresa de referência, na prestação de serviços no domínio do abastecimento de água potável e saneamento de águas residuais, sempre com um objetivo: as pessoas e a gestão empresarial.

#### I.3. Valores

A AdNA assume como valores o seguinte:

- **Satisfação dos clientes**, consumidores e público em geral, enquanto fator de reconhecimento da empresa como prestadora de serviço público;
- **Qualidade ambiental** como fator para a qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- **Conhecimento pluridisciplinar, competência e profissionalismo** como premissas para um bom desempenho da empresa como um todo;
- **Espírito de Equipa**, apoiado na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores enquanto fator de sucesso para a empresa.

#### I.4. Objetivos e Políticas

- Assegurar o abastecimento de água em quantidade e qualidade, às populações, bem como assegurar o tratamento e rejeição de águas residuais, cumprindo a legislação nacional e comunitária;
- Executar uma gestão eficaz a custos controlados, permitindo a fixação de tarifas socialmente aceitáveis, e o estrito cumprimento do Contrato de Concessão;
- Contribuir para a gestão sustentável dos recursos hídricos da região;
- Contribuir para a melhoria das condições socioeconómicas e da qualidade de vida das populações.

## 1.5. Posicionamento Estratégico

Concretizar a implementação dos sistemas definidos no Contrato de Concessão de forma a permitir o abastecimento de água e a recolha e tratamento das águas residuais urbanas ao Norte Alentejano.

Envolver ativamente e empenhadamente todos os municípios no Projeto AdNA, quer ao nível das soluções técnicas preconizadas para a implementação do sistema em “alta”, quer ao nível do cumprimento das suas obrigações como acionistas/clientes.

## 2. Regulamentos Internos

Com a preocupação de espelhar procedimentos e evitar situações de “discriminação”, a Administração aprovou os seguintes Regulamentos:

- Regulamento de Utilização de viaturas;
- Regulamento de Atribuição de viaturas;
- Regulamento de Controlo de Combustíveis e Portagens;
- Regulamento de Prevenção de Controlo de Alcoolemia;
- Regulamento de Utilização de telemóveis e acessórios de acesso remoto à Internet.

**Regulamento de Aquisição, Atribuição e Utilização de Viaturas** – Este regulamento define em concreto as regras de atribuição das viaturas bem como as regras de utilização das mesmas, tendo espelhado pormenorizadamente quais os custos em que podem incorrer os trabalhadores com a utilização destas. Acresce que este regulamento veio criar a obrigação de monitorizar mensalmente os custos efetivos com utilização das viaturas.

**Regulamento de Atribuição e Utilização de Telemóveis e Acessórios de Acesso Remoto à Internet** - A grande importância deste regulamento, prende-se com o facto de definir claramente em que condições, pode ser atribuído o telemóvel a um colaborador e as regras para a utilização do mesmo, bem como no tocante a acessórios de acesso remoto à Internet, obrigando sempre ao efetivo controlo mensal de todos os custos daqui resultantes.

**Regulamento Interno de Prevenção e Controlo de Alcoolemia** - tem como principal objetivo atuar preventivamente no controlo do consumo de álcool no horário de trabalho.

O documento contém medidas de natureza preventiva, curativa, assistencial e punitiva como forma não só de prevenir eventuais alterações comportamentais dos colaboradores aquando da realização das suas atividades diárias, como também é uma forma de controlar internamente o problema, desencorajando a imoderação.

Destaca-se como aspeto relevante do presente regulamento o estabelecimento de um conjunto de ações com o objetivo de promover e educar para a saúde, melhorando o bem-estar e a segurança dos Colaboradores da AdNA.

Os testes realizados aos Colaboradores da AdNA são da responsabilidade dos Técnicos Superiores de Segurança internos e decorrem de sorteios realizados periodicamente. O bom desempenho que a empresa tem obtido nesta matéria é motivo de satisfação e destaca o profissionalismo e o comprometimento de todos para com o regulamento vigente na procura constante da melhoria contínua, no desenvolvimento da atividade da empresa.

### 3. Informação sobre Transações Relevantes

O relacionamento das empresas participadas com a unidade de serviços partilhados, a AdP Serviços Ambientais, SA, funciona no quadro de uma relação in house estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP – Águas de Portugal SGPS, SA.



### 4. Modelo de Governo

O Modelo de governo da Águas do Norte Alentejano, S. A. tem como enquadramento os Estatutos da sociedade, aprovados pelo Decreto-Lei 105 / 2001 de 31 de Março, o Estatuto do Gestor Público (EGP) aprovado pelo Decreto- Lei nº 71/2007 de 27 de Março e os Princípios de Bom Governo estabelecidos pela Resolução do Conselho de Ministro (RCM) nº 49/2007, de 28 de Março com os quais se pretende assegurar a melhoria e transparência do governo da sociedade bem como o Código das Sociedades Comerciais.

#### 4.1. Órgãos Sociais

##### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Vice-Presidente - Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária - Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira

##### FISCAL ÚNICO

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

Representado pelo Dr. Rui Abel Serra Martins ou Dr. João Carlos Miguel Alves

Suplente – Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira



##### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente – Dr. Joaquim Marques Ferreira

Administrador Executivo – Eng. José Luís Caseiro

**Dr. Joaquim Marques Ferreira**



**Habilitações Académicas**

**Principais funções e cargos desempenhados**

- Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa.
- Carreira Profissional
- Técnico da Secretaria de Estado do Orçamento;
- Presidente do Instituto da Conservação da Natureza;
- Presidente da Comissão Nacional da REN;
- Administrador da Empresa de Desenvolvimento Infraestruturas do Alqueva (EDIA);
- Consultor de Empresas;
- Coordenador de Planos de Bacia Hidrográfica dos Rios Internacionais;
- Presidente do Conselho de Administração da EDIA;
- Assessor do Instituto da Água;
- Membro do Conselho Nacional da Água;
- Presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro Alentejo, S.A.;

**Funções Atuais**

- Gestor da Unidade de Negócios da Água – Produção e Depuração da AdP, SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A, Presidente do Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A., Presidente do Conselho de Administração da SIMARSUL-Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Águas Públicas do

**Eng. José Luís Caseiro**

Nasceu em Leiria a 15 de Março de 1960.

**Habilitações Académicas**



Licenciatura em Engenharia Electrotécnica e Mestrado em Sistemas e Automação na Universidade de Coimbra.

**Principais funções e cargos desempenhados**

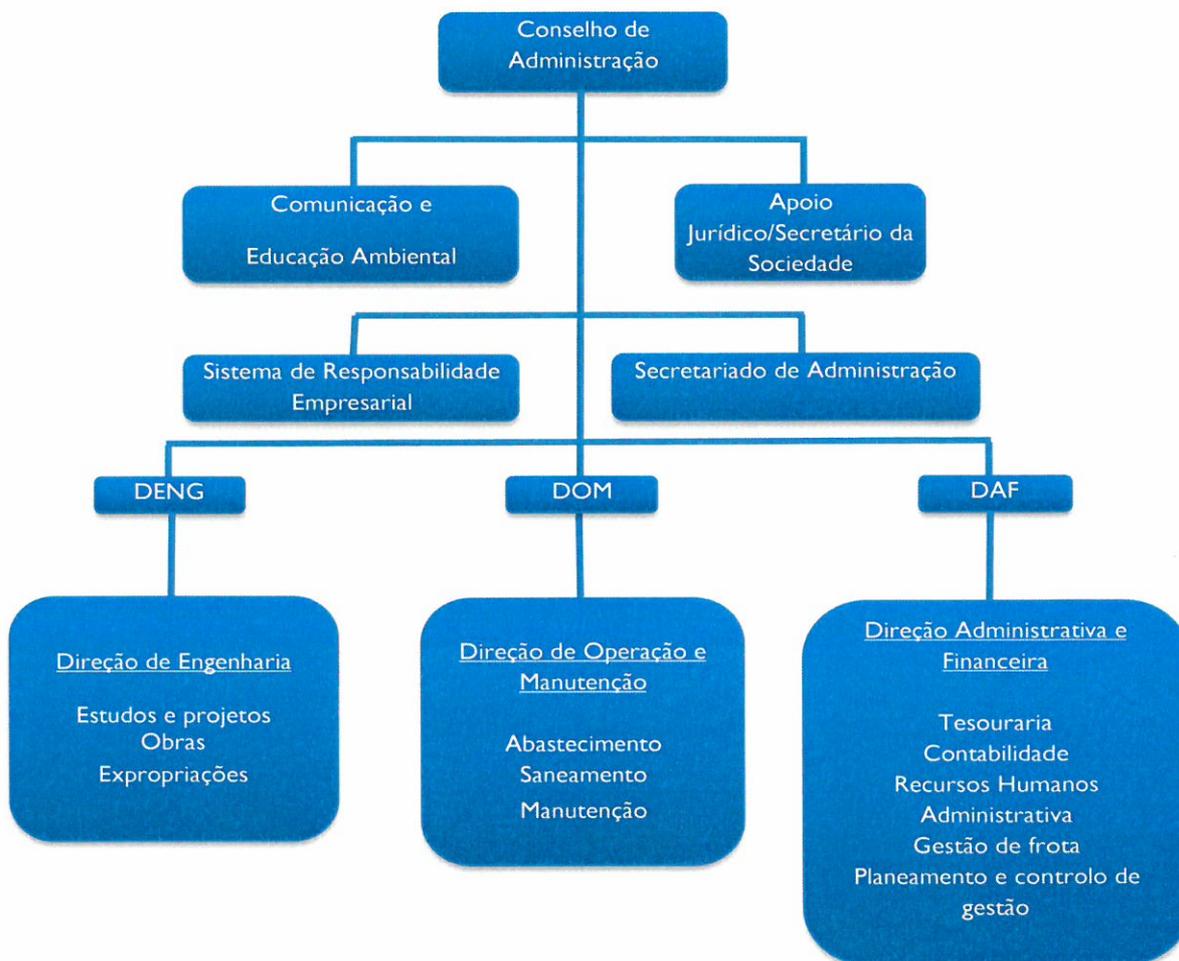
- Diretor de Exploração da SIMLIS – Saneamento integrado dos Municípios do Lis, S.A., desde Março de 2000 até Maio de 2010;
- Docente no Curso de Licenciatura em Engenharia da Energia e do Ambiente, no ISLA – Instituto Superior de Línguas e Administração de Leiria;
- Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria, desde 1980 a Março de 2000.

**Funções Atuais**

- Administrador Executivo da empresa Águas do Norte Alentejano, do Grupo AdP, desde Junho de 201

#### 4.2. Estrutura Organizacional

Para o correto exercício das suas funções a AdNA dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio ao desenvolvimento da atividade da empresa, responsáveis pela definição e implementação das políticas do grupo AdP, pela gestão dos recursos e pela avaliação e controlo.



Do ponto de vista dos níveis organizacionais e de decisão, encontram-se os mesmos implementados a três níveis.

1º Conselho de Administração

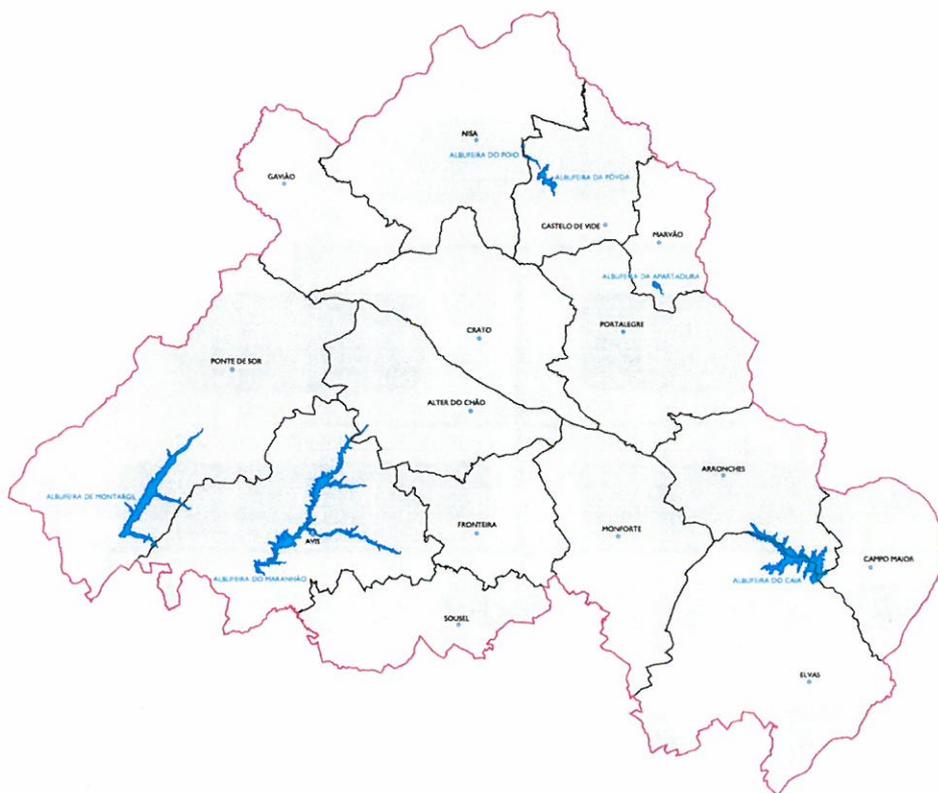
2ª Administrador Delegado, existindo competências definidas em sede de Conselho de Administração.

3ª Diretores por Direções de Operação, Engenharia e Administrativa e Financeira, nomeados em comissão de serviço

No ano de 2012 foram realizados doze reuniões de Conselho de Administração.



A figura abaixo ilustra a área de abrangência da AdNA.



### Relações com Stakeholders

A Águas do Norte Alentejano, S.A. cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders, nomeadamente, acionistas, reguladores, clientes, fornecedores, pessoal, entre outros.

## 5. Remunerações e Outros Encargos

Com efeitos a 1 de Abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor

### 1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato 2010-2012	Presidente	Vice-Presidente <sup>(1)</sup>	Secretário <sup>(1)</sup>
<b>Ano de 2012</b>			
I.I. Senhas de presença (a)		€ 363	€ 242

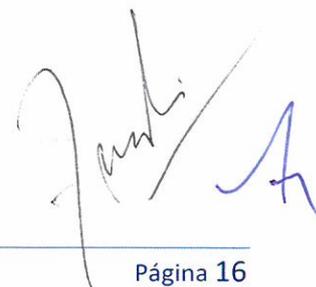
#### Legenda

(a) - Corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado

<sup>(1)</sup> Valores facturados pela Águas de Portugal, SGPS, S.A.

### 2. Órgão (s) de Fiscalização

Mandato 2010-2012	Fiscal Único	
	Valor Anual	
Ano de 2012	2011	2012
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.	€ 11.000	€ 9.350



3. Conselho de Administração

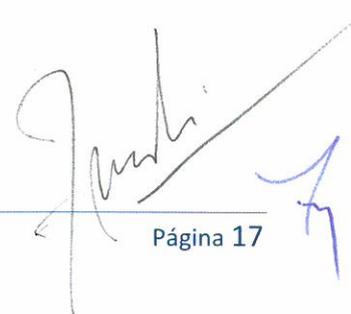
Mandato 2010-2012	Presidente Executivo <sup>(1)</sup>	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo
<b>Ano de 2012</b>			
<b>Adaptado ao EGP (Sim/Não)</b>	<b>Sim</b>	<b>Sim</b>	
<b>Remuneração total (1.+2.+3.+4.)</b>	<b>€ 15.178</b>	<b>€ 50.569</b>	
<b>OPRLO (Sim/Não)</b>	<b>Não</b>	<b>Não</b>	
<b>Entidade de origem</b>	<b>NA</b>	<b>NA</b>	
<b>Entidade pagadora (origem/destino)</b>			
1.1. Remuneração anual	€ 22.050	€ 60.417	
1.2. Despesas de representação (anual)		€ 10.592	
1.3. Senhas de presença (anual)			
1.4. Redução decorrente da Lei n.º 12-A/2010	€ 888	€ 3.232	
1.5. Redução decorrente da Lei n.º 64-B/2011	€ 1.686	€ 4.887	
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	€ 4.298	€ 12.322	
1.7. Reduções de anos anteriores			
<b>1. Remuneração anual efetiva líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)</b>	<b>€ 15.178</b>	<b>€ 50.569</b>	
2. Remuneração variável			
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)			
4. Outras			
Subsídio de deslocação			
Subsídio de refeição		€ 1.461	
<b>Encargos com benefícios sociais</b>			
Regime de proteção social (ADSE/Seg.Social/Outros)		€ 10.418	
Seguros de saúde		€ 1.483	
Seguros de vida		€ 980	
Seguro de acidentes pessoais			
Outros (indicar)			
<b>Acumulação de Funções de Gestão (S/N)</b>	<b>N</b>	<b>N</b>	
<b>Parque automóvel</b>			
Modalidade de utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)		ALD	
Valor de referência da viatura nova		€ 32.544	
Ano de início		2008	
Ano de termo		2013	
N.º de prestações (b)		60	
Valor residual		€ 18.280	
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		€ 7.901	
Combustível gasto com a viatura de serviço <sup>*(1)</sup>		€ 2.870	
Plafond anual de combustível atribuído		€ 2.118	
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)		€ 2.339	
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)		Sim	
(*) diferencial entre (1) e (2) relativo a deslocações profissionais			
<b>Outras regalias e compensações</b>			
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis		€ 80	
Gastos anuais com comunicações móveis		€ 614	
Outros (indicar)			
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)		Sim	
<b>Gastos c/ deslocações</b>			
Custo total anual c/ viagens			
Custos anuais com alojamento			
Ajudas de custo		€ 25	
Outros (indicar)			

Legenda

(a) - Corresponde à Remuneração Anual Bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem, caso essa opção tenha sido autorizada

(b) - Caso a Viatura de Serviço tenha sido adquirida através de contratos de Leasing, ALD, AOV, Renting, etc., deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas

S - Sim; N - Não; NA - Não Aplicável; <sup>(1)</sup> Valores pagos à Águas de Portugal SGPS, S.A.



## 6. Análise de Sustentabilidade

A procura permanente em efetuar uma gestão eficiente dos seus recursos, visando a eficácia económica e financeira, pugnando pelo respeito das normas de qualidade, segurança e os mais altos valores sociais, sempre no caminho do desenvolvimento sustentável tem sido uma preocupação constante da Águas do Norte Alentejano, S. A., consciente que está, da responsabilidade que assumiu enquanto gestora de um sistema de abastecimento e saneamento de toda a área do Norte Alentejano,

Aos enormes desafios que surgem, económicos e financeiros, de recursos humanos, etc, acrescem os desafios ao nível da sustentabilidade no sector da água, relacionados com a utilização racional de recurso, nomeadamente ao uso racional da água e a sensibilização para este facto, com a recolha e tratamento de águas residuais e a sua reutilização, com o fornecimento aos clientes de água em quantidade e com qualidade adequada, entre outros.

A sustentabilidade está patente na política empresarial da AdNA, já referida no ponto 1.4.

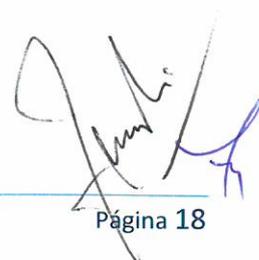
### Indicadores Sociais

No quadro do desenvolvimento sustentável em que a Águas do Norte Alentejano desenvolve a sua atividade é patente a todos os níveis da organização o seu empenho no cumprimento de obrigações de responsabilidades sociais com os seus colaboradores, clientes, acionistas, fornecedores e comunidade.

### Indicadores Ambientais e de Segurança

As questões ambientais cruzam inevitavelmente os objetivos da atividade da AdNA, nomeadamente na gestão eficiente dos recursos hídricos, bem como na melhoria da qualidade da água dos meios naturais conseguidos através do tratamento adequado das águas residuais. Com a extensão do Sistema de Responsabilidade Empresarial, à vertente Ambiente, foi instituída na Organização uma Política Ambiental que se caracteriza pela adaptação de boas práticas ambientais e pelo controlo e racionalização de recursos naturais inerentes ao desenvolvimento da atividade da empresa e interação com o meio ambiente.

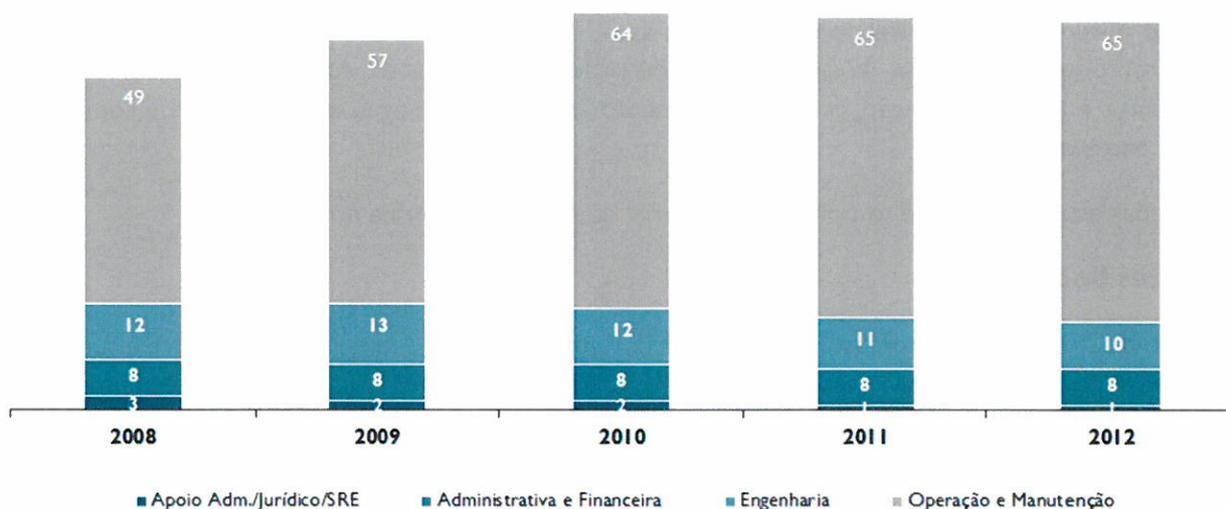
A Segurança no trabalho para além de ser um requisito legal é também uma das vertentes do SRE que tendo obtido certificação assume ainda um maior grau de importância pois espelha o compromisso da Organização nesta matéria, quer para com os seus colaboradores quer para todas as partes interessadas.



## 7. Gestão do Capital Humano

A Águas do Norte Alentejano S.A. não ficou alheia às necessidades de contenção de gastos, tendo sido levado a efeito uma política de reestruturação e redefinição de meios, que não permitiu a contratação de mais trabalhadores nem a substituição de eventuais saídas, assim o ano de 2012 concluiu com 84 colaboradores, menos um do que o ano anterior.

**Distribuição RH (2008-2012)**  
(nº de colaboradores)



O gráfico acima apresenta a distribuição de trabalhadores por áreas funcionais da empresa, sendo visível a redução de ativos na direção de engenharia.

Distribuição de RH por dir.	2008	2009	2010	2011	2012
Apoio Adm./Jurídico/SRE	3	2	2	1	1
Direcção Administrativa e Financeira	8	8	8	8	8
Direcção de Engenharia	12	13	12	11	10
Direcção de Operação e Manutenção	49	57	64	65	65
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>80</b>	<b>86</b>	<b>85</b>	<b>84</b>

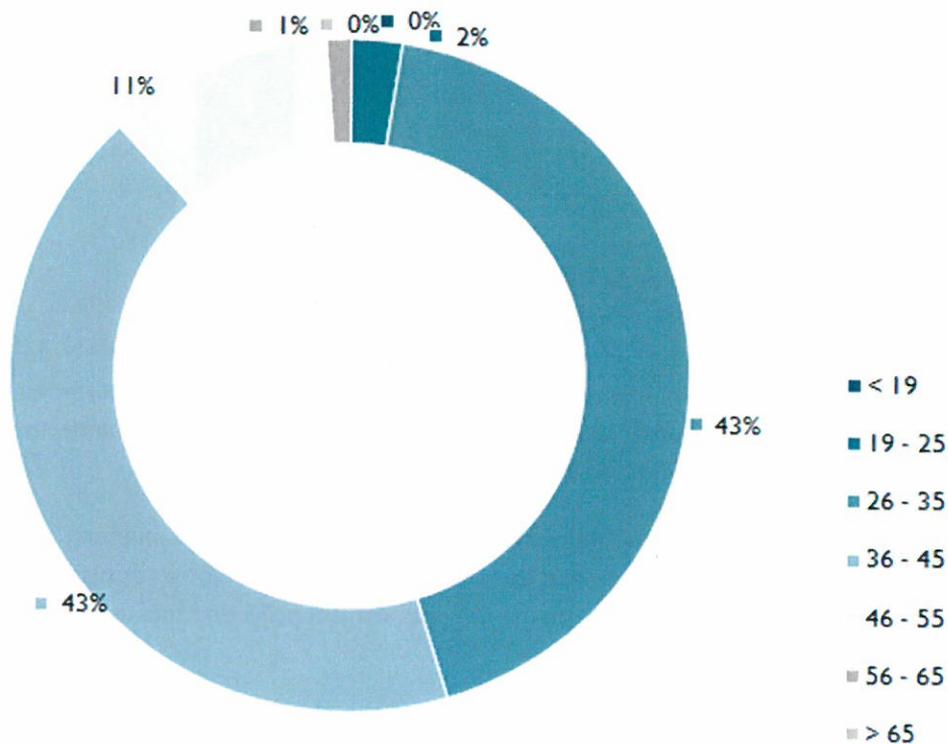
A política de admissão de pessoal foi orientada ao longo dos anos, para a admissão de colaboradores jovens, tendo a empresa procurado fazer seleção recorrendo a jovens desempregados que se encontravam inscritos nos Centros de Emprego da zona de abrangência da empresa ou por entrega de candidaturas espontâneas na AdNA,

Conforme se poderá verificar no gráfico abaixo, em consequência da política de contratação acima referida, no quadro de pessoal da empresa, 43% dos efetivos da empresa situam-se na faixa etária entre os 26 e 35 anos e na faixa etária entre os 36 e 45 anos, sendo que apenas cerca de 12% dos colaboradores, estão acima dos 46 anos de idade.



O gráfico abaixo demonstra esta realidade.

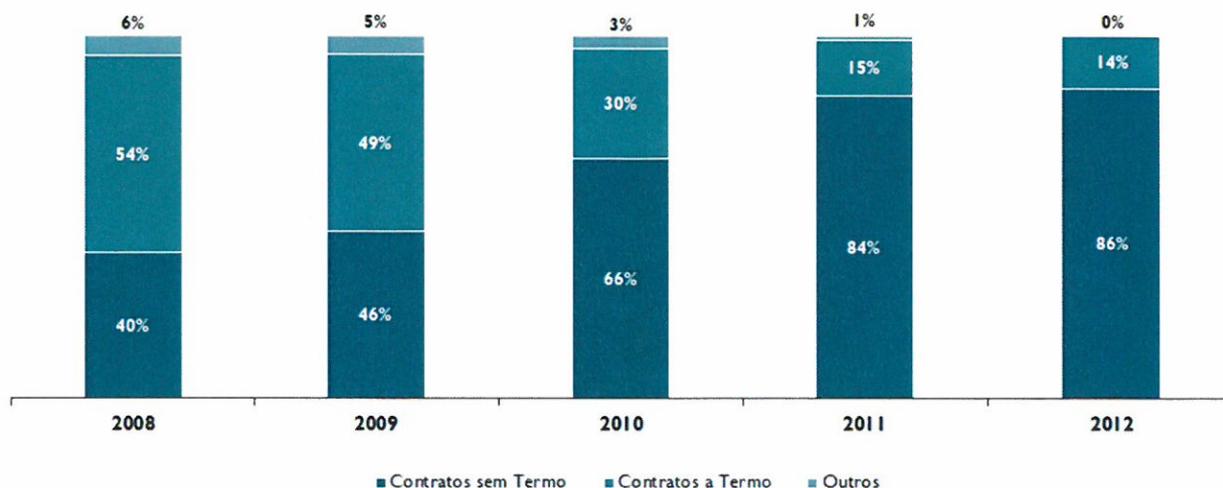
Distribuição de RH por nível etário



A política de contratação da AdNA, consubstancia-se em dois fatores, a necessidade ou não de manutenção do respetivo posto de trabalho e a avaliação do trabalhador ao nível do bom desempenho e consequente desenvolvimento de competências. Assim, sempre que se confirmam estas duas condições renova-se a contratação do trabalhador respeitando os mecanismos legais para o efeito.

Tal como podemos verificar no gráfico abaixo, pelo facto de não terem sido efetuados novos processos de recrutamento desde 2010, são cada vez em maior percentagem os contratos sem termo.

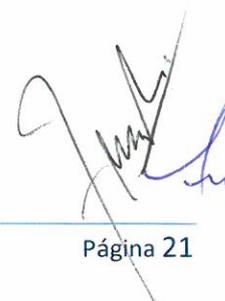
Vínculo contratual (2008-2012)  
(% de nº de colaboradores)

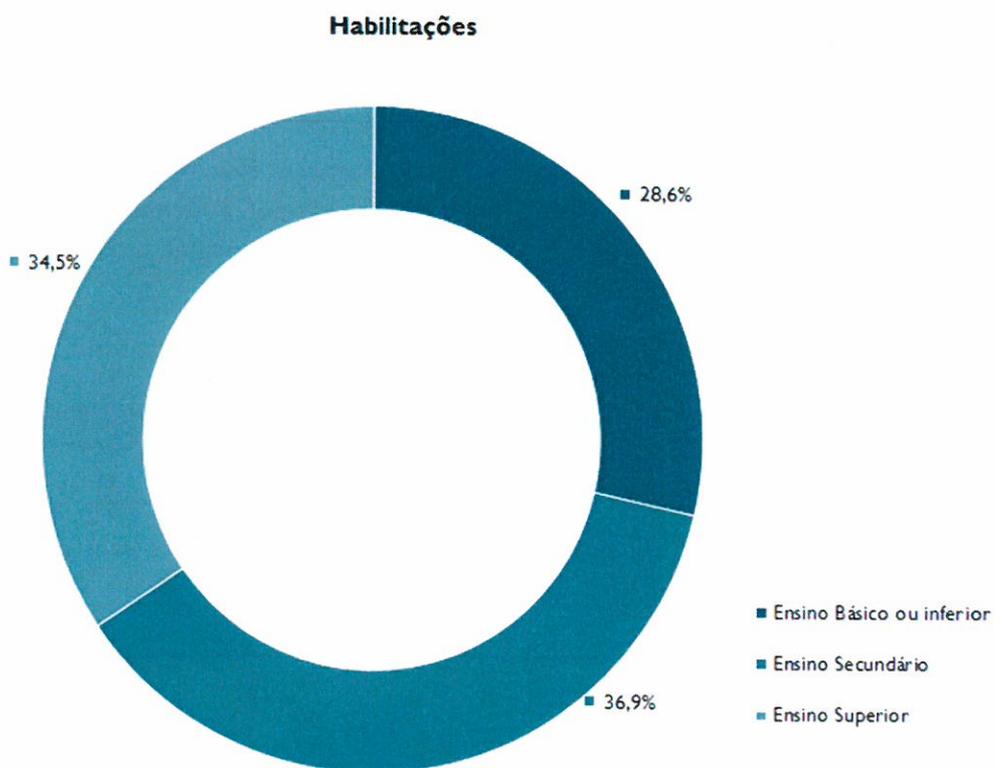
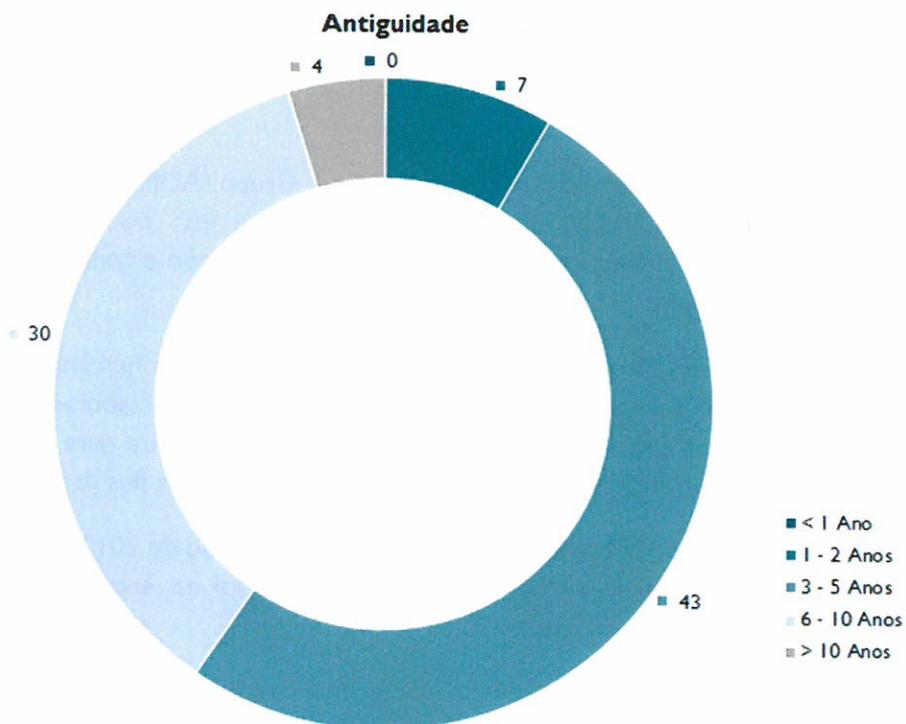


A percentagem de colaboradores com vínculo laboral sem termo é, já, em 2012 de 86%, tendo a percentagem de colaboradores com contrato a termo reduzido para 14%. Refira-se que no que denominamos no gráfico de “outras situações” se incluíam os trabalhadores requisitados ou com contrato de trabalho a termo incerto, situação que em 2012 já não existiu.

A antiguidade dos colaboradores está naturalmente associada à evolução do número de colaboradores, assim como à política de gestão de recursos humanos a qual tem como objetivo apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores, pugnando pela manutenção dos melhores profissionais ao seu serviço.

É no âmbito da política de desenvolvimento pessoal e profissional, que no início de cada ano é lavado a efeito um processo de avaliação de competências e objetivos e se define o plano de desenvolvimento pessoal, de acordo com as necessidades de cada colaborador e com a concordância destes. Deste trabalho resulta o plano de formação anual da AdNA.





No âmbito da política de desenvolvimento pessoal e profissional, no início de cada ano é levado a efeito um processo de avaliação de competência e objetivos define-se o plano de desenvolvimento pessoal, de acordo com as necessidades de cada colaborador e com a concordância destes. Deste trabalho resulta o plano de formação anual da AdNA.

Também o Regulamento Interno de Valorização Profissional do Grupo ADP, tem sido uma linha de orientação na política de recursos humanos da AdNA, traduzindo-se esta no apoio à realização de Mestrados, Pós-graduações, Ações de Formação Internas etc, todas elas visando o “enriquecimento” pessoal e profissional dos nossos colaboradores.

Porque a formação profissional é um fator fundamental da gestão de recursos humanos é a mesma uma preocupação e prioridade da empresa, visando a constante valorização dos seus colaboradores, em domínios diretamente relacionados com a sua atividade e que contribuam inequivocamente para o aumento do seu capital intelectual e profissional, mostrando-se adequados ao prosseguimento dos fins da empresa.

De salientar que, apesar de a política de contenção de custos, em vigor no ano de 2012, ter sido responsável por alguma redução no número de horas de formação efetuada, não foi no entanto posto em causa o cumprimento da legislação em vigor sobre esta matéria.

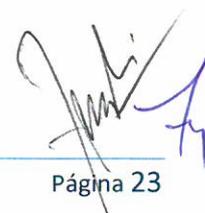
O quadro abaixo resume o número de horas de formação ministrada em 2012 bem como em anos anteriores.

Ações de formação	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de ações	19	20	30	21	17
Nº de horas das ações	2478	2880	3602,5	3387	2563
Nº de colaboradores em formação	72	80	86	85	84
Média de horas de formação/colaborador	34	36	42	40	31

No que respeita aos índices de assiduidade, o ano de 2012, registou uma redução muito significativa, provocada por vários aspetos, nomeadamente licenças parentais, baixas por acidentes de trabalho, e baixas por doença, tendo o principal fator de ausência sido a licença parental, que assume cerca de 50% de todo o ripo de ausências.

O quadro abaixo espelha a evolução do tempo de trabalho nos últimos anos.

Tempo de trabalho	2009	2010	2011	2012
Nº potencial de horas	142.356	153.439	155.320	156.492
Horas de ausência	4.833	6.152	3.387	9.525
Taxa de absentismo	3,39%	4,01%	2,18%	6,09%
Taxa de assiduidade	96,61%	95,99%	97,82%	93,91%



### 8. I&D e Inovação

Em 2012, foi dada continuação aos ensaios iniciados em 2011, com vista a uma mais eficiente remoção de matéria orgânica afluyente às ETAs.

Foi desenvolvida investigação sobre a eficácia de novos métodos, utilizando 2 unidades piloto de microfiltração de diversas malhas filtrantes, entre 1 e 10 micron e em diversos materiais, microfibras e aço inox.

O resultado destes ensaios, ainda em curso, visam avaliar por um lado a eficácia desta tecnologia, que crê-se ser uma solução de futuro, avaliando a sua viabilidade económica nas linha de tratamento, já que se pretendem reduzir os custos de operação das instalações de tratamento, nomeadamente, através da redução do número de lavagens de filtros, redução de reagentes, energia, etc. Por outro lado tratar-se-ia de um reforço tecnológico, que conferiria à água, características que permitem maior estabilidade ao longo do processo de adução.

### 9. Ética e Prevenção da Corrupção

A Águas do Norte Alentejano S. A. aprovou em Conselho de Administração o Código de Ética e Conduta, à semelhança do adotado pela Águas de Portugal e extensível a todos os colaboradores e membros do Conselho e tem por objetivo ser uma referência formal e institucional para a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores, tornando-se um elemento orientador no relacionamento quer entre colaboradores quer entre os públicos externos.

O Código de Conduta e Ética do Grupo AdP está disponível no site da AdNA, no endereço:

[http://www.adna.com.pt/sites/adna.com.pt/files/codigo\\_de\\_conduta\\_e\\_etica.pdf](http://www.adna.com.pt/sites/adna.com.pt/files/codigo_de_conduta_e_etica.pdf)

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi devidamente atualizado em 2011 e novamente aprovado em reunião de Conselho de Administração, tendo sido enviado a 29 de Dezembro, para o Presidente do Tribunal de Contas e Conselho de Prevenção da Corrupção.

Este plano encontra-se disponível no site da AdNA, no endereço:

<http://www.adna.com.pt/A%20Empresa/Plano%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20Riscos>

### 10. Controlo de Risco

A Aguas do Norte alentejano S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2012 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo



criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:

<b>Classes</b>	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/ Infraestrutura	Conformidade	Reporte
<b>Categorias</b>	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira		
		Estratégia	Recursos Humanos		
		Planeamento	Tecnologias de Informação		
			Legal		
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços		
			Marketing, Vendas e Comunicação		
			Supply Chain		

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.
- A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:
- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).



A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Norte Alentejano, S.A., sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Norte Alentejano, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

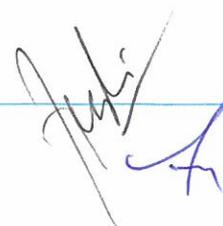
- Sustentabilidade financeira;
- Cobranças;
- Envolvente política, económica e financeira
- Alterações de legislação, regulamentação e regulação;
- Relacionamento com os municípios; e
- Crédito e financiamento.

O conselho de administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

## II. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de Fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:



## Relatório e Contas 2012

- (i) - Entrega, junto da Inspeção-geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (ii) - Entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro);
- (iii) - Entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (iv) - Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março);
- (v) - Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

## I 2. Divulgação de Informação

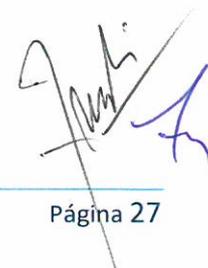
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Existência de Site</b>	X			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	X			
<b>Organigrama</b>	X			
<b>Orgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		X		
Identificação de comissões existentes na sociedade		X		
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais		X		
Regulamentos Internos e Externos		X		
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas		X		
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>		X		
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Relatório e Contas</b>	X			
<b>Provedor do cliente</b>			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável



## 13. Informação Sintética sobre as Iniciativas de Publicidade Institucional

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público, estipula que as entidades abrangidas por aquela Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, e de acordo com o disposto no artigo 1.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de Dezembro, consideram-se como publicidade institucional as campanhas, ações informativas e publicitárias e quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social.

No caso de ações e campanhas realizadas conjuntamente por mais de uma entidade, a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações de informação previstas na presente portaria incumbe à entidade adjudicante.

As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Norte Alentejano, S.A. tiveram por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e foram pautadas pelos princípios da verdade e da transparência.

A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Norte Alentejano, S.A. durante o ano de 2012 a verificar-se teria em vista assegurar os objetivos de:

- Informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- Divulgar informações relacionadas com a saúde pública;
- Desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- Divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- Prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de Dezembro, e por obrigações de transparência, apresenta-se nos Quadros seguintes a informação sintética requerida.

No ano de 2012 não foram despendidas quais quer verbas em publicidade.

## 14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas do Norte Alentejano, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, designadamente aos seguintes:

Nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 8/12 de 18 de janeiro, durante a vigência do PAEF não existirá lugar à atribuição de prémios de gestão.

Cumprimento da Orientação relativa às normas de contratação pública (despacho nº 438/10-SETF);

Medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços (tomadas no âmbito das orientações previstas na Lei nº64-A/2011 e respeitantes a "Sistema Nacional de Compras Públicas" e "Parque de Veículos do Estado")

O grupo Águas de Portugal dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP Serviços Ambientais, SA - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo.

A existência desta estrutura privativa do Grupo justifica-se por um conjunto de particularidades bastante relevantes dos bens e serviços de que as empresas participadas carecem. Tratando-se de categorias de bens tão específicos como os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelo segmento do tratamento da água ou dos efluentes ou contentores utilizados pela fileira dos resíduos, estas particularidades encontram-se igualmente presentes no parque automóvel no qual as viaturas operacionais utilizadas obedecem a tipologias específicas adaptadas às atividades desenvolvidas que podem ir desde pick-ups adaptadas a camiões de transporte de resíduos – neste contexto, foram contratadas em 2012 apenas viaturas operacionais e em situações excecionais de carácter urgente e inadiável, suscetíveis de comprometer o desempenho operacional do sistema.

O mesmo se aplica no caso da energia elétrica com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial e Normal) onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstram os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica ao Grupo.

Medidas adotadas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género (nº I da RCM nº 19/2012, de 23 de Fevereiro)



O grupo Águas de Portugal rege-se por um conjunto de princípios que promovem a Igualdade de Géneros, através da adoção de práticas evidentes de não discriminação, seja em razão da raça, etnia, sexo, idade, deficiência física, convicção religiosa, opinião ou filiação política. A promoção da igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, assim como, a adoção de medidas tendentes a potenciar a conciliação entre a vida pessoal e profissional, são objetivos estratégicos das empresas do Grupo.

O grupo Águas de Portugal tem 38% das suas empresas certificadas em Responsabilidade Social, de acordo com os requisitos da norma SA8000, e está comprometido com o United Nations Global Compact que no seu princípio n. 6 enuncia a “eliminação da discriminação no emprego e ocupação”. Estes compromissos são um garante adicional do respeito pelo Princípio da Igualdade do Género.

O grupo Águas de Portugal aposta igualmente na mobilidade interna como forma de proporcionar aos colaboradores um melhor equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. As oportunidades que em cada momento existam são divulgadas por todo o Grupo permitindo a candidatura dos colaboradores que, fruto das suas motivações, pretendam abraçar outra função na mesma ou noutra empresa.

A possibilidade de trabalhar em regime de horário flexível ou inclusive a tempo parcial permite aos colaboradores ajustar melhor o seu horário de trabalho às necessidades da sua vida familiar.

### Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2012 (conforme ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG)

A avaliação do indicador prioritário relativo ao plano de redução de custos é efetuado em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas do grupo.

### Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (conforme ofício-circular nº 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG)

A avaliação relativa ao plano de redução do número de órgãos sociais, dirigentes e efetivos é efetuado em termos consolidados estando o seu grau de cumprimento espelhado no relatório e contas do grupo.

### Cumprimento da Lei nº64-B/2011 (artº 89º) no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade da empresa são desenvolvidas pela AdP SGPS, SA, no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a holding a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das



sociedades que constam do seu portfólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, SA tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas.

Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada à tutela pela AdP SGPS, dispensa parcial do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do estado, nos termos previstos na Lei.

### Auditorias do Tribunal de Contas

No seguimento da auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas ao grupo Águas de Portugal foram emanadas recomendações dirigidas ao Conselho de Administração da AdP SGPS cujo cumprimento está expresso no respetivo relatório e contas.

### Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (RCM 34/2008 de 22 de fevereiro + Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril).

**Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009**

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	55	64	79	99	116	130	130	124

**Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio**

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Conservação e reparação					16.376
Energia				234	
Rendas e alugueres	11.054	5.527	15.775		
Serviços de voz e dados fixos e móveis					18
Outros investimentos				5.107	329.198

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Por dificuldades de liquidez de tesouraria que se prendem com os atrasos nos recebimentos, assistiu-se a um agravamento do prazo de pagamento da empresa situando-se agora nos 124 dias.



Anexo 6 – Orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:	X				Ver ponto 7-B
Gestão do Risco Financeiro	X				Não foi necessária a autorização da AG para efeitos de investimento uma vez que, não se realizou nenhum investimento acima do linear estipulado, situação idêntica para o endividamento.
Limites de Crescimento do Endividamento	X				A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado.
Evolução do PMP a fornecedores	X			25 dias	Ver ponto 14-A
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			€ 383.289	Ver ponto 14-A
Deveres Especiais de Informação			X		
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Nos termos do Artº 4.º do DL 8/2012 de 18 de janeiro, durante a vigência do PAEF não há lugar a atribuição de prémios de gestão.	X			100%	Não foram pagos qualquer prémios de gestão
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011			X		
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	X				Ver ponto 5-A
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X				Ver ponto 5-A
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X				Ver ponto 5-A
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011	X				Ver ponto 5-A
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	X			€ 23.176	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	X			€ 196.982	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		X			
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			X		
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC		X		0	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			X		
Parque Automóvel	X			0%	
Princípio da Igualdade do Género			X		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X				A avaliação do indicador prioritário relativo ao plano de redução de custos é efetuado em termos consolidados e o seu grau de cumprimento está espelhado no relatório e contas consolidado do grupo.
Fornecimentos e Serviços Externos	X				
Redução n.º Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos				-2%	
Nº de cargos dirigentes				0%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X				100% das disponibilidades permanentes

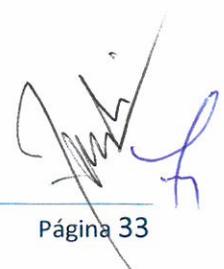
15. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

A governação da Águas do Norte Alentejano, S.A. respeita os Princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º49/2007, de 28 de Março.

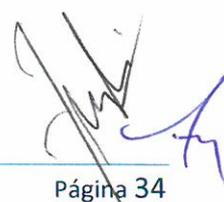
No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado.



Missão, objectivos e princípios gerais de actuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a missão e os objectivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano cumpre a sua missão e os objectivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente.</li> <li>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objectivos e das políticas para si e para as participadas que controla.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A divulgação da missão da Águas do Norte Alentejano, dos seus objectivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar planos de actividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objectivos definidos.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano elabora anualmente o seu plano de actividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objectivos fixados.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objectivos a atingir e os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Norte Alentejano, definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um actor principal no palco da sustentabilidade.</li> <li>A estratégia de sustentabilidade da Águas do Norte Alentejano encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Adoptar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efectiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>O Grupo AdP, e por consequência a Águas do Norte Alentejano preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</li> <li>A Águas do Norte Alentejano foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objectivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>A Águas do Norte Alentejano cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</li> <li>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da actividade desenvolvida.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor, devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>Toda a actividade do Grupo AdP e da Águas do Norte Alentejano é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</li> <li>Neste contexto, a Águas do Norte Alentejano adopta um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de protecção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</li> </ul>



Estruturas de administração e fiscalização		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas detidas pelo Estado devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efectiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo sector de actividade.</li> </ul>	Total	<p>✓Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Norte Alentejano estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no sector em que se insere.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adoptado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.</li> </ul>	Total	<p>✓O Modelo de Governo da Águas do Norte Alentejano, em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efectiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A Assembleia Geral;</li> <li>• O Conselho de Administração;</li> <li>• O Conselho Fiscal;</li> <li>• O ROC.</li> </ul> <p>✓Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p> <p>✓O Conselho Fiscal emite trimestralmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua selecção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores.</li> </ul>	Total	<p>✓A auditoria anual às contas da Águas do Norte Alentejano é efectuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direcção Administrativa e Financeira.</p> <p>✓De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a selecção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização</li> </ul>	Total	<p>✓Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Norte Alentejano são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p> <p>✓No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O órgão de administração deve criar e manter um sistema de</li> </ul>	Total	<p>✓A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os</p>



Remunerações e outros direitos		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>As empresas públicas devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Norte Alentejano consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Norte Alentejano consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</li> </ul>

Prevenção de conflitos de interesse		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p><b>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Os membros do Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua actividade.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse.</li> </ul>	Total	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Norte Alentejano e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</li> <li>✓ Os membros do Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</li> <li>✓ Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, directa ou indirectamente, nas empresas onde exercem funções.</li> </ul>



## 16. Relatório dos Administradores Não Executivos



### RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

#### 1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do decreto-lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na redação do decreto-lei nº 300/2007, de 23 de agosto, cumpre-me, na qualidade de administrador não executivo, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2012.

#### 2. Atividade

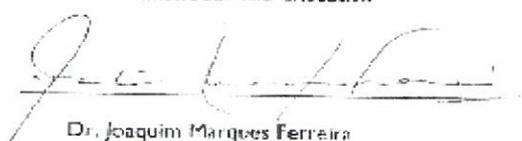
Nos termos da lei, e das competências que o novo estatuto do gestor público determina, e de outras atribuições decididas pelo Conselho de Administração, acompanho a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

#### 3. Parecer

Faço ao acima exposto, feço uma apreciação de proximidade positiva do seu desempenho global, não perdendo de vista a preocupação do administrador executivo de auscultar a minha opinião e juízo de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das minhas intervenções mais relevantes que tiveram em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Castalagoas, 24 de FEVEREIRO de 2013

O Administrador não executivo



Dr. Joaquim Marques Ferreira



## B – ACTIVIDADE DA EMPRESA

### I. Introdução

Ao longo dos anos a Aguas do Norte Alentejano, tem vindo a implementar e melhorar a sua Política de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social que visa assegurar de forma contínua e eficiente o abastecimento de água, bem como, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais, criando um clima de bem-estar e de confiança entre as partes interessadas, concedente, acionistas e comunidade envolvente.

Neste contexto foi-lha atribuída a certificação nos referenciais de Qualidade Ambiente e Segurança, ISO 9001, ISSO 14001 e NP 4397 respetivamente, e renovada a mesma em 2012.

Conscientes que só com este trabalho se conseguirá atingir o objetivo que visa a satisfação dos seus utilizadores/ clientes, da sua área de concessão, tanto ao nível do abastecimento de água tratada, com características adequadas a consumo humano como à interceção, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais urbanas, a procura constante de melhoria, tem sido uma realidade.

### 2. Enquadramento macroeconómico

#### Global

À semelhança de 2011, em 2012 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,2% em 2012; 3,9% em 2011). As crises das dívidas soberanas dos últimos anos nas economias mais avançadas, que levaram à estagnação do seu crescimento económico são fatores relevantes que influenciam sobremaneira este status quo, cuja recuperação se afigura lenta e que teve início no já longínquo ano de 2007 nos Estados Unidos da América, com a crise financeira do “subprime”. Não fosse novamente o crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) e o abrandamento da economia mundial teria sido mais acentuado. Surpreendente foi o desempenho económico dos Estados Unidos, com uma taxa de crescimento superior ao esperado (2,3%), suportado, em grande medida, por um ambiente favorável dos mercados financeiros e uma recuperação do mercado imobiliário. Em 2013 é expectável uma ligeira recuperação económica, podendo, no entanto os riscos da zona euro e a recessão do Japão vir inviabilizar esta perspetiva.



### União Europeia

A economia da União Europeia registou em 2012 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,5%. A diminuição da procura interna, a queda do investimento, a diminuição da produção industrial, o aumento do desemprego, são indicadores que sustentam a grave crise económica da Europa, com particular incidência na zona euro. Por outro lado, a desconfiança dos mercados sobre a capacidade dos governos europeus e do Banco Central Europeu em resolverem em definitivo a crise da dívida soberana também não ajudam a inverter este ciclo negativo. Ainda que numa primeira fase esta crise tenha afetado principalmente países considerados periféricos (Irlanda, Portugal e Grécia, e mais recentemente o Chipre), é um facto que durante 2012 também chegou a Espanha e Itália, economias com peso significativo na zona euro. Esta instabilidade colocou uma pressão adicional nas instituições europeias no sentido de aprovarem medidas que salvaguardem a integridade do euro, como moeda única.

Deste modo, o Banco Central Europeu tomou medidas consideradas determinantes na recuperação de alguma confiança da zona euro. No início de 2012 efetuou uma segunda operação de cedência de liquidez à banca que, em conjunto com a primeira em Dezembro de 2011, atingiu o montante de 1000 milhões de euros. Posteriormente apresentou um programa de aquisição de títulos de dívida pública em mercado secundário, sem limite máximo. Estas medidas, consideradas instrumentos potentes, em conjunto com alguns passos dos governos nacionais que consolidaram o compromisso e coordenação política no sentido de estabilização e fortalecimento da união monetária, tiveram um efeito positivo no final de 2012, no que concerne à redução dos riscos sistémicos da zona euro e à recuperação de alguma confiança dos mercados, tendo contribuído, de forma significativa, para a forte redução das taxas de juro da dívida pública dos países intervencionados.

### Portugal

Em 2012, deu-se continuidade ao cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. O desempenho da economia portuguesa em 2012 continuou a ser fortemente marcado pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como de condições de financiamento restritivas, no quadro do processo de desalavancagem ordenada e gradual do sector bancário e de persistência de tensões associadas à crise da dívida soberana na área do euro. Em 2012 a queda do PIB em cerca de 3%, confirma um cenário de recessão que não se observava na economia portuguesa desde 1975. Esta evolução resulta de uma queda expressiva e generalizada da procura interna, mitigado pelo assinalável crescimento das exportações ao longo do ano. Em 2012, o consumo privado deverá ter registado uma contração de 5,5%, ao passo que o investimento deverá ter caído cerca de 14 por cento, traduzindo uma redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial. O consumo público ter-se-á reduzido cerca de 4,5% pelo segundo ano consecutivo. A retração da procura global, não obstante o significativo aumento das exportações, contribuiu para uma queda das importações de cerca de 7,0%, refletindo a redução expressiva de componentes da procura com elevado conteúdo importado – consumo de bens duradouros e investimento empresarial.

## Relatório e Contas 2012

Positiva tem sido a alteração da composição da despesa agregada, traduzindo-se num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4 por cento do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. A atual projeção aponta para a continuação da melhoria da balança de bens e serviços, para a qual se projetam excedentes de 3.1 e 4.1 por cento do PIB em 2013 e 2014, respetivamente.

O deficit das contas públicas nacionais deverá atingir um valor próximo dos 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto (em cerca de 1622 milhões de euros), em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA (800 milhões de euros recebidos em 2012, ou perto de 0.5% do PIB).

A taxa de desemprego em Portugal, deverá ser de 15,6% em 2012, superior à média registada no conjunto dos 27 países da União Europeia, que se situava em 10,7%. A taxa em Portugal é a terceira mais alta da Europa, logo atrás da Grécia e de Espanha, onde o desemprego supera já os 26% da população ativa.

O grande desafio com que Portugal está confrontado é o de promover o desenvolvimento e crescimento económico num novo quadro institucional. A implementação coerente de reformas e a redefinição do papel do Estado são fundamentais para estimular o investimento, a inovação e o progresso técnico, sem os quais não existirá desenvolvimento económico. O desafio do desenvolvimento económico passa pela mobilização dos agentes para a necessidade e benefícios de reformas que assegurem níveis de bem-estar compatíveis com a manutenção da coesão social.

Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat;

### 3. Enquadramento do Setor

O Grupo AdP prestou os serviços públicos de abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2012 num contexto de acrescidas restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução de custos e quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

Neste contexto de restrição de recursos, o Grupo AdP prosseguiu o esforço de adaptação dos diversos processos internos por forma a não comprometer o respeito dos princípios de universalidade no acesso, de qualidade de serviço e de eficiência e equidade de preços na prestação destes serviços de interesse económico geral essenciais ao bem-estar das populações, à saúde pública, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do ambiente.

Paralelamente, durante o ano de 2012, iniciou-se o processo de implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante o Grupo AdP, enquanto ator predominante.



O Programa do Governo ditou três linhas orientadoras para a reestruturação preconizada:

- Reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- Prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, a abertura à participação de entidades públicas estatais ou municipais (bem como de entidades privadas na gestão do sistema), a promoção da eficiência, a integração vertical e o agrupamento de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- Autonomizar o subsector dos resíduos no seio do Grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

Neste âmbito, o Governo mandatou o Grupo AdP que procedesse à realização de estudos que permitissem apurar a adequada agregação territorial para o setor das águas de forma a promover a sustentabilidade económico-financeira dos sistemas multimunicipais, através da obtenção das economias de escala geradas por sistemas de maior dimensão e para a redução das desigualdades entre as diversas regiões do País, fomentando a convergência tarifária. A gradual verticalização dos sistemas em baixa foi apontada como a forma de completar a maximização de sinergias operacionais bem como de transmitir às populações o referido equilíbrio tarifário dos sistemas em alta.

Os estudos relativos à agregação dos sistemas multimunicipais, bem como da verticalização dos sistemas multimunicipais através de parcerias a constituir no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, têm vindo a ser apresentados aos municípios abrangidos, envolvendo neste processo de reestruturação todas as partes interessadas. Através destes processos, estão a proceder-se aos estudos necessários para a integração e verticalização dos sistemas em “alta” e em “baixa” promovendo soluções que conduzam à melhoria dos níveis de serviço prestados à população bem como ao objetivo de acessibilidade tarifária e de resolução dos défices tarifários, num contexto de respeito do princípio, já amplamente disposto na atual legislação, de recuperação integral de custos incorridos na prestação deste serviço de interesse económico geral.

A reestruturação do setor será acompanhada pela revisão de diversos diplomas legais determinantes para os referidos objetivos nacionais de acessibilidade universal do serviço no respeito pela sustentabilidade económica e financeira. Das matérias a cristalizar em diploma legal destacam-se:

- A reforma das leis de bases dos setores de abastecimento e saneamento;
- A adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos clientes municipais, em complemento das medidas já adotadas no Orçamento de Estado para 2013 (Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro), por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- A adoção de medidas para proceder ao reconhecimento e reintegração por via tarifária dos montantes relativos aos défices tarifários, bem como de medidas determinadas a promover a eficiência económica na prestação do serviço;

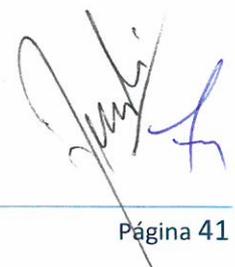


- O reforço dos poderes do regulador setorial, tendo sido submetida ao parlamento a proposta da nova lei orgânica da ERSAR. Esta medida vem no âmbito da proposta do programa de Governo que visa transformar as entidades com funções reguladoras dependentes do Governo, e cujos mercados regulados pela sua importância o justifiquem, em Autoridades Administrativas Independentes, reintegrando as restantes na administração tradicional.

O desenvolvimento destas matérias vem ao encontro das recomendações vertidas na Resolução da Assembleia da República n.º 113/2012, de 10 de agosto, onde se recomenda ao Governo que se promova a acessibilidade, sustentabilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento, destacando-se a agregação dos sistemas em “alta”, a sua verticalização com os sistemas em “baixa” e a harmonização e equilíbrio tarifário com recuperação integral dos custos de prestação dos serviços e resolução do défice tarifário.

No que diz respeito à autonomização do setor dos resíduos no seio do Grupo AdP, os trabalhos encontram-se mais avançados, tendo já sido elaborado o estudo de diagnóstico das bases do novo modelo regulatório que, por despacho da Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, será objeto de desenvolvimento pelo regulador. Também se deu início ao processo de revisão dos diplomas legais que estruturam o setor, por forma a criar as bases necessárias à abertura à iniciativa privada, criando as condições necessárias para que a prossecução do interesse público seja assegurada bem como para que o referido envolvimento da iniciativa privada garanta o aprofundamento da eficiência económica na prestação do serviço, com ganhos para o utilizador, e a atração de capitais que permitam o desenvolvimento dos objetivos nacionais e europeus em matéria ambiental.

Simultaneamente encetaram-se as revisões dos planos estratégicos PEAASAR II (2007 – 2013) e PERSU II (2007 – 2016), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores. Estes dois planos serão estruturantes para os planos de investimento a realizar nos próximos anos.



### 4. Regulação

A Aguas do Norte Alentejano S.A. exerce atividades que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Estas atividades são desenvolvidas num enquadramento de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas, sujeitas também às fortes restrições determinadas para o setor empresarial do Estado.

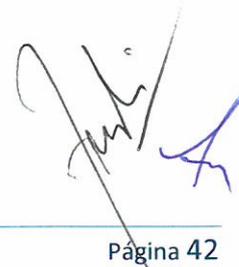
A Aguas do Norte Alentejano S.A tem a sua atividade desenvolvida em regime de concessão efetivamente regulada economicamente pela ERSAR. Estas atividades são desenvolvidas num contexto definido pela legislação (Decretos-Leis n.º 379/93, de 5 de novembro, n.º 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhes é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto) e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e respetivos anexos, bem como pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Durante o ano de 2009, com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, os poderes e âmbito de atuação da ERSAR foram reforçados e alargados aos serviços prestados ao utilizador final (serviços em “baixa”). O novo estatuto da ERSAR criou condições para reduzir as distorções decorrentes de se verificarem tarifários aos utilizadores finais que não estão otimizados, por não serem escrutinados pelo Regulador.

Neste âmbito, a ERSAR emitiu em 2009 uma recomendação quanto à formação de tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos (Recomendação IRAR n.º 1/2009 – Recomendação Tarifária), complementada em 2010 com uma Recomendação que pretende criar as linhas orientadoras para o apuramento de custos e construção dos tarifários.

Uma das linhas de reestruturação do setor, amplamente defendida e promovida pelo atual Governo, passava pelo reforço dos poderes da ERSAR e pelo aumento da sua independência, para a qual foi apontada como crítica a reformulação da respetiva lei orgânica, cuja proposta legislativa deu entrada no Parlamento durante janeiro de 2013. Durante o ano de 2012 foi preparado pelo Governo um diagnóstico dos alicerces para o novo modelo regulatório do sector dos resíduos, atividade que previsivelmente passará a contar com a possibilidade de participação maioritária de agentes económicos privados.

Em novembro de 2012, por despacho da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, a ERSAR foi mandatada pelo Governo para, com base no estudo de diagnóstico, aprofundar o novo modelo regulatório para o setor, designadamente para o setor dos resíduos no contexto de futuro fortalecimento da participação do setor privado, devendo a ERSAR proceder ao desenvolvimento de um modelo de custeio e de um regulamento tarifário.



## 5. Análise Económica e Financeira

Ao longo deste capítulo são apresentados um conjunto de quadros e gráficos que resumidamente fazem uma referência aos resultados e à situação financeira e patrimonial da Águas do Norte Alentejano no final de 2012, importa no entanto que a mesma seja lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e respetivas notas às contas.

Pelas condicionantes vividas no nosso país e já desenvolvidas ao longo deste relatório, o ano de 2012 foi um ano de investimento pouco significativo tendo no entanto se assistido ao arranque de algumas novas infraestruturas, que originaram o aumento de vendas na ordem dos 6% e prestações de serviços na ordem dos 8%.

Rubricas de rendimentos e ganhos	2010	2011	2012	Δ 2011/2010		Δ 2012/2011	
				Valor	%	Valor	%
Vendas	4.424.802,39	5.022.821,91	5.356.728,24	598.019,52	13,52%	333.906,33	6,65%
Prestação de serviços	2.329.756,30	3.022.477,75	3.259.578,83	692.721,45	29,73%	237.101,08	7,84%
Reversões de provisões	402.103,20	520.835,35	0,00	118.732,15	100,00%	-520.835,35	-100,00%
Subsídios ao investimento	664.071,98	1.380.891,39	1.003.607,74	716.819,41	200,00%	-377.283,65	-27,32%
Outros rendimentos e ganhos operacionais	406.247,09	145.476,32	40.717,44	-260.770,77	-64,19%	-104.758,88	-72,01%
Rendimentos financeiros	212.329,31	408.400,76	499.293,74	196.071,45	92,34%	90.892,98	22,26%
<b>Total</b>	<b>8.439.310,27</b>	<b>10.500.903,48</b>	<b>10.159.925,99</b>	<b>2.061.593,21</b>	<b>24,43%</b>	<b>-340.977,49</b>	<b>-3,25%</b>

Com o arranque de novas infraestruturas regista-se naturalmente o aumento de alguns custos diretamente associados, tais como eletricidade, custos das mercadorias vendidas e consumidas, conservação e manutenção, combustíveis, etc.

A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas, foi sem dúvida ao nível das rubricas de gastos a que registou maior aumento tendo este atingido cerca de 21% relativo ao ano de 2011, conforme se demonstra no quadro abaixo.

A forte orientação de contenção de gastos, é visível ao nível da rubrica de gastos com pessoal que apresenta reduções na ordem dos 16%. No que respeita aos FSE, estes aumentaram cerca de 6%, valores justificados essencialmente pelos aumentos verificados no preço da eletricidade e combustíveis e ainda pelo aumento da atividade atrás referido que devido ao método de faturação da atividade de saneamento, em vigor, segundo o qual não são faturados os caudais efetivamente tratados, situação que por si justifica alguns aumentos de FSE e CMVC, desfasados do crescimento da prestação de serviços e que prejudica fortemente o resultado operacional da empresa, uma vez que suporta custos de exploração para tratamento de um caudal muito superior.

No sentido de fazer face aos montantes de investimento realizados ao longo dos anos de atividade por um lado e às dificuldades de recebimentos atempados de alguns dos nossos utilizadores, a Águas do Norte Alentejano S.A. assumiu compromissos de financiamento que geram “gastos financeiros”. No ano de 2012, a AdNA reduziu o seu endividamento, no entanto e apesar disso, registou, nesta rubrica, aumentos na ordem



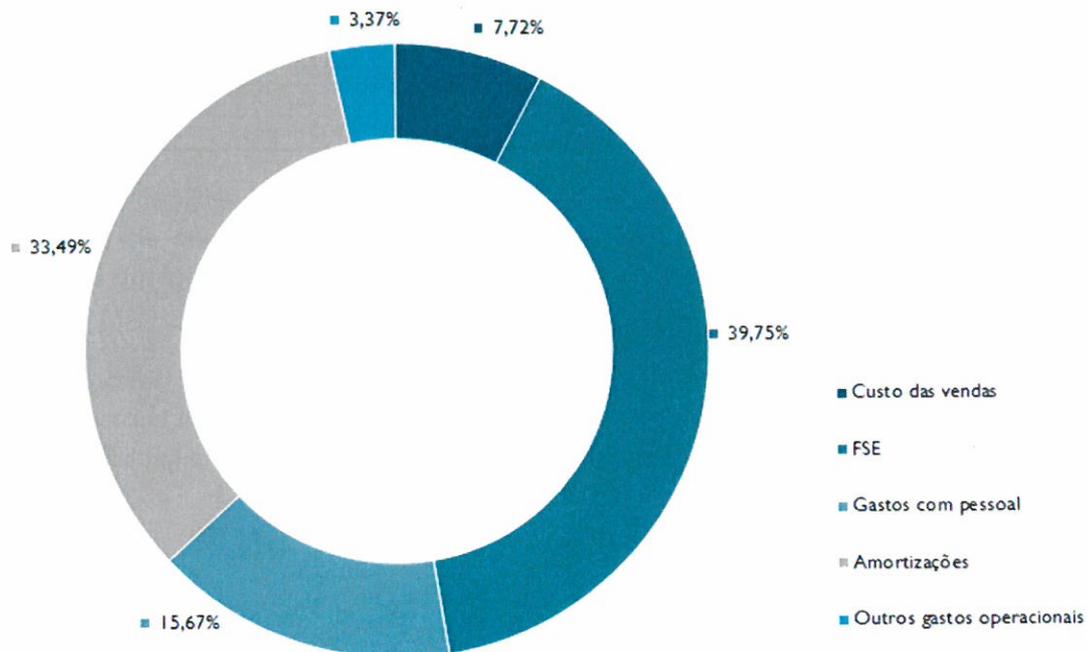
## Relatório e Contas 2012

de 49%, dos quais cerca de 5% se justificam pelo aumento de spreads praticados pelas nossas instituições financeiras e o restante pelo redução de capitalizações efetuadas.

As amortizações registaram por sua vez uma redução na ordem dos 21%, facto que resultou do ajustamento do plano de investimentos.

Rubricas de gastos e perdas	2010	2011	2012	Δ 2011/2010		Δ 2012/2011	
				Valor	%	Valor	%
Custo das vendas/variação dos inventários	477.142,02	525.578,31	635.156,32	48.436,29	10,15%	109.578,01	20,85%
Fornecimentos e serviços externos	3.368.895,77	3.082.610,67	3.268.854,87	-286.285,10	-8,50%	186.244,20	6,04%
Gastos com pessoal	1.766.926,03	1.545.409,73	1.288.768,38	-221.516,30	-12,54%	-256.641,35	-16,61%
Amortizações, depreciações e reversões	2.791.328,65	3.503.390,88	2.753.583,27	712.062,23	25,51%	-749.807,61	-21,40%
Provisões do exercício	567.753,19	0,00	0,00	-567.753,19	-100,00%	n/a	n/a
Outros gastos e perdas operacionais	202.363,21	276.898,35	276.830,97	74.535,14	36,83%	-67,38	-0,02%
<b>Subtotal</b>	<b>9.174.408,87</b>	<b>8.933.887,94</b>	<b>8.223.193,81</b>	<b>-240.520,93</b>	<b>-2,62%</b>	<b>-710.694,13</b>	<b>-7,96%</b>
Gastos financeiros	1.447.855,07	2.373.222,86	3.545.626,25	925.367,79	63,91%	1.172.403,39	49,40%
Imposto do exercício	19.127,41	9.445,23	8.471,77	-9.682,18	-50,62%	-973,46	-10,31%
Imposto diferido	-818.251,40	85.884,31	-282.249,80	904.135,71	-110,50%	-368.134,11	-428,64%
<b>Subtotal</b>	<b>648.731,08</b>	<b>2.468.552,40</b>	<b>3.271.848,22</b>	<b>1.819.821,32</b>	<b>280,52%</b>	<b>803.295,82</b>	<b>32,54%</b>
<b>Total</b>	<b>9.823.139,95</b>	<b>11.402.440,34</b>	<b>11.495.042,03</b>	<b>1.579.300,39</b>	<b>16,08%</b>	<b>92.601,69</b>	<b>0,81%</b>

**Estrutura gastos operacionais 2012**



Como se pode verificar pelo gráfico acima, na estrutura de gastos da Águas do Norte Alentejano S. A. são os FSE que representam um maior peso, seguidos das amortizações e só depois os gastos com pessoal.



## Relatório e Contas 2012

Da análise do quadro abaixo, que apresenta o comportamento das rubricas de resultados, é de salientar o bom desempenho económico da empresa no ano de 2012, com obtenção do melhor Resultado Operacional de sempre, na ordem dos 1,4 milhões de euros.

A rubrica de Resultados Financeiros espelha o efeito do aumento de “gastos financeiros” já justificados anteriormente.

O Resultado Líquido assume ainda valor negativo, evidenciando que os encargos financeiros assumidos para financiar os investimentos e a atividade operacional, estes últimos decorrentes dos atrasos nos recebimentos de clientes/utilizadores, anulam todo o efeito do aumento de atividade conjugado com a redução de gastos.

Rubricas de resultados	2010	2011	2012	Δ 2011/2010		Δ 2012/2011	
				Valor	%	Valor	%
Resultados operacionais	-947.427,91	1.158.614,78	1.437.438,44	2.106.042,69	-222,29%	278.823,66	24,07%
Resultados financeiros	-1.235.525,76	-1.964.822,10	-3.046.332,51	-729.296,34	59,03%	-1.081.510,41	55,04%
Resultados antes de impostos	-2.182.953,67	-806.207,32	-1.608.894,07	1.376.746,35	-63,07%	-802.686,75	99,56%
<b>Resultado líquido</b>	<b>-1.383.829,68</b>	<b>-901.536,86</b>	<b>-1.335.116,04</b>	<b>482.292,82</b>	<b>-34,85%</b>	<b>-433.579,18</b>	<b>48,09%</b>

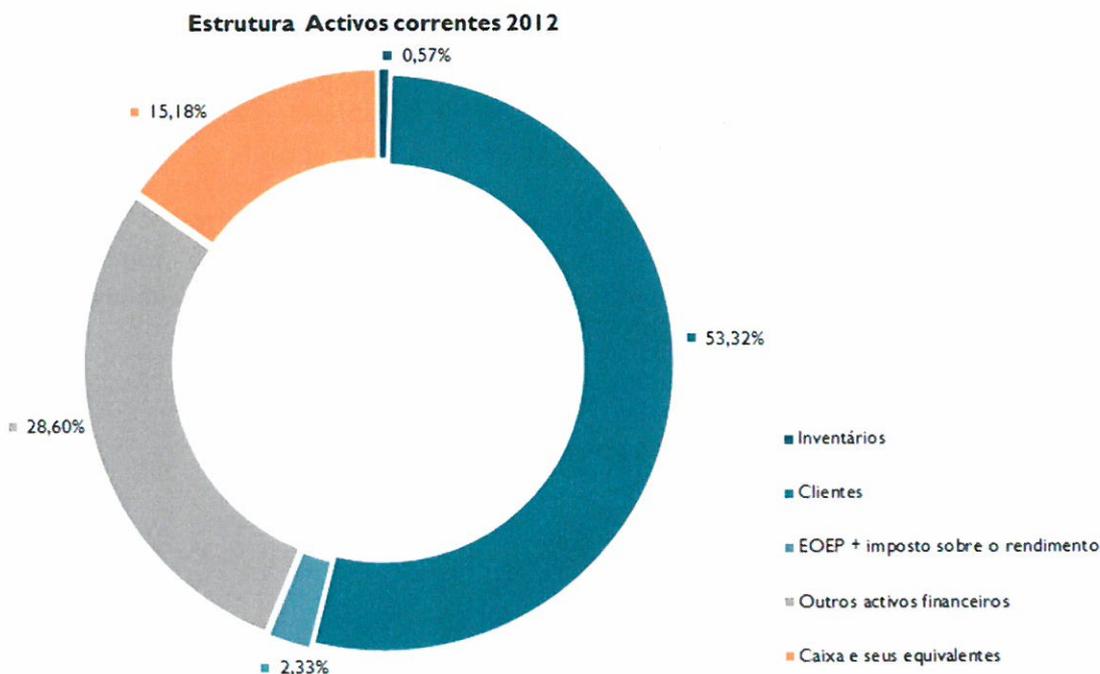
A evolução da situação financeira e patrimonial está espelhada ao longo dos gráficos abaixo.

Situação patrimonial e financeira	2010	2011	2012	Δ 2011/2010		Δ 2012/2011	
				Valor	%	Valor	%
Activos não correntes	115.057.955,90	116.936.404,22	116.920.084,19	1.878.448,32	1,63%	-16.320,03	-0,01%
Activos correntes	14.198.686,59	20.997.133,32	9.615.730,96	6.798.446,73	47,88%	-11.381.402,36	-54,20%
<b>Total Activo</b>	<b>129.256.642,49</b>	<b>137.933.537,54</b>	<b>126.535.815,15</b>	<b>8.676.895,05</b>	<b>6,71%</b>	<b>-11.397.722,39</b>	<b>-8,26%</b>
Capitais próprios	-2.969.695,62	-3.871.232,48	-5.206.348,52	-901.536,86	30,36%	-1.335.116,04	34,49%
Passivo não corrente	103.222.216,40	108.830.711,37	104.708.847,48	5.608.494,97	5,43%	-4.121.863,89	-3,79%
Passivo corrente	29.004.121,71	32.974.058,65	27.033.316,19	3.969.936,94	13,69%	-5.940.742,46	-18,02%
<b>Total Capital próprio e Passivo</b>	<b>129.256.642,49</b>	<b>137.933.537,54</b>	<b>126.535.815,15</b>	<b>8.676.895,05</b>	<b>6,71%</b>	<b>-11.397.722,39</b>	<b>-8,26%</b>

Ao nível do Ativo, é no ativo corrente que se verificam as alterações mais significativas, tendo o mesmo registado uma diminuição em relação ao ano anterior na ordem 54% justificado em grande parte pelo recebimento de subsídios ao investimento. Também a rubrica o Clientes c/c registou uma muito ligeira diminuição.

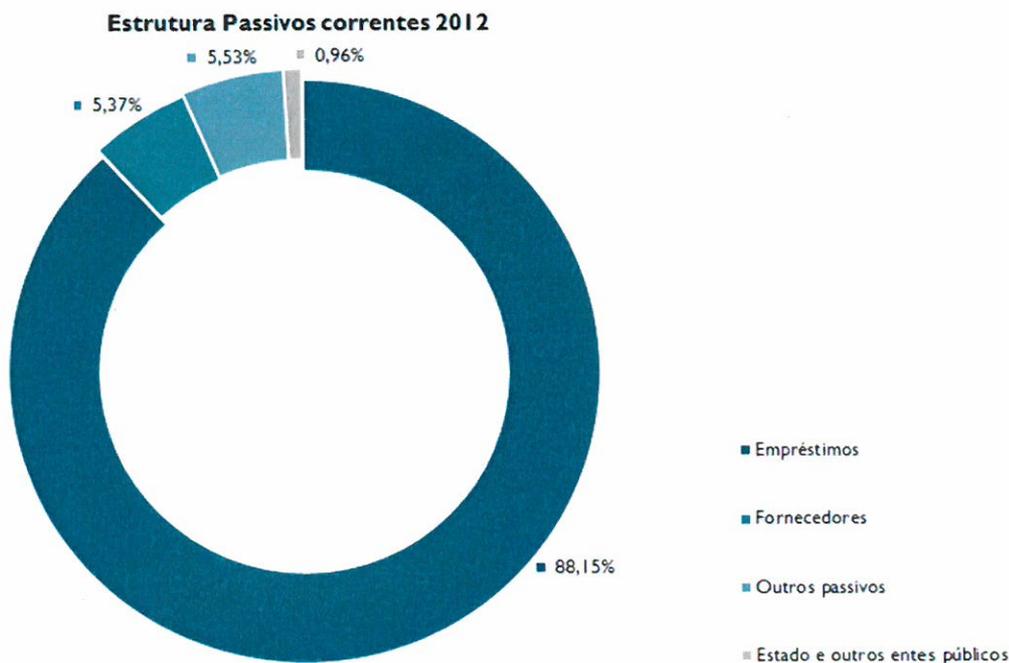
No que respeita ao Ativo não corrente assistiu-se a um ligeiro aumento, apesar de a dívida clientes de médio e longo prazo ter registado aumentos na ordem de um milhão e quatrocentos mil euros, devido ao efeito contrário no ativo intangível, resultado do efeito das amortizações já anteriormente explicado.





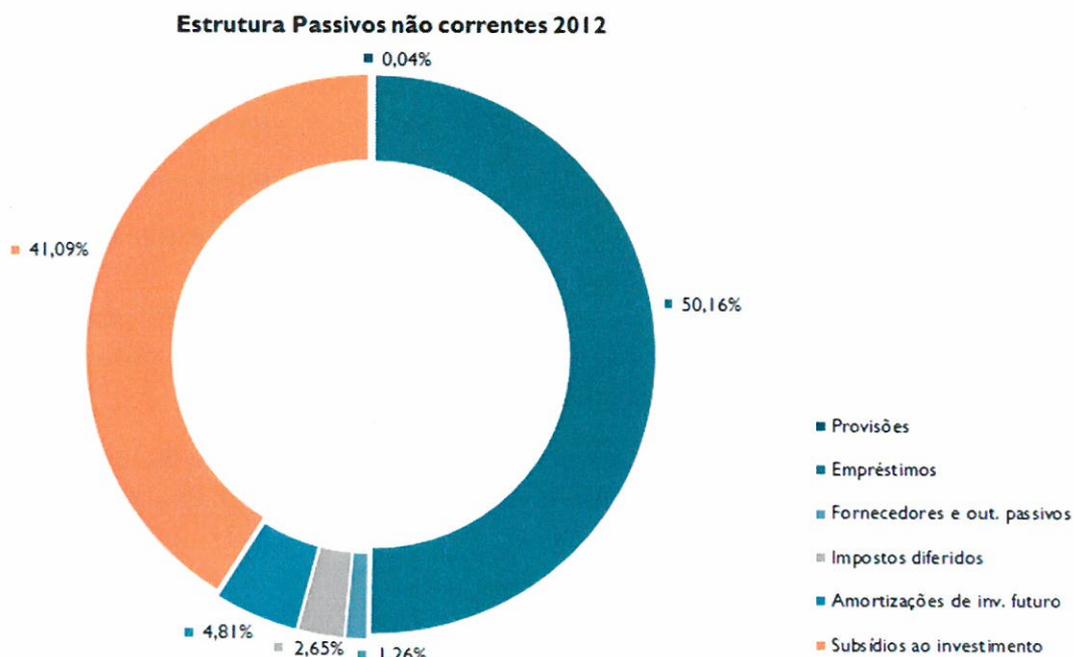
No que respeita ao Passivo Corrente, verifica-se uma redução na ordem dos 18% relativamente ao ano anterior, que se traduziu na amortização de uma linha de crédito de curto prazo na ordem dos seis milhões e ainda uma ligeira redução no saldo de fornecedores.

Como se pode verificar no gráfico abaixo a estrutura do Passivo Corrente é em 88,15% assumida pelos empréstimos de curto prazo, ocupando o saldo de fornecedores cerca de 5% da estrutura do mesmo.



Também a rubrica de Passivos Não Correntes evidência uma pequena redução, na ordem dos 4%, esta justificada, em grande parte, pelo efeito do ajustamento verificado no investimento da Concessionária, que, por sua vez, provocou redução na rubrica de amortizações de investimento futuro e ainda pela recolocação dos montantes de empréstimos de longo prazo para a rubrica de curto prazo.

Como se poderá verificar no gráfico abaixo, grande parte da estrutura do Passivo não Corrente é ocupada pela rubrica de empréstimos, 50%, enquanto a rubrica de subsídio ao investimento representa cerca de 41% e os restantes 9% distribuem-se essencialmente entre as rubricas de amortização de investimento futuro, fornecedores e outros passivos e impostos diferidos.



Por último refira-se que em 31, de Dezembro de 2012, o capital próprio da Sociedade não cumpre os limites estabelecidos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Dada a natureza que lhe é própria de entidade gestora de sistema multimunicipal, e do regime legal que, por esse motivo, lhe é aplicável, a Administração efetuou a revisão do seu Estudo de Viabilidade Económico-Financeira em anexo ao Contrato de Concessão, o qual submeteu à aprovação do Concedente e que prevê a recuperação dos desvios tarifários acumulados ao longo da concessão, tendo em vista permitir que sejam oportunamente adotadas as medidas adequadas para reverter esta situação. Contudo, as demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações, na medida em que é firme convicção da Administração que os acionistas continuarão a prestar o apoio que se revelar necessário para garantir a continuidade normal da sua atividade no futuro previsível e a satisfação regular das suas responsabilidades.



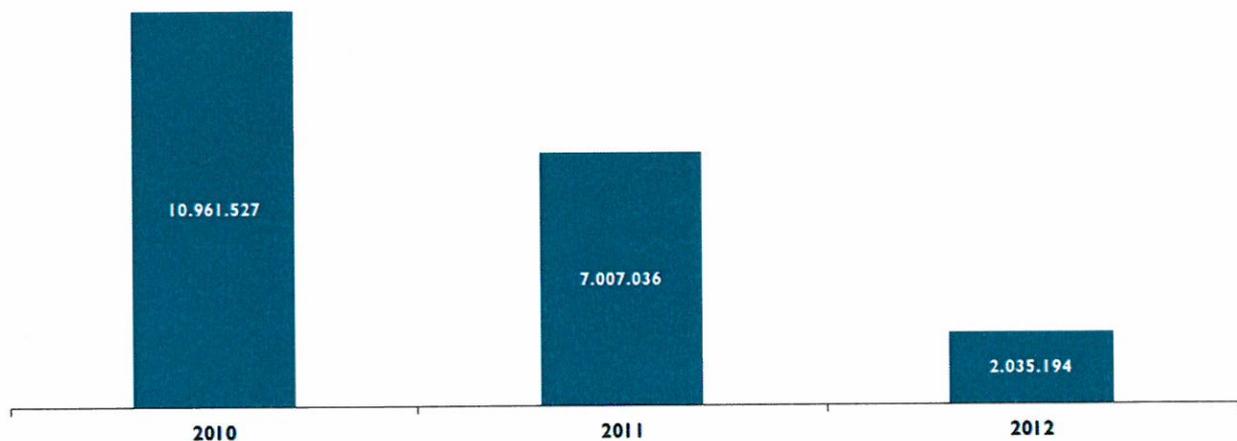
## Relatório e Contas 2012

Acresce que a aplicação contabilística dos desvios permite a AdNA aumentar os seus Capitais Próprios, no montante do desvio tarifário acumulado. Desde modo cumprirá o disposto no artigo 35º do código das sociedades comerciais.

Fruto da crise vivida a nível mundial e muito especificamente da situação económica nacional, agravado ainda pelas dificuldades de liquidez resultantes dos atrasos dos pagamentos dos clientes/ utilizadores do sistema, no ano de 2012, a Aguas do Norte Alentejano, S. A. levou a efeito um importante trabalho de análise e atualização/redefinição do plano de investimentos, tendo sido informado o Concedente sobre essa alteração.

É expectável que no ano de 2013 seja apresentado ao Concedente uma atualização do EVEF que acompanhou a proposta de aditamento ao Contrato de Concessão, ou, eventualmente, esta alteração será enquadrada no âmbito dos modelos de reestruturação do sector, já em marcha.

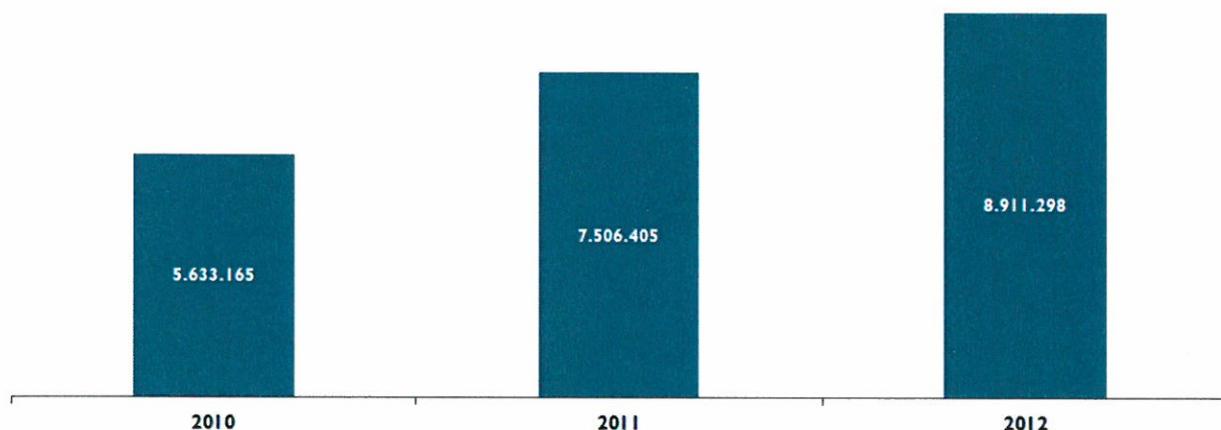
**Investimento (2010-2012)**  
(unid: €)



Pelas razões acima expostas o ano de 2012 registou um total de investimento global na ordem dos dois milhões de euros, valor este muito distante das realizações de anos anteriores.

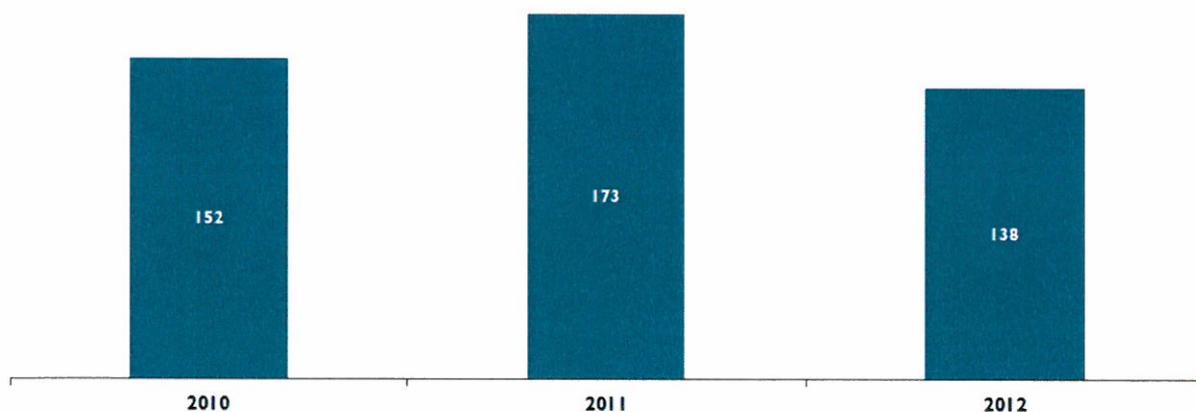


**Divída de Clientes (2010-2012)**  
(unid: €)

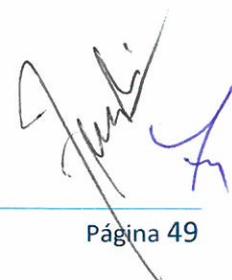


Apesar dos esforços efetuados por muitos dos clientes/ utilizadores, a divida de clientes continuou a aumentar, atingindo já, em 2012 o montante de oito milhões e novecentos e onze mil euros, que representa 92% do total da faturação anual.

**Prazo médio de recebimento (2010-2012)**  
(unid: dias)



Na sequência do trabalho levado a efeito no ano de 2012 e do esforço efetuado por clientes/ utilizadores, conseguiu-se melhorar o Prazo Médio de Recebimento em 35 dias. Não foi alheio a este facto a celebração de planos de pagamento realizados com alguns Municípios (clientes/ utilizadores).



### 6. Atividade Operacional

No âmbito da Operação destacam-se abaixo os principais projetos e atividades que se desenvolveram ao longo de 2012.

A atividade da empresa, tendo por base as suas áreas operacionais, Abastecimento, Saneamento e Manutenção, teve ao longo do ano, um volume considerável de intervenções, quer relativas aos testes aos novos pontos de abastecimento, quer no arranque das novas ETAR, como também nos cerca 1000 pedidos de intervenção às equipas de manutenção.

No serviço de Abastecimento, iniciou-se a adução aos lugares de Cabeço do Prior, Foros do Domingão, Tramaga, Vale da Bica, Torre das Vargens, Valongo e Valnor.

Com estes novos lugares abastecidos, o incremento em termos de população servida foi de 7%, i.e., de 79% em 2011 passamos para 85% em 2012.

No final de 2012, a AdNA servia cerca de 104.000 habitantes.

No Saneamento, teve início o funcionamento das ETAR de Monte Claro, Arneiro, Torre Fundeira e Arez totalizando, conjuntamente com as anteriormente em serviço, 61 ETAR no final de 2012, correspondente a uma população servida de 87% (incremento de 2% face a 2011) da população atendida pela Concessão.

No Serviço de Manutenção, para além do acompanhamento das intervenções de limpeza, desinfeção e reparação das roturas do sistema de adução, destacaram-se elevado número de trabalhos realizados pelas equipas de manutenção, de que resultou uma considerável poupança para a empresa e uma mais valia muito relevante, em termos de experiência e conhecimento:

Destacamos apenas alguns trabalhos executados:

- Instalação de tamisador na ETAR de Gáfete;
- Decapagem e aplicação de revestimento nos contentores da ETAR de Longomel;
- Instalação de válvula redutora de pressão em Cabeço do Prior;
- Ligação ao PE de Foros Domingão;
- Construção de passadiços na ETA da Póvoa;
- Alteração da jangada da ETA da Póvoa;
- Requalificação de quadro elétrico na ETAR de Stº Amaro;
- Requalificação de quadro elétrico na ETAR dos Prazeres;
- Instalação de silo de coagulante na ETA da Póvoa;
- Alteração do sistema de suspensão das bombas da captação da Póvoa;
- Alteração da localização da válvula de seccionamento do filtro da Escusa;
- Instalação de bomba de elevação para os Passões, com maior capacidade;
- Execução de uma descarga de fundo na caleira dos filtros da ETA da Póvoa;
- Reparação da bomba de elevação para os Olhos de Água;
- Requalificação do quadro elétrico do SA dos Besteiros;

Na componente de investimentos e infraestruturas, face às restrições financeiras que o país atravessa, destaca-se o facto de o investimento ter vindo a reduzir, levando à necessidade de redimensionamento de tarefas e reavaliação do plano de investimentos.

Como consequência da redução dos investimentos, foi necessário submeter um Pedido de Alteração da Decisão de Financiamento das Operações POVT-12-0146-FCOES-000137 – “Construção e Remodelação de Infraestruturas de Abastecimento de Água” e POVT-12-0146-FCOES-000128 – “Construção e Remodelação de Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais”, nos seguintes termos:

- Redução do âmbito das Operações
- Alteração das datas de conclusão física e financeira
- Decréscimo do valor elegível e, conseqüentemente, uma diminuição da comparticipação (conforme se pode constatar do quadro seguinte).

CANDIDATURA	Decisão de Financiamento Inicial			Alteração da Decisão de Financiamento			
	Investimento total previsto	Montante máximo do FC previsto	Taxa de comparticipação do FC	Investimento total previsto	Despesa total elegível	Montante máximo do FC previsto	Taxa de comparticipação do FC
POVT-12-0146-FCOES-000137 - AdNA_AA_Construção e Remodelação de Infraestruturas de Abastecimento de Água	18.385.032,00	12.869.522,40	70%	5.110.946,40	5.104.018,35	3.572.812,85	70%
POVT-12-0146-FCOES-000128 - AdNA_AR_Construção e Remodelação de Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais	22.543.030,00	15.780.121,00	70%	9.479.388,42	9.325.003,35	6.527.502,35	70%
	<b>40.928.062,00</b>	<b>28.649.643,40</b>		<b>14.590.334,82</b>	<b>14.429.021,70</b>	<b>10.100.315,19</b>	

Embora se tenha verificado uma redução no investimento da empresa, destaca-se o seguinte:

**Abastecimento:**

I) Projeto:

- Conclusão do Projeto de Requalificação dos Olhos de Água;

- Em curso e com conclusão prevista para 2013:

Projeto de Adução de Água a Amieira do Tejo, Ervideira e Montargil - Lote 1 e Lote 2;

Projeto de Revisão e Atualização do Projeto de Telegestão – Sistema de Abastecimento;

Projeto de Execução do Sistema Autónomo Conjunto de Velada, Cacheiro e Chão da Velha;

Projeto de Otimização dos Sistemas Autónomos de Aldeia Velha, Monte Claro, Monte Matos, Ervedal, Figueira e Barros, Foros do Arrão, Galveias, Falagueira e Maranhão.



### 2) Empreitadas:

- Conclusão da empreitada de “Execução dos Pontos de Entrega de Vale da Bica, Tramaga e Vale do Arco” e dos trabalhos de ligação da conduta adutora aos pontos de entrega de Torre das Vargens e Foros do Domingão.

### Saneamento:

#### 1) Projeto:

- Conclusão dos projetos referentes a diversas pequenas ETAR

#### 2) Empreitadas:

- Conclusão das empreitadas:

Execução das ETAR's de Arneiro, Monte Claro, Arez e Torre Fundeira e Sistemas Intercetores de Arez e Torre Cimeira

Execução do Emissário de Mosteiros;

Instalação de Medidores de Caudal nas PITAR da Águas do Norte Alentejano

Na componente terrenos, procedeu-se à regularização de pagamento de indemnizações de algumas situações que, por falta de documentos por parte dos proprietários, não tinha sido ainda possível regularizar.

Foi iniciado o levantamento cadastral de todos os terrenos onde estão instaladas as captações subterrâneas em exploração pela AdNA, para que, no decorrer do ano de 2013, se possa regularizar a titularidade do terreno e, assim, concluírem-se os processos de Delimitação das áreas dos Perímetro de Proteção às águas subterrâneas, bem como a obtenção dos títulos de concessão das referidas explorações.

Foram realizadas 8 escrituras públicas (e respetivos registos) resultantes da aquisição de parcelas de terreno para a construção das infraestruturas do Sistema.

Na área da gestão de ativos foi dado continuidade ao processo de levantamento dos equipamentos, sua etiquetagem e inventariação com vista a dar início ao processo de avaliação funcional dos mesmos e preparação dos planos de manutenção.

## Responsabilidade Empresarial

No ano de 2012, a atividade do Sistema de Responsabilidade Empresarial desenvolveu-se nas vertentes Qualidade, Ambiente e Segurança, áreas em que a AdNA pretende manter a certificação, numa perspetiva de melhor servir os seus colaboradores, clientes e todas as partes interessadas no cumprimento do objetivo da melhoria contínua.



O trabalho desenvolvido nesta área contou, maioritariamente, com a colaboração da equipa interna afeta a este processo, bem como com o apoio de consultoria externa num total de 32 horas/ano.

Na vertente Qualidade procedeu-se à revisão da documentação do sistema, tornando-a mais atual e em consonância com as metodologias de trabalho em vigor. A plataforma de Gestão documental foi otimizada, permitindo a utilização transversal por parte de todos os colaboradores.

Ao nível da Segurança destaca-se a implementação de medidas de controlo para minimização de riscos nas instalações da AdNA. Ainda no âmbito do cumprimento do Plano de Simulacros de 2012, foram realizados dois simulacros de segurança com a participação de meios externos que visam testar, situações de emergência, formando os colaboradores para uma correta atuação em eventuais situações reais de emergência. Estes dois simulacros ocorreram nas ETA do Caia e Apartadura e tiveram ambos, como cenário inicial, um incêndio com vítimas. Procedeu-se à evacuação das instalações e foram cumpridos os procedimentos de atuação definidos nos planos de segurança internos.

Na vertente Ambiente, como forma de validar a atuação dos nossos colaboradores em situações de emergência ambiental, foram também realizados dois simulacros em que um dos cenários teve origem num derrame de óleo de um compressor na ETAR de Urra e o outro teve como base o derrame de coagulante na ETA da Póvoa. Nestas duas situações os envolvidos atuaram de acordo com o estabelecido, delimitando os derrames e seguindo as instruções implementadas. Nesta vertente foram ainda implementadas medidas operacionais com a vista à melhoria do desempenho ambiental nas infraestruturas da AdNA, em áreas como a prevenção da poluição do domínio público hídrico.

No decorrer de 2012, houve ainda lugar à realização de ações de formação de Ambiente e Segurança, com recurso a meios internos, o que possibilitou que os colaboradores do SRE desenvolvessem as referidas ações focando o seu conteúdo no que se mostrou serem as fragilidades do sistema. Apesar das limitações de custos esta alternativa torna-se assim numa mais-valia para o SRE e para a empresa.

### Comunicação e Imagem

No atual contexto nacional surgiu a forte necessidade de efetuar reduções drásticas de custos, tendo sido a Comunicação e Imagem uma das rubricas que mais foi “atingida”.

Apesar do acima exposto a empresa não deixou de desenvolver atividades de sensibilização ambiental, tal como aconteceu com Limpeza das margens da Albufeira do Caia em conjunto com a Associação de Bombeiros Voluntários de Arronches, a sessão sobre tratamento de água para consumo humano e a racionalização da utilização da mesma efetuada na ETA do Caia para os alunos da Universidade Sénior de Campo Maior e a visita dos técnicos da Unidade de Saúde Pública de Portalegre à ETA da Póvoa entre outras.

O desenvolvimento de projetos virados para o interior da empresa não foi descurado, tendo-se organizado:

Um torneio de futsal da AdNA, por iniciativa de um grupo de colaboradores, no Centro Vicentino da Serra de Portalegre, tendo a arbitragem ficado a cargo de alguns participantes.



Durante o torneio, os participantes deliciaram-se com uma maravilhosa carne grelhada, tendo, no final do mesmo, sido servido pela comissão organizadora do encontro, um excelente almoço convívio.

Este evento foi totalmente custeado pelos participantes, não tendo a empresa suportado qualquer custo e resultou num simpático momento de convívio entre um grande grupo de colaboradores da Águas do Norte Alentejano evidenciando que, em tempos de crise, graças à amizade e ao companheirismo, ainda é possível viver bons momentos!

No âmbito, do dia nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho (28 de Abril) e tendo em atenção que este tema é cada vez mais, uma preocupação de todos nós, a equipa da comunicação promoveu uma mesa redonda entre colaboradores, que se realizou no passado mês de Maio na sede da AdNA.

O objetivo deste encontro foi o de conseguir que, com base na troca de experiências e conhecimentos de todos os presentes e acima de tudo de quem já sofreu um acidente de trabalho, fosse possível definir metodologias e melhorias a aplicar no dia-a-dia, evitando assim o acidente.

Coube á equipa do SRE a abertura da reunião, tendo levado a efeito uma curta apresentação, onde abordou determinados aspetos no âmbito da segurança, tais como a capacidade crítica para identificação de perigos/riscos no local de trabalho, a prevenção de acidentes no local de trabalho, a adequação de EPI e EPC, tendo por ultimo dado alguma informação estatística sobre os “números” da AdNA, nesta vertente.

A participação de muitos colegas foi uma realidade, que veio permitir o sucesso desta iniciativa e a garantia de que será a primeira de muitas outras.

No dia de São Martinho, organizou-se mais um encontro entre colaboradores onde não faltaram as castanhas assadas e a água-pé, tendo-se realizado a primeira Prova Gastronómica da AdNA, denominada “Sabores de Outono”.

O encontro decorreu na ETAR de Portalegre, onde foram saboreados maravilhosos “Sabores de Outono” confeccionados pelos colegas participantes neste concurso. Depois de muitas provas foi escolhido o melhor “petisco” do concurso e entregue um diploma ao vencedor.

Apesar das dificuldades que o país atravessa e conseqüentemente a AdNA, o espírito de amizade e companheirismo falou mais alto este Natal e por iniciativa de alguns colaboradores, realizou-se no passado dia 18 de dezembro, em Arronches o jantar da natal da AdNA.

O ambiente foi fantástico, proporcionando assim momentos de amizade e boa disposição.

Ainda na época de Natal organizou-se a festinha de natal dos filhos dos colaboradores da AdNA, onde não faltaram a prática de jogos da água, filmes de natal e contos de histórias, seguida da oferta de um lanche.

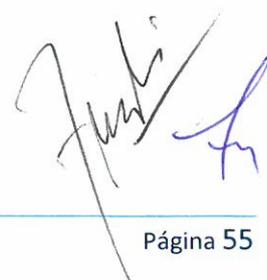
Para fim de festa, chegou o Pai Natal que se encarregou de fazer a entrega das lembranças tão desejadas pela pequenada.

Ao nível da responsabilidade social, atentos às dificuldades que atualmente atravessam as famílias, e resultante do fundo proveniente da Ação de Solidariedade “Por um café solitário um gesto solidário”, os colaboradores da Águas do Norte Alentejano, S.A. uniram-se numa iniciativa conjunta, em que a Administração da empresa, no sentido de tornar esta iniciativa mais eficaz, fez questão de duplicar o valor recolhido, para oferecer a famílias carenciadas do Distrito de Portalegre, Cabazes repletos de bens alimentares.



A distribuição destes cabazes foi feita a uma família em cada Concelho do Distrito de Portalegre, área de influência da Águas do Norte Alentejano, tendo-se contado com o apoio da Segurança Social que referenciou as famílias a apoiar.

A distribuição foi levada a efeito em dois momentos do ano em junho e em dezembro de 2012, sendo que no Natal, também o Intermarché de Portalegre fez questão de se associar a esta iniciativa e juntou ao Cabaz de Natal AdNA um conjunto de produtos, que enriqueceram esta ação.



## 7. Objetivos de Gestão

Os Objetivos de Gestão fixados para a Águas do Norte Alentejano, S.A., para o ano de 2012, pelos acionistas na Assembleia Geral de 31 de Março de 2010, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no Quadro seguinte.

<b>OBJETIVOS DE GESTÃO PARA O ANO DE 2012</b>				
<b>INDICADORES</b>			<b>VALOR FIXADO (1)</b>	<b>VALOR ATINGIDO (2)</b>
<b>INDICADORES FINANCEIROS – RENTABILIDADE E CRESCIMENTO</b> (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
1.	<b>ROCE</b>	(%)	3,2%	2,8%
2.	<b>EBITDA / Receitas</b>	(%)	55,2%	48,6%
<b>INDICADORES FINANCEIROS – EFICIÊNCIA</b> (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
3.	<b>Custos com Pessoal / EBITDA</b>	(%)	30,1%	30,8%
4.1	<b>Cash-Cost Abastecimento</b>	(€/m <sup>3</sup> )	0,45	0,48
4.2	<b>Cash-Cost Saneamento</b>	(€/m <sup>3</sup> )	0,16	0,27
<b>INDICADORES FINANCEIROS – INVESTIMENTO E ENDIVIDAMENTO</b> (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
5.	<b>Investimento</b>	(10 <sup>3</sup> €)	2.172	548
<b>INDICADORES FINANCEIROS - PMR e PMP</b> (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
6.	<b>Prazo Médio de Recebimentos</b>	(dias)	60	138
7.	<b>Prazo Médio de Pagamentos</b>	(dias)	40	124
<b>INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO</b> (Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)				
8.	<b>Volume de Atividade</b>	(10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	13.394	13.133
9.1	<b>Taxa de Cobertura de AA Potencial</b>	(%)	89,0%	88,0%
9.2	<b>Taxa de Cobertura de AR Potencial</b>	(%)	88,0%	83,0%

10.1	<b>Qualidade da Água Fornecida</b>	(%)	100,0%	99,9%
10.2	<b>Qualidade dos Efluentes Tratados</b>	(%)	100,0%	97,9%
11.	<b>Reforço da Eficiência Contratual</b>	(%)	100,0%	79,0%

<b>OBJETIVOS DE GESTÃO PARA O ANO DE 2012</b>				
<b>INDICADORES</b>			<b>VALOR FIXADO (1)</b>	<b>VALOR ATINGIDO (2)</b>
<b>INDICADORES DE REPORTE – CUMPRIMENTO DE REPORTE</b> (Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)				
12.	<b>Cumprimento dos Prazos de Reporte</b>	(dias)	1	-2
13.	<b>Cumprimento de Orientações Corporativas</b>	(%)	100%	100%

**NOTAS:**

Valor Fixado <sup>(1)</sup> – Valor fixado pela Assembleia Geral de 31 de março de 2010.

Valor Atingido <sup>(2)</sup> – Valor alcançado no exercício de 2012, devidamente auditado pela Ernst & Young.

O facto de se terem registado alguns atrasos no início do abastecimento em alguns pontos de entrega, bem como do arranque de algumas ETAR, associado ao aumento dos gastos tais como CMVC, eletricidade, conservação e reparação, etc, justificam o facto de a empresa não ter atingido os objetivos propostos ao nível dos indicadores financeiros de rentabilidade, crescimento e eficiência.

Refira-se que o comportamento dos Cash Costs de Abastecimento e Saneamento indicam, que teria sido necessário reduzir, ainda, rubricas de gastos ou aumentar caudais, só dessa forma teria sido possível atingir o objetivo proposto.

Ao nível do indicador de Investimento este fica aquém do objetivo no entanto, tal facto, deveu-se às dificuldades de financiamento e às imposições do PEC, que não permitiram a sua realização.

No que respeita aos PMP e PMR os mesmos refletem a situação vivida no País e a falta patente de liquidez, refira-se no entanto que, quanto ao PMR, apesar de o mesmo não ter atingido o objetivo, demonstra uma evolução positiva em relação ao ano anterior tendo registado uma redução na ordem dos 35 dias.



## 8. Perspetivas para o Futuro

A situação económica nacional, a dificuldades sentidas a vários níveis e muito especificamente ao nível económico-financeiro, mais agravadas ainda no interior do país, por um lado e o facto de estar em marcha a reestruturação do sector das águas e resíduos, onde se prevê as fusões de vários sistemas, por outro, justifica o facto de se optar por uma estratégia de contenção de gastos, onde a grande preocupação será a melhoria ao nível dos serviços prestados e da qualidade da água aduzida, bem como o alargamento do fornecimento de água em alta a mais pontos de entrega e do tratamento de efluentes em maior numero de ETAR.

Perspetiva-se, ainda, para 2013 uma melhoria nos recebimentos dos Municípios, resultante em larga medida do objetivo de se desenvolver toda uma estratégia de resolução de conflitos, que por certo contribuirá para a estabilidade da AdNA facilitando assim o processo de fusão.

Importa ainda salientar que a empresa perspetiva a aplicação do mesmo método de faturação da atividade de saneamento para o ano de 2013, que tem vindo a praticar nos últimos anos, não seguindo, deste modo, a aplicação da recomendação 3/2007, o que justifica com dois fatores relevantes, por um lado a inexistência de udómetros suficientes no Distrito, que permitam as leituras necessárias para aplicação da respetiva recomendação e por outro lado e como motivo mais forte, a não concordância já manifestada pelos Municípios, com a alteração do método de faturação, o que, no atual contexto nos leva a crer não ser oportuna a alteração do referido critério de faturação, pois iria com certeza gerar mais situações de conflito, inclusive com municípios que atualmente pagam este serviço.

Será também uma forte preocupação no decorrer de 2013 a abertura do sistema à utilização das captações subterrâneas, como alternativa estratégica a questões que muitas vezes se prendem com as águas superficiais, nomeadamente contaminações.

Ao nível dos investimentos é objetivo primordial da empresa a realização de melhorias de tratamento na Estação de Tratamento de Água da Pova.

Na área do SRE e dando continuidade ao processo de certificação prevê-se o alargamento do âmbito no referencial Ambiente para as infraestruturas que já dispõem de licenciamento, o que poderá corresponder a um acréscimo de cerca de 35 instalações.

Continuação do desenvolvimento do plano de segurança da água já iniciado em 2012, como ferramenta essencial para garantia da qualidade e segurança da água fornecida e do serviço prestado aos utilizadores.

A renovação da certificação nos três referenciais normativos, Qualidade, Ambiente e Segurança, faz com que o Sistema de Responsabilidade Empresarial contribua cada vez mais como uma ferramenta de apoio às decisões de gestão na AdNA, através dos seus mecanismos de planeamento, monitorização e medição.

Perspetiva-se para o ano de 2013, num quadro económico que se apresenta difícil, que a envolvimento e dedicação de todos os colaboradores contribuam decisivamente para prosseguirmos o objetivo da melhoria contínua, garantindo o desenvolvimento sustentável da empresa.



### 9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Não existiram factos relevantes após o termo do exercício, para além do referido na nota às contas numero 44 “Eventos Subsequentes”.

### 10. Sucursais da Sociedade

A sociedade não tem sucursais

### 11. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer transmitir o seu profundo apreço e reconhecimento a todos aqueles que, de uma forma direta ou indireta, colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- ao Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território, pelo interesse, empenho, e apoio demonstrados;
- no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território, ao Instituto da Água, Instituto do Ambiente, Instituto da Conservação da Natureza, Agência Portuguesa do Ambiente, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, Gabinete do Gestor do Programa Ambiente e Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, pelo apoio recebido;
- ao acionista Águas de Portugal, SGPS,S.A., pela confiança e apoio demonstrados;
- aos acionistas Municípios, pela confiança e colaboração demonstrados;
- aos membros da Mesa de Assembleia Geral e ao Fiscal Único pela colaboração dispensada;
- às entidades públicas e privadas em geral com quem se estabeleceram relações institucionais;
- aos clientes da Águas do Norte Alentejano, S.A., pela sua exigência e capacidade de diálogo;
- a todos os colaboradores da Águas do Norte Alentejano, S.A., pelo profissionalismo, competência, empenho e dedicação sempre demonstrados.

### 12. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto na alínea b) do artigo 17º dos Estatutos da Sociedade, constantes no Decreto-Lei 105/2001, de 31 de Março, propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido Negativo de 1.335.116,04 € (um milhão trezentos e trinta e cinco mil cento e dezasseis euros e quatro cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.



### 13. Anexo Ao Relatório

Em cumprimento das disposições legais vigentes, informa-se que não se encontram em mora quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal.

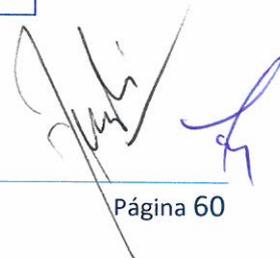
Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas do Norte Alentejano, S.A. era, em 31 de Dezembro de 2011, integralmente detido pelos acionistas que constam do Quadro seguinte.

Em cumprimento do disposto no n.º4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 765.000 de ações com o valor nominal de €5,00 (cinco euros), correspondentes a 51,00% do Capital Social da Águas do Norte Alentejano, S.A..

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2011:

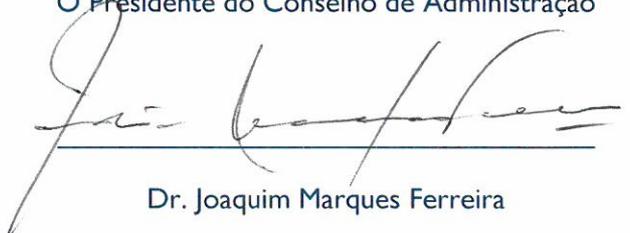
- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores;
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

Accionistas	Capital Social		
	Nº Acções	% Capital	Valor Capital (€)
AdP – Águas de Portugal	765.000	51,00 %	3.825.000,00
Município de Alter do Chão	23.660	1,58 %	118.300,00
Município de Arronches	19.612	1,31 %	98.060,00
Município de Avis	31.071	2,07 %	155.355,00
Município de Campo Maior	49.600	3,31 %	248.000,00
Município de Castelo de Vide	23.147	1,54 %	115.735,00
Município de Crato	26.568	1,77 %	132.840,00
Município de Elvas	140.649	9,38 %	703.245,00
Município de Fronteira	21.722	1,45 %	108.610,00
Município de Gavião	30.159	2,01 %	150.795,00
Município de Marvão	22.292	1,49 %	111.460,00
Município de Monforte	19.555	1,30 %	97.775,00
Município de Nisa	51.311	3,42 %	256.555,00
Município de Ponte de Sôr	98.802	6,59 %	494.010,00
Município de Portalegre	145.210	9,68 %	726.050,00
Município de Sousel	31.642	2,11 %	158.210,00
<b>Total</b>	<b>1.500.000</b>	<b>100%</b>	<b>7.500.000,00</b>



Portalegre, 27 de fevereiro de 2013

O Presidente do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Marques Ferreira

O Vogal do Conselho de Administração

Administrador Executivo



Eng. José Luís Caseiro

### C – Contas do Exercício de 2012

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2012.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

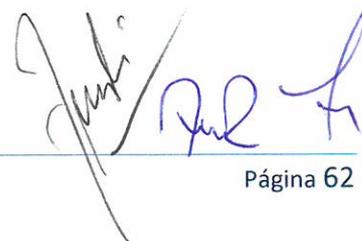
- Demonstração da Posição Financeira (Balanço);
- Demonstração dos Resultados; (por natureza)
- Demonstração do Rendimento Integral
- Demonstração das Variações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório as seguintes informações financeiras:

- Decomposição de Fluxos de Caixa;
- Notas às Demonstrações Financeiras

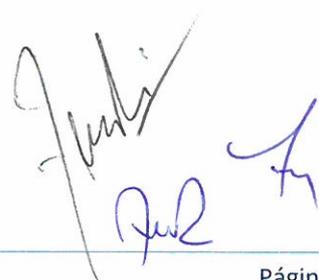
No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;



Contas Individuais

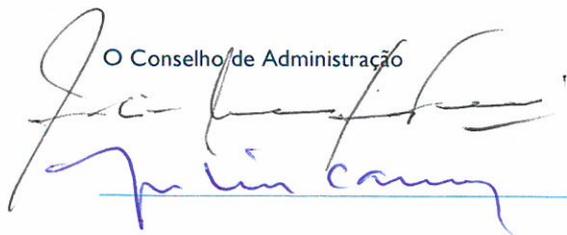
# Demonstrações Financeiras



**Demonstração da Posição Financeira (Balanço)**

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<b>Activos não correntes</b>			
Activos intangíveis	8	107.166.580,53	110.372.002,83
Investimentos financeiros	10	2.177.301,00	2.177.301,00
Impostos diferidos activos	11	3.791.952,20	2.014.343,09
Clientes e outros activos não correntes	12	3.784.250,46	2.372.757,30
<b>Total dos activos não correntes</b>		<b>116.920.084,19</b>	<b>116.936.404,22</b>
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	13	54.878,17	73.617,67
Clientes	14	5.127.047,36	5.133.647,57
Estado e outros entes públicos	15	126.591,66	88.533,72
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	27	97.236,11	41.358,20
Outros activos correntes	16	2.750.121,78	12.995.225,73
Caixa e seus equivalentes	17	1.459.855,88	2.664.750,43
<b>Total dos activos correntes</b>		<b>9.615.730,96</b>	<b>20.997.133,32</b>
<b>Total do activo</b>		<b>126.535.815,15</b>	<b>137.933.537,54</b>
<b>Capital próprio dos accionistas maioritários</b>			
Capital social	18	7.500.000,00	7.500.000,00
Reservas e outros ajustamentos	18	9.188,27	9.188,27
Resultados transitados	18	-11.380.420,75	-10.478.883,89
Resultado líquido do exercício		-1.335.116,04	-901.536,86
<b>Total do capital próprio</b>		<b>-5.206.348,52</b>	<b>-3.871.232,48</b>
<b>Passivos não correntes</b>			
Provisões	19	46.917,84	46.917,84
Empréstimos	21	52.518.470,49	54.788.883,05
Fornecedores e outros passivos não correntes	22	1.314.811,62	1.533.205,22
Impostos Diferidos Passivos	11	2.777.335,31	1.281.976,00
Acréscimos de custos do investimento contratual	23	5.031.602,09	7.518.635,67
Subsídios ao investimento	24	43.019.710,13	43.661.093,59
<b>Total dos passivos não correntes</b>		<b>104.708.847,48</b>	<b>108.830.711,37</b>
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos	21	23.828.622,14	29.359.186,65
Fornecedores	25	1.451.113,52	1.942.885,34
Outros passivos correntes	26	1.494.780,66	1.396.867,04
Imposto sobre o rendimento do exercício	27		-
Estado e outros entes públicos	15	258.799,87	275.119,62
<b>Total dos passivos correntes</b>		<b>27.033.316,19</b>	<b>32.974.058,65</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>131.742.163,67</b>	<b>141.804.770,02</b>
<b>Total do passivo e do capital próprio</b>		<b>126.535.815,15</b>	<b>137.933.537,54</b>

O Conselho de Administração



A Técnica Oficial de Contas

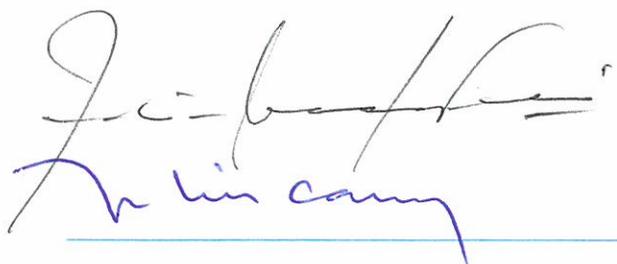


## Demonstração dos Resultados

Demonstração dos Resultados	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Vendas	28	5.356.728,24	5.022.821,91
Prestações de serviços	28	3.259.578,83	3.022.477,75
<b>Volume de negócios</b>		<b>8.616.307,07</b>	<b>8.045.299,66</b>
Custo das vendas/variação dos inventários	29	-635.156,32	-525.578,31
<b>Margem bruta</b>		<b>7.981.150,75</b>	<b>7.519.721,35</b>
Fornecimentos e serviços externos	30	-3.268.854,87	-3.082.610,67
Gastos com pessoal	31	-1.288.768,38	-1.545.409,73
Amortiz., depreciações e reversões do exercício	32	-2.753.583,27	-3.503.390,88
Provisões e reversões do exercício	33		520.835,35
Perdas por imparidade e reversões	34	-	-
Subsídios ao investimento	24	1.003.607,74	1.380.891,39
Outros gastos e perdas operacionais	35	-276.830,97	-276.898,35
Outros rendimentos e ganhos operacionais	36	40.717,44	145.476,32
<b>Resultados operacionais</b>		<b>1.437.438,44</b>	<b>1.158.614,78</b>
Gastos financeiros	37	-3.545.626,25	-2.373.222,86
Rendimentos financeiros	38	499.293,74	408.400,76
<b>Resultados financeiros</b>		<b>-3.046.332,51</b>	<b>-1.964.822,10</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-1.608.894,07</b>	<b>-806.207,32</b>
Imposto do exercício	27	-8.471,77	-9.445,23
Imposto diferido	11	282.249,80	-85.884,31
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-1.335.116,04</b>	<b>-901.536,86</b>
<b>Rendimentos Integral</b>		<b>-1.335.116,04</b>	<b>-901.536,86</b>
<b>Resultado por acção (básico e diluído)</b>	18	<b>-0,89</b>	<b>-0,60</b>
<b>Rendimento integral por acção (básico e diluído)</b>	18	<b>-0,89</b>	<b>-0,60</b>

O Conselho de Administração

A Técnica Oficial de Contas

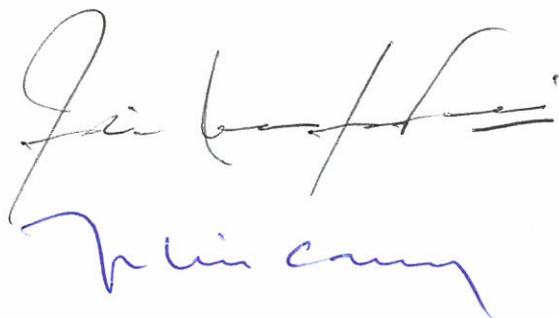



Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2011	7.500.000,00	9.188,27	-10.478.883,89	-901.536,86	-3.871.232,48
Aplicação do resultado líquido do exercício			-901.536,86	901.536,86	0,00
Dividendos pagos					0,00
Resultado líquido do exercício				-1.335.116,04	-1.335.116,04
Saldo a 31 de Dezembro de 2012	7.500.000,00	9.188,27	-11.380.420,75	-1.335.116,04	-5.206.348,52

O Conselho de Administração

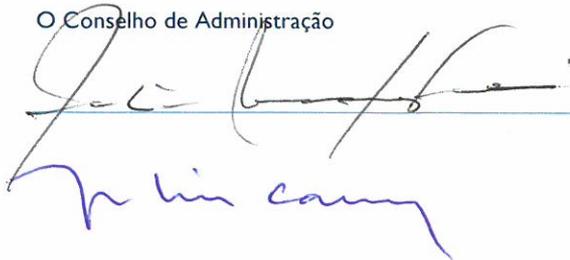
A Técnica Oficial de Contas



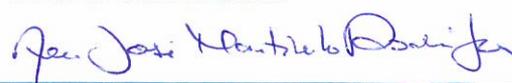

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31.12.2012	31.12.2011
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de Clientes	7.852.835,00	6.983.182,79
Pagamentos a Fornecedores	-5.370.407,98	-4.147.987,62
Pagamentos ao Pessoal	-1.115.989,76	-1.237.424,35
	<b>1.366.437,26</b>	<b>1.597.770,82</b>
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		
Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento		
Pagamentos do Imposto sobre o Rendimento	-28.622,52	-15.614,36
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional		
Outros Recebimentos relativos à Actividade Operacional	426.559,65	567.045,43
Outros Pagamentos relativos à Actividade Operacional	-217.886,27	-266.733,48
Pagamentos Segurança Social	-213.549,76	-453.958,36
Pagamentos de Outros Impostos	-338.651,41	-384.049,50
	- 372.150,31	- 553.310,27
<b>Fluxo de caixa das actividades operacionais</b>	<b>994.286,95</b>	<b>1.044.460,55</b>
<b>Actividades de Investimento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Subsídios de Investimento	10.346.436,81	3.968.343,64
Juros e Rendimentos Similares	124.714,79	5.873,40
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Investimentos Financeiros		
Activos Intangíveis	-115.344,77	-793.838,09
Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis em Curso	-1.054.364,35	-5.351.770,44
Juros e Gastos Similares		
<b>Fluxo de caixa das actividades de investimento</b>	<b>9.301.442,48</b>	<b>- 2.171.391,49</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Empréstimos Obtidos	20.176,61	4.645.765,50
Outros Recebimentos de Financiamento	223.435,03	
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Empréstimos Obtidos	-8.831.958,27	-503.784,00
Amortizações de Contratos de Locação Financeira		-56.258,91
Juros e Gastos Similares	-2.741.320,09	-1.256.675,91
Outros Pagamentos de Financiamentos	-170.986,62	-4.551,76
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<b>- 11.500.653,34</b>	<b>2.824.494,92</b>
<b>Variações de Caixa e seus Equivalentes</b>	<b>- 1.204.923,91</b>	<b>1.697.563,98</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>2.664.750,43</b>	<b>967.186,45</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1.459.826,52</b>	<b>2.664.750,43</b>

O Conselho de Administração



A Técnica Oficial de Contas

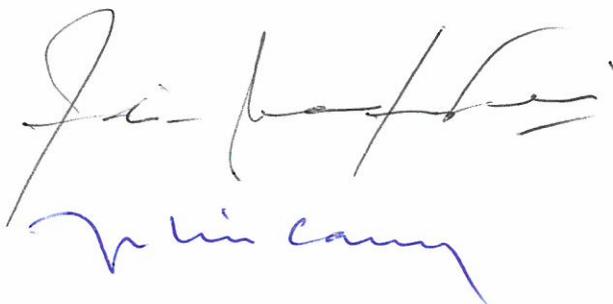


Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	625,00	625,00
Depósitos à ordem	1.459.230,88	1.464.125,43
Depósitos a prazo		1.200.000,00
	<b>1.459.855,88</b>	<b>2.664.750,43</b>
Descobertos bancários	-29,36	
	<b>1.459.826,52</b>	<b>2.664.750,43</b>

O Conselho de Administração

A Técnica Oficial de Contas




## Notas às Demonstrações Financeiras

### I. Atividade económica da Águas do Norte Alentejano, S.A.

#### I.1. Introdução

A Águas do Norte Alentejano, S.A. (adiante designada também por AdNA ou Empresa ou Sociedade), é uma sociedade anónima de duração indeterminada, constituída pelo Decreto-Lei n.º 105/2001, de 31 de Março, tendo a sua sede social na Rua da Casa de Saúde n.º 5, em Portalegre com um capital social de 7.500.000,00 Euros, realizado em 100 % no final de 2007.

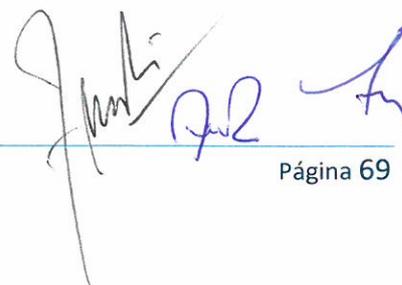
#### I.2. Atividade

A Sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte Alentejano, para captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e para recolha, tratamento e rejeição de efluentes...". Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português a 20 de Abril de 2001, foi atribuída à Empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte Alentejano, pelo prazo de 30 anos. O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Norte Alentejano abrange os municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel.

#### I.3. Acionistas

São acionistas da AdNA:

Accionista	
Águas de Portugal, SGPS, SA	51,0%
Município de Alter do Chão	1,6%
Município de Arronches	1,3%
Município de Avis	2,1%
Município de Campo Maior	3,3%
Município de Castelo de Vide	1,5%
Município do Crato	1,8%
Município de Elvas	9,4%
Município de Fronteira	1,4%
Município de Gavião	2,0%
Município de Marvão	1,5%
Município de Monforte	1,3%
Município de Nisa	3,4%
Município de Ponte de Sôr	6,6%
Município de Portalegre	9,7%
Município de Sousel	2,1%



## 1.4. Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 27 de fevereiro de 2013.

## 2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2011.

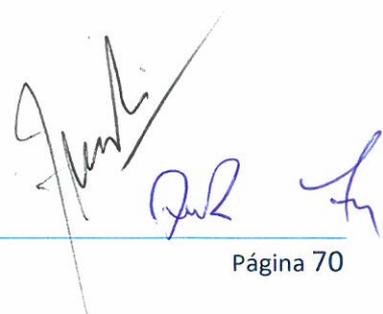
As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

### 2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdNA foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IFRS/IAS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

#### 2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de Dezembro de 2011.

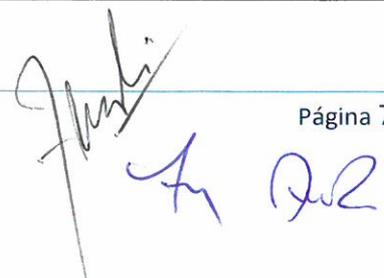


- **Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e já endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2012 e 1 de janeiro de 2013:**

<p><b>IAS I Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)</b></p>	<p>A emenda à IAS I altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens suscetíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não suscetíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).</p> <p>Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser suscetíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.</p> <p><i>As alterações à IAS I serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.</i></p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	

<p><b>IFRS I Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro - economias hiperinflacionárias (Emenda)</b></p>	<p>Quando a data de transição para as IFRS ocorrer na data, ou após data, em que a moeda funcional cesse de ser uma moeda de uma economia hiperinflacionária, a entidade pode mensurar todos os ativos e passivos detidos antes da data da cessação e que foram sujeitas aos efeitos de uma economia hiperinflacionária, ao seu justo valor na data da transição para IFRS. Este justo valor pode ser utilizado como o custo considerado para esses ativos e passivos na data de abertura da demonstração da posição financeira.</p> <p>A emenda remove adicionalmente as datas fixas na IFRS I relativas ao desreconhecimento de ativos e passivos financeiros e de ganhos e perdas em transações no reconhecimento inicial, a nova data passa a ser considerada a data da transição para as IFRS.</p> <p><i>As alterações à IFRS I serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2011. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.</i></p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	

<p><b>IFRS I (Emenda). Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro – IFRS 9 e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e</b></p>	<p>A emenda estabelece uma exceção na aplicação retrospectiva da IFRS 9 Instrumentos financeiros e IAS 20 Contabilização dos subsídios governamentais e divulgação de apoios governamentais.</p> <p>Esta emenda requer que as entidades que apliquem a IFRS I apliquem prospectivamente os requisitos exigidos pela IAS 20 relativamente a</p>
--	--



<p><b>divulgação de apoios governamentais</b></p>	<p>empréstimos governamentais que existam à data da transição para as IFRS. No entanto, as entidades podem optar por aplicar os requisitos previstos na IFRS 9 (ou IAS 39, conforme aplicável) e IAS 20 a empréstimos governamentais retrospectivamente se a informação necessária tenha sido obtida na data de reconhecimento inicial desses empréstimos.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>Esta adoção permite aos primeiros adotantes um alívio da aplicação retrospectiva da mensuração de empréstimos governamentais com uma taxa de juro inferior à taxa de juro de mercado. Como resultado da não aplicação retrospectiva da IFRS 9 (ou IAS 39) e IAS 20, os adotantes pela primeira vez não necessitam de reconhecer o correspondente benefício de uma taxa inferior à taxa de juro de mercado num empréstimo governamental como subsídio.</p> <p><i>As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação antecipada é permitida desde que divulgada.</i></p>

<p><b>IFRS 7 (Emenda) Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros</b></p>	<p>Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p><i>As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.</i></p>

<p><b>IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas</b></p>	<p>O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações</p>
--	--

<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>financeiras consolidadas e separadas.</p> <p>A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe.</p> <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i></p>
<p><b>IFRS 11 Acordos conjuntos</b></p> <p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>A IFRS 11:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores.</li> <li>• altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.</li> <li>• define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos ativos, passivos, rendimentos e custos.</li> </ul> <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i></p>
<p><b>IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades</b></p>	<p>A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.</p>




	<p>Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i></p>

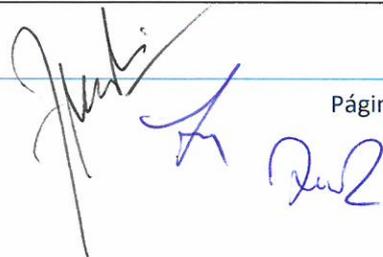
<p><b>IFRS 13 Mensuração do justo valor</b></p>	<p>A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”.</p> <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospetiva.</i></p>

<p><b>IAS 12 Impostos sobre o rendimento</b></p>	<p>A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efetuada através do uso das propriedades de investimento.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por ativos fixos tangíveis não depreciables que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efetuada através da venda destes ativos.</p> <p><i>As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.</i></p>

<p><b>IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)</b></p>	<p>Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.</p>
<p><b>Sem impacto no Grupo AdP</b></p>	<p><i>As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013 podem ser antecipadas desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i></p>

<p><b>IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures</b></p>	<p>Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p><i>As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013 podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.</i></p>

<p><b>IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros)</b></p>	<p>A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>○ parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um ativo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver atualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da atividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.</p> <p>○ critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.</p>



	<p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.</i></p>
--	---

<p><b>IFRIC 20 Custos de separação de resíduos durante a fase de produção numa mina à superfície</b></p>	<p>Esta interpretação aplica-se à remoção de resíduos incorridos numa mina de superfície durante a fase de produção.</p> <p>Se o benefício decorrente da atividade de separação de resíduos for realizado no período corrente, uma entidade deve reconhecer esses custos de separação e remoção de resíduos como custos de inventários. Quando o benefício se refere a um acesso melhorado ao minério então a entidade deverá reconhecer esses custos como ativos não correntes se determinados critérios de reconhecimento forem cumpridos. Os ativos de separação e remoção de resíduos devem ser contabilizados como uma adição ou melhoramentos a ativos já existentes.</p> <p>Se os custos da atividade de separação de resíduos que reúnem as condições para serem reconhecidos como um ativo e o inventário produzido não forem identificáveis separadamente, uma entidade deve alocar estes custos por ambos os ativos utilizando um método de alocação baseado numa medida relevante de produção.</p> <p>Após a mensuração inicial, o ativo resultante da atividade de separação e remoção de resíduos deve estar registado ao seu valor de custo ou ao valor reavaliado, líquido de amortizações e imparidades, utilizando os mesmos critérios de valorização dos ativos de que esta componente faça parte integrante.</p> <p><i>A IFRIC 20 é aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, pode no entanto ser aplicada antecipadamente desde que devidamente divulgada. A IFRIC não requer a total aplicação é retrospectiva.</i></p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	

- **Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e não endossadas pela União Europeia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2012 e 1 de janeiro de 2013:**

<p><b>IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros)</b></p>	<p>A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no</p>
--	--




	<p>âmbito de aplicação da IAS 39.</p> <p>As principais alterações são as seguintes:</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>Ativos Financeiros:</p> <p>Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.</p> <p>Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• a opção pelo justo valor não for exercida;</li> <li>• o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e</li> <li>• nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.</li> </ul> <p>Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.</p> <p>Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respetivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)</p> <p>Passivos Financeiros:</p> <p>As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas exceto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem suscetíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.</p> <p>Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.</p> <p><i>Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de</i></p>



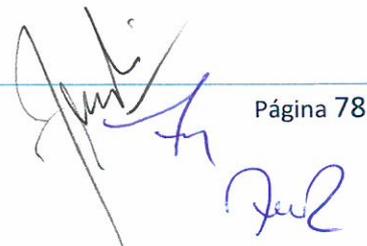

	<p>2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.</p>
--	---

**• Normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, cuja aplicação é obrigatória apenas para os períodos com início após 1 de Janeiro de 2013:**

<b>IAS 19 (Revista) Benefícios dos Empregados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas atuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e gastos (rendimentos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do ativo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.</li> <li>• Os objetivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos atuariais.</li> <li>• Benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.</li> <li>• A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.</li> </ul>
<b>Sem impacto na Empresa</b>	

**• Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, emitidas pelo IASB**

<b>IFRS 1 (Emenda) Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro</b>	<p>Clarifica que uma entidade que parou de aplicar as IFRS pode escolher entre: (i) voltar a aplicar a IFRS 1, apesar de já o ter feito num período anterior; ou (ii) aplicar retrospectivamente de acordo com a IAS 8, como se nunca tivesse deixado de aplicar as IFRS. Se uma entidade voltar a aplicar a IFRS 1 ou aplicar a IAS 8, deve divulgar as razões porque deixou de aplicar as IFRS e subsequentemente reatou a aplicação das IFRS.</p>
<b>Sem Impacto na empresa</b>	<p>Clarifica que, na adoção das IFRS, uma entidade que tenha capitalizado</p>

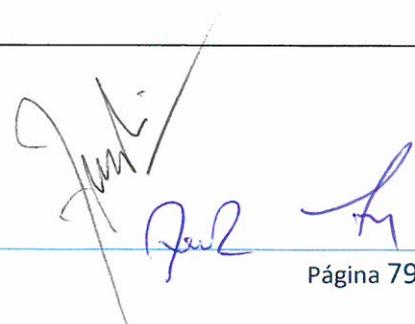


	custos de financiamento de acordo com o anterior normativo, pode manter esse montante capitalizado sem qualquer ajustamento na Demonstração da posição financeira na data de transição
--	--

<b>IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras</b>	<p>Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.</p> <p>Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.</p> <p>Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.</p>
<b>Sem Impacto na empresa</b>	

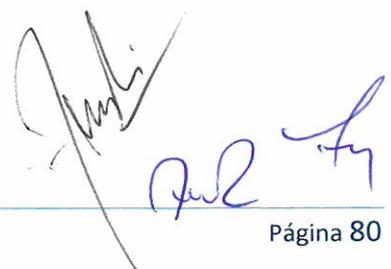
<b>IAS 16 Ativos fixos tangíveis</b>	Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de ativos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.
<b>Sem Impacto na empresa</b>	

<b>IAS 32 Instrumentos financeiros</b>	Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a acionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.
<b>Sem Impacto na empresa</b>	



<p><b>IAS 34 Relato financeiro intercalar</b></p>	<p>Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de ativos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.</p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	<p>De acordo com esta emenda, o total de ativos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.</p> <p><i>As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.</i></p>

<p><b>Guia de aplicação para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12</b></p>	<p>Clarifica algumas disposições transitórias das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.</p> <p><i>Este guia de aplicação será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013 podendo ser antecipado se a entidade aplicar a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 antecipadamente.</i></p>
<p><b>Sem Impacto na empresa</b></p>	



### 2.2. Atividade regulada – reconhecimento de ativos e passivos regulatórios

#### 2.2.1 Introdução

A Águas do Norte Alentejano, S.A. atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - DL 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos DL 151/2002, de 23 de Maio, e DL 277/2009, de 2 de Outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pela empresa carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

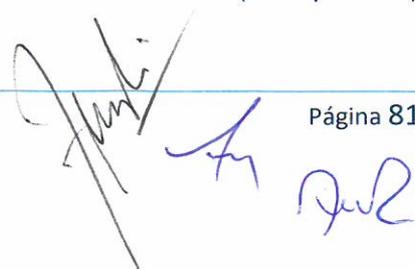
Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Norte Alentejano, S.A. com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: (i) um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e (ii) o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar custos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas do Norte Alentejano, S.A. é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de custos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador, (i) uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um custo anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; (ii) uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de custos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos)



Página 81

deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes, assegurando o correto balanceamento entre réditos e gastos.

### 2.2.2 Acréscimos de custos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da AdNA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

### 2.3. Atividade concessionada – IFRIC 12 regulatórios

#### 2.3.1 Enquadramento

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a AdNA presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

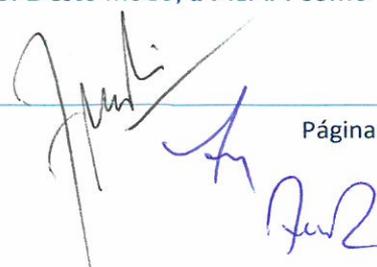
Concessões, prazos e indexantes

Água e saneamento	Concessão	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência
Águas do Norte Alentejano, S.A.	Concessão	50 anos	2001-2051	10,46%	7.509.188,27

### 2.3.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a AdNA assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do Grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a AdNA como



concessionária do sistema multimunicipal do Norte Alentejano classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

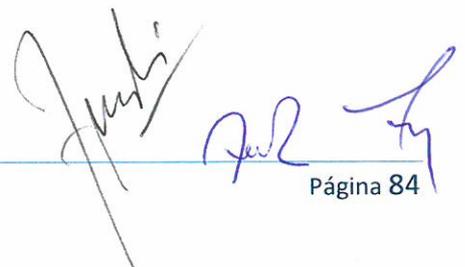
### 2.3.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão Euros	Número de anos do contrato de concessão	Total de caudais do contrato de concessão (m3)	Total do investimento da concessão revisto preços constantes 2012	Número de anos da concessão (último EVEF submetido)	Total de caudais revistos (último EVEF submetido)	Taxa média de amortização do ano de 2012
91.771.191,43	30	563.422.367	141.279.041,42	50	653.886.254	2,22%



### 2.3.4 Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

### 2.3.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A AdNA na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da AdNA, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

## 2.4. Ativos intangíveis

### 2.4.1 Direitos de utilização de infraestruturas

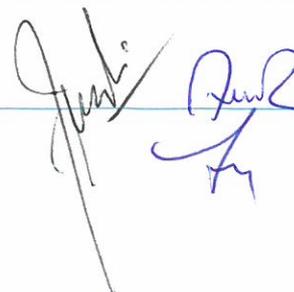
Ver nota 2.3.2.

### 2.4.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software.

## 2.5. Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos



de caixa; ou (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

### 2.5.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Norte Alentejano, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Norte Alentejano, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos financeiros.

#### 2.5.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Norte Alentejano, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

#### 2.5.1.2 Investimentos financeiros

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos

com maturidade definida para os quais a Águas do Norte Alentejano, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

### 2.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

#### 2.5.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

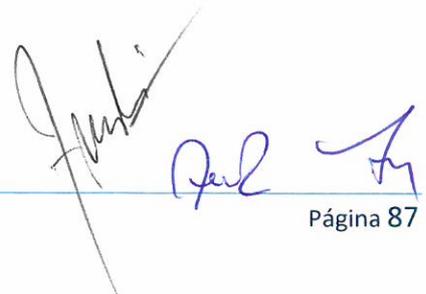
Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

#### 2.5.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Norte Alentejano, S.A. possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

#### 2.5.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.



### 2.6. Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de água ou de serviços prestados pela Águas do Norte Alentejano, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

### 2.7. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

### 2.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários.

### 2.9. Imparidade

#### 2.9.1 Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

#### Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas do Norte Alentejano, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contractos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é



abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

### 2.9.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Norte Alentejano, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço. É determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Norte Alentejano, S.A. para os quais existem indicações de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

#### Determinação da quantia recuperável dos ativos

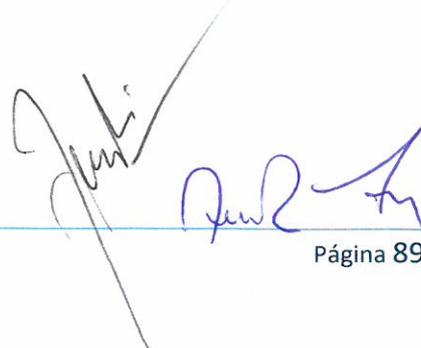
A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

#### Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

### 2.10. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.



### 2.11. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

### 2.12. Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Norte Alentejano, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na Demonstração dos Resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

### 2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes

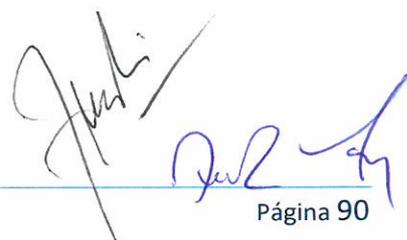
As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Norte Alentejano, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do Balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

#### Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.



### 2.14. Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a Águas do Norte Alentejano, S.A. seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

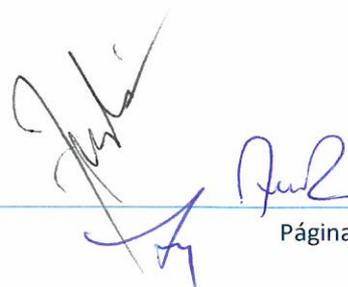
Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

### 2.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.3 as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

#### 2.15.1 Prestação de serviços

##### Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento



O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos estimados;

### **Atividade não regulada - Serviço de Limpa Fossas**

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do serviço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço;

### **2.15.2 Venda de bens**

#### **Atividade regulada - Serviços em “alta” – Abastecimento de água**

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

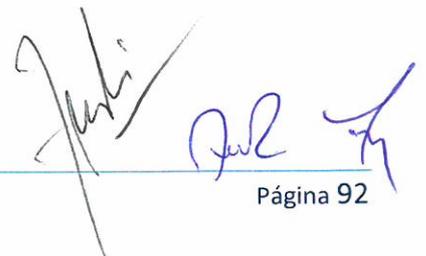
### **2.15.3 Juros**

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas do Norte Alentejano, S.A reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash-flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

### **2.16. Trabalhos para a própria empresa**

Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem impacto na demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável. São reconhecidos os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os custos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

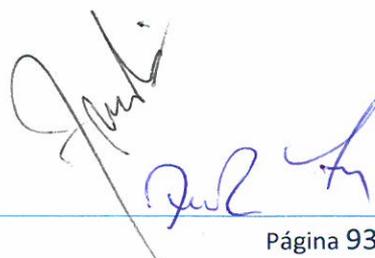


### 2.17. Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

### 2.18. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.



## 3. Políticas de gestão do risco financeiro

### 3.1. Fatores de risco

As atividades da AdNA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivativos, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

### 3.2. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdNA. A empresa está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - municípios). No entanto dada a situação económica e financeira particular do país nos últimos 2 anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos tem vindo a crescer significativamente (ver notas 16 e 18 - clientes).

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando:

- i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial;
- ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e
- iii) a condição financeira do cliente

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. No Orçamento de Estado para 2012, no n.º 1 do artigo 58º estabeleceu que as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras dos sistemas multimunicipais do setor da água, do saneamento básico

e dos resíduos deveriam apresentar até ao dia 15 de fevereiro de 2012, ao ministério da tutela setorial, as condições de regularização dos respetivos débitos.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

Os limites gerais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do presente diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1.000.000.000 euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

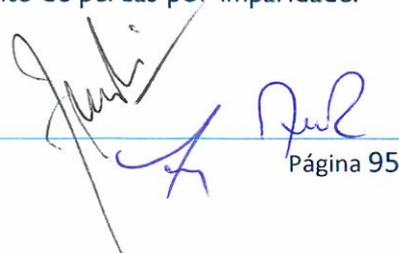
As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração do Grupo AdP acompanhou de perto (junto das “entidades interessadas”) estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. Ainda que esta data não seja possível determinar com exatidão as verbas que irão ser pagas ao Grupo AdP SGPS, é expectável que partes significativas das dívidas dos Municípios anteriores a 31 de Dezembro de 2011 venham a ser liquidadas quando estes contratos forem assinados e disponibilizada a verba por parte do Governo Central aos Municípios.

A Administração tomou conhecimento que o Tribunal de Contas se encontra a analisar as contas dos varios municípios, para posteriormente dar um parecer ao Governo, assim sendo é expectavel por parte da Administração que durante o ano de 2013, estas dividas venham a ser pagas, no âmbito deste programa de ajuda aos Municípios.

Adicionalmente o Conselho de Administração da da AdNA encontra-se a avaliar à adoção de outras medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, e o estabelecimento de acordos de pagamento.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da AdNA continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.



Página 95

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdNA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de Dezembro de 2012, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Activos financeiros bancários	31.12.2012
Depósitos à ordem	1.459.230,88
Fundo de reconstituição do capital	2.177.301,00
	<b>3.636.531,88</b>

Rating	31.12.2012
Ba3 (Moody's)	1.459.230,88
Ba3 (Moody's)	2.177.301,00
	<b>3.636.531,88</b>

### 3.3 Risco de taxa de câmbio

A empresa não está sujeita a este risco porque não transaciona em moeda estrangeira.

### 3.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Norte Alentejano, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Norte Alentejano, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Águas do Norte Alentejano, S.A. atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a empresa procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da AdNA, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Norte Alentejano, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	23.828.622,14	6.826.158,32	45.692.312,17
Fornecedores e outros passivos	2.945.894,18	507.710,62	807.101,00

A Águas do Norte Alentejano, S.A. não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a empresa entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata. Adicionalmente, no final do ano de 2012 o Grupo AdP reforçou a linha de financiamento do BEI III em 108 milhões de euros, sendo também expectável os influxos relativamente a candidaturas de subsídios ao investimento.

### 3.5 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdNA, advém essencialmente da contratação de empréstimos de curto prazo. Neste âmbito empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxo de caixa, enquanto que empréstimos obtidos à taxa fixa são responsáveis por risco do justo valor associado à taxa de juro. Refira-se que associado também à variação da taxas de juro, está a remuneração garantida dos contratos de concessão, e conseqüentemente o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros da AdNA.

		31.12.2012	31.12.2011
Juros suportados	Real	3.786.334,47	3.628.339,62
Juros suportados	tx média +1%	4.484.920,17	4.349.679,51
Juros suportados	tx média -1%	3.087.748,77	2.906.999,74

### 3.6 Risco de capital

O objetivo da AdNA em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital.

O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdNA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.



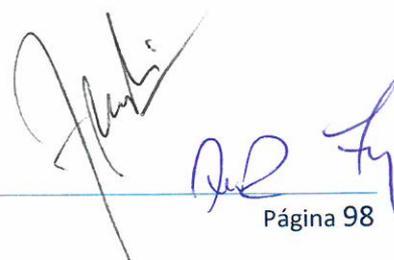
	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos não correntes	52.518.470,49	54.788.883,05
Empréstimos correntes	23.828.622,14	29.359.186,65
Disponibilidades	-1.459.855,88	-2.664.750,43
<b>Dívida</b>	<b>74.887.236,75</b>	<b>81.483.319,27</b>
Subsídios ao investimento	43.019.710,13	43.661.093,59
Total do capital próprio	-5.206.348,52	-3.871.232,48
<b>Capital</b>	<b>112.700.598,36</b>	<b>121.273.180,38</b>
<b>Dívida/total do capital</b>	<b>0,66</b>	<b>0,67</b>

O modelo de financiamento da AdNA assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

### 3.7 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a AdP têm procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

A esta data o Conselho de Administração da AdNA não tem conhecimento de eventuais decisões tomadas por parte do Concedente no âmbito da provável reestruturação do sector, reconhecendo no entanto que a ocorrerem, as mesmas podem ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AdP.



## 4 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Águas do Norte Alentejano, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem.

### 4.1 Provisões

A Águas do Norte Alentejano, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 4.2 Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos Resultados.

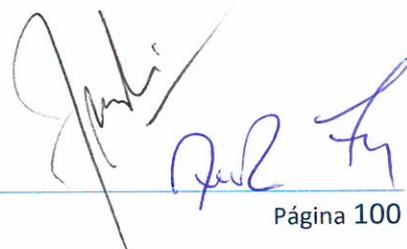
Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

### 4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Norte Alentejano, S.A., tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Norte Alentejano, S.A.. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a

determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Norte Alentejano, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas do Norte Alentejano, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das Demonstrações Financeiras da Águas do Norte Alentejano, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas Demonstrações Financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Norte Alentejano, S.A..



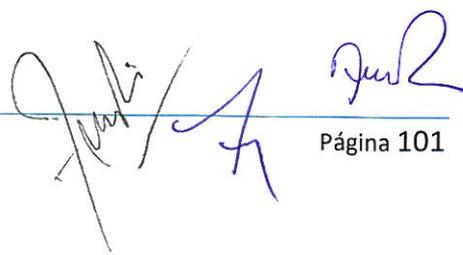
## 5. Áreas de negócio

Uma área de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico está comprometido no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A AdNA, S.A. apresenta o relato por áreas de negócio (Abastecimento e Saneamento).

Demonstração dos Resultados	Notas	Abastecimento	Saneamento	31.12.2012
Volume de Negócios	28	5.356.728,24	3.259.578,83	8.616.307,07
Custo das vendas/variação dos inventários	29	-602.420,62	-32.735,70	-635.156,32
<b>Margem bruta</b>		<b>4.754.307,62</b>	<b>3.226.843,13</b>	<b>7.981.150,75</b>
Fornecimentos e serviços externos	30	-2.093.706,50	-1.175.148,37	-3.268.854,87
Gastos com pessoal	31	-778.677,40	-510.090,98	-1.288.768,38
Amortiz., depreciações e reversões do exercício	32	-1.940.911,00	-812.672,27	-2.753.583,27
Provisões e reversões do exercício	33	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	24	510.298,40	493.309,34	1.003.607,74
Outros gastos e perdas operacionais	35	-165.495,52	-111.335,45	-276.830,97
Outros rendimentos e ganhos operacionais	36	18.417,82	22.299,62	40.717,44
<b>Resultados operacionais</b>		<b>304.233,42</b>	<b>1.133.205,02</b>	<b>1.437.438,44</b>
Gastos financeiros	37	-1.888.720,45	-1.656.905,80	-3.545.626,25
Rendimentos financeiros	38	265.977,25	233.316,49	499.293,74
<b>Resultados financeiros</b>		<b>-1.622.743,20</b>	<b>-1.423.589,31</b>	<b>-3.046.332,51</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>-1.318.509,78</b>	<b>-290.384,29</b>	<b>-1.608.894,07</b>
Imposto do exercício	27	-4.512,97	-3.958,80	-8.471,77
Imposto diferido	11	150.356,43	131.893,37	282.249,80
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>-1.172.666,32</b>	<b>-162.449,72</b>	<b>-1.335.116,04</b>

	Água	Saneamento	31.12.2012
<b>Ativos</b>			
Ativos Intangíveis	72.643.660,16	34.522.920,37	107.166.580,53
Outros Ativos	8.934.005,20	10.435.229,42	19.369.234,62
<b>Total do Ativo</b>	<b>81.577.665,37</b>	<b>44.958.149,78</b>	<b>126.535.815,15</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>70.179.050,59</b>	<b>61.563.113,08</b>	<b>131.742.163,67</b>



## 6. Instrumentos financeiros por categoria

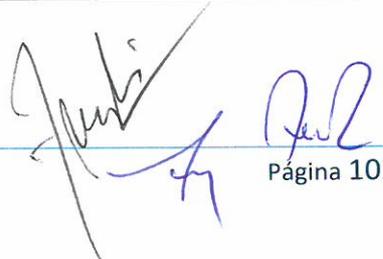
	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Activos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2012
Activos intangíveis				107.166.580,53	107.166.580,53
Investimentos financeiros	2.177.301,00		2.177.301,00		2.177.301,00
Impostos diferidos activos				3.791.952,20	3.791.952,20
Clientes e outros activos não correntes	3.784.250,46		3.784.250,46		3.784.250,46
Inventários				54.878,17	54.878,17
Clientes	5.127.047,36		5.127.047,36		5.127.047,36
Estado e outros entes públicos				223.827,77	223.827,77
Outros activos correntes	2.750.121,78		2.750.121,78		2.750.121,78
Caixa e seus equivalentes	1.459.855,88		1.459.855,88		1.459.855,88
<b>Total do ativo</b>	<b>15.298.576,48</b>		<b>15.298.576,48</b>	<b>111.237.238,67</b>	<b>126.535.815,15</b>
Provisões			0,00	46.917,84	46.917,84
Empréstimos não correntes		52.518.470,49	52.518.470,49		52.518.470,49
Fornecedores e outros passivos não correntes		1.314.811,62	1.314.811,62		1.314.811,62
Acréscimos de custos do investimento contratual				5.031.602,09	5.031.602,09
Subsídios ao investimento				43.019.710,13	43.019.710,13
Empréstimos correntes		23.828.622,14	23.828.622,14		23.828.622,14
Fornecedores		1.451.113,52	1.451.113,52		1.451.113,52
Outros passivos correntes		1.494.780,66	1.494.780,66		1.494.780,66
Impostos diferidos passivos				2.777.335,31	2.777.335,31
Estado e outros entes públicos				258.799,87	258.799,87
<b>Total do passivo</b>		<b>80.607.798,43</b>	<b>80.607.798,43</b>	<b>51.134.365,24</b>	<b>131.742.163,67</b>

## 8. Ativos intangíveis

	31.12.2012	31.12.2011
Despesas de desenvolvimento	351.348,17	351.348,17
Propriedade industrial e outros direitos	2.210.693,82	1.981.255,70
Direitos de utilização de infraestruturas	119.856.445,67	118.050.689,24
	<b>122.418.487,66</b>	<b>120.383.293,11</b>

### 8.1. Movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2011	Aumentos	Abates/Alienações	Transfer	Reversões	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	351.348,17					351.348,17
Propriedade industrial e outros intangíveis	1.981.255,70	65.544,00		163.894,12		2.210.693,82
Direitos de utilização de infraestruturas	118.050.689,24	1.969.650,55		-163.894,12		119.856.445,67
	<b>120.383.293,11</b>	<b>2.035.194,55</b>		<b>0,00</b>		<b>122.418.487,66</b>



Página 102

Amortizações acumuladas	31.12.2011	Aumentos	Abates/Alienações	Transfer	Reversões	31.12.2012
Despesas de desenvolvimento	-220.366,19	-2.839,21				-223.205,40
Propriedade industrial e outros direitos	-217.660,10	-46.222,72		-23.961,52		-287.844,34
Direitos de utilização de infraestruturas	-9.573.263,99	-2.176.610,03		-2.990.983,37		-14.740.857,39
Diferencial de taxa de amortização - Dif DR 25/2009	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>-10.011.290,28</b>	<b>-2.225.671,96</b>		<b>-3.014.944,89</b>		<b>-15.251.907,13</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>110.372.002,83</b>	<b>-190.477,41</b>		<b>-3.014.944,89</b>		<b>107.166.580,53</b>

## 8.2. DUI – movimentos do período

Valor Bruto	31.12.2011	Aumentos	Abates/Alienações	Transfer	Reversões	31.12.2012
Terrenos	2.354.346,35			751.500,20		3.105.846,55
Edifícios e outras construções	6.067.383,03	21.532,78		5.895.786,72		11.984.702,53
Equipamento básico	81.777.191,85	44.423,37		19.489.864,50		101.311.479,72
Equipamento de transporte	115.571,28			22.997,43		138.568,71
Equipamento administrativo	627.667,39	9.240,00		71.087,28		707.994,67
Outros	267.710,85	7.230,00		42.109,02		317.049,87
DUI em curso	26.840.818,49	1.887.224,40		-26.273.345,15		2.290.803,62
<b>Total</b>	<b>118.050.689,24</b>	<b>1.969.650,55</b>		<b>0,00</b>		<b>119.856.445,67</b>

Amortizações acumuladas	31.12.2011	Aumentos	Abates/Alienações	Transfer	Reversões	31.12.2012
Terrenos	-280.644,58	-55.285,45		-86.803,96		-422.733,99
Edifícios e outras construções	-682.173,63	-170.756,34		-662.007,26		-1.514.937,23
Equipamento básico	-8.367.099,70	-1.932.174,10		-2.226.784,68		-12.526.058,48
Equipamento de transporte	-6.891,08	-2.457,33		-2.691,93		-12.040,34
Equipamento administrativo	-204.171,68	-13.206,52		-5.118,95		-222.497,15
Outros	-32.283,32	-2.730,29		-7.576,59		-42.590,20
Diferencial de taxa de amortização - Dif DR 25/2009	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>-9.573.263,99</b>	<b>-2.176.610,03</b>		<b>-2.990.983,37</b>		<b>-14.740.857,39</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>108.477.425,25</b>	<b>-206.959,48</b>		<b>-2.990.983,37</b>		<b>105.115.588,28</b>

No decurso do ano de 2012 foram terminadas e entraram em funcionamento um número significativo de infraestruturas, tendo as mesmas sido transferidas para imobilizado firme.

A Águas do Norte Alentejano, S.A. tem imóveis arrendados, valorizado ao custo amortizado.

## 10. Investimentos financeiros

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de reconstituição	2.177.301,00	2.177.301,00
	<b>2.177.301,00</b>	<b>2.177.301,00</b>

Nos termos previstos da cláusula 18ª do Contrato de Concessão, não foi reforçada a dotação do fundo de reconstituição do capital social, pois o mesmo tem à data de 31-12-2012, um valor superior ao necessário no cenário de concessão a 50 anos.



Página 103

O fundo encontra-se aplicado num depósito a prazo por um prazo de 10 anos no Instituto de Gestão do Crédito Público.

## II. Impostos diferidos

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
<b>Taxa de IRC</b>	25%	25%	25%	25%	25%
<b>Taxa de Derrama</b>	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
<b>Ativos por Impostos Diferidos</b>					
Provisões					
Provisões - riscos e encargos					
Provisões - perdas de imparidade					
Provisões - pensões					
Provisões - outros					
Indemnizações por reforma antecipada					
Outros					
Amortizações não aceites /investimento					
contratual não realizado	7.822.692,57	3.086.310,43	527.911,00	-222.838,00	11.214.076,00
Diferença Amortização/subsídios –					
investimentos realizados		1.068.258,00		-99.691,00	968.567,00
Custo amortizado					
Desvio tarifário					
Ajustamentos Transição - Subsídios		2.748.152,00		-204.766,00	2.543.386,00
Outros (detalhe outros em comentário)					
<b>Base de incidência</b>	<b>7.822.692,57</b>	<b>6.902.720,43</b>	<b>527.911,00</b>	<b>-527.295,00</b>	<b>14.726.029,00</b>
IRC	1.955.672,89	1.725.680,71	131.978,00	-131.824,00	3.681.507,00
Derrama	58.670,19	51.770,40	3.959,00	-3.955,00	110.445,00
<b>Imposto diferido ativo reconhecido</b>	<b>2.014.343,08</b>	<b>1.777.451,11</b>	<b>135.937,00</b>	<b>-135.779,00</b>	<b>3.791.952,20</b>
<b>Taxa de IRC</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>	<b>25,00</b>
<b>Taxa de Derrama</b>	<b>0,75</b>	<b>0,75</b>	<b>0,75</b>	<b>0,75</b>	<b>0,75</b>
<b>Passivos por impostos diferidos</b>					
Reavaliações					
Reavaliações fiscais					
Reavaliações livres					
Reinvestimento de mais valias					
Outros					
Amortizações/subsídios - investimento contratual					
não realizado	4.978.547,22	5.457.963,78	34.393,00	-429.236,00	10.041.668,00
Diferença Amortização fiscal /					
contabilística / subsídio investimento contratual		1.002.831,00		-258.732,00	744.099,00
Desvio tarifário					
Outros (detalhe outros em comentário)					
<b>Base de incidência</b>	<b>4.978.547,22</b>	<b>6.460.794,78</b>	<b>34.393,00</b>	<b>-687.968,00</b>	<b>10.785.767,00</b>
IRC	1.244.636,80	1.615.198,74	8.598,25	-171.991,75	2.696.441,73
Derrama	37.339,11	48.455,96	257,95	-5.159,75	80.893,27
<b>Imposto diferido passivo reconhecido</b>	<b>1.281.975,91</b>	<b>1.663.654,70</b>	<b>8.856,20</b>	<b>-177.151,50</b>	<b>2.777.335,31</b>

## Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC e, conseqüentemente, da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se manteve inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que o Grupo está vinculado.

As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas a 31 de dezembro de 2010, conforme preconizado nas normas, tendo as empresas aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

O Grupo considerou que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadram as empresas concessionárias do grupo AdP.

Assim, este foi o procedimento adotado pelo grupo, nos seus registos contabilísticos do exercício de 2010 e 2011, bem como nos Modelos 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei n.º 66-B/2012, onde no seu artº 255, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim a empresa, manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei 159/2009, ou seja 5 anos.



A empresa, irá efetuar os procedimentos fiscais e legais, para proceder as alterações dos modelos 22 já entregues, e efetuar o pagamento das coimas (estimado em 30.000,00 euros) e dos correspondentes juros (estimados em 1.200,00 euros).

## **12. Clientes e outros ativos não correntes**

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a AdNA vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

Os limites gerais de endividamento de médio e longo prazo, previsto na Lei das Finanças Locais, não prejudicam a contração de empréstimos ao abrigo do presente diploma. O fundo disponível para o financiamento do PAEL é de 1.000.000.000 euros. São 263 municípios que estão em condições de beneficiar do acordo assinado entre o Governo e as autarquias para uma linha de crédito de mil milhões de euros.

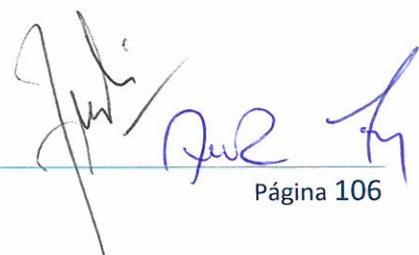
O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

As autarquias que estabeleçam um contrato ao abrigo do PAEL são impostas um conjunto de obrigações, entre as quais multas no caso de existir um aumento do endividamento no período da execução do contrato.

A Administração do Grupo AdP acompanhou de perto (junto das “entidades interessadas”) estas negociações, estando otimista quanto ao desfecho deste processo. É expetável que parte significativa das dívidas de clientes do Grupo, seja liquidada quando estes contratos forem assinados e disponibilizada a verba por parte do Governo Central aos Municípios.

### **12.1. Municípios – acordos**

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes - Municípios (acordos)	3.784.250,46	2.372.757,30
	<b>3.784.250,46</b>	<b>2.372.757,30</b>



	31.12.2012	31.12.2011
Município de Avis	479.584,26	
Município de Monforte	42.204,45	
Município de Sousel	56.309,70	
Município de Campo Maior	505.417,96	689.206,48
Município de Portalegre	2.700.734,09	1.648.457,57
Município de Nisa		35.093,25
	<b>3.784.250,46</b>	<b>2.372.757,30</b>

Foram feitos acordos de dívida que incluem Plano de Pagamentos a prestações com capital e juro com os Municípios de Campo Maior, Portalegre, Sousel, Monforte e Avis.

### 13. Inventários

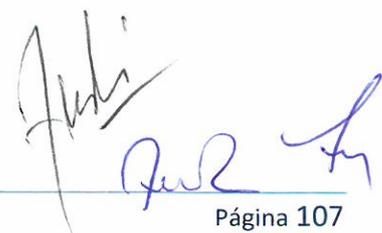
	31.12.2012	31.12.2011
Matérias-primas	38.621,94	43.319,03
Matérias subsidiárias	15.149,53	13.825,77
Materiais diversos	1.106,70	16.472,87
	<b>54.878,17</b>	<b>73.617,67</b>

Na rubrica de inventários como Matérias-primas e subsidiárias constam essencialmente os reagentes utilizados nas Estações de Tratamento de Água e de Águas Residuais.

### 14. Clientes

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes municípios	5.091.560,76	5.097.755,48
Clientes outros	35.486,60	35.892,09
	<b>5.127.047,36</b>	<b>5.133.647,57</b>

Apesar dos esforços efetuados por muitos dos clientes/ utilizadores, a dívida de clientes continuou a aumentar, atingindo em 2012 já o montante de oito milhões e novecentos e onze mil euros, (cinco milhões, cento e vinte e sete mil euros classificados em ativos correntes e três milhões, setecentos e oitenta e quatro mil euros classificados em ativos não correntes) que representa 92% do total da faturação anual.



**14.1. Clientes - municípios**

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes municípios	2.152.650,93	2.179.376,90
Clientes municípios acordos	628.123,59	861.695,41
Clientes municípios TRH e/ou TGR	40.996,09	44.831,60
Clientes municípios injunções	2.232.440,11	1.901.194,23
Clientes municípios juros de mora	37.350,04	110.657,34
	<b>5.091.560,76</b>	<b>5.097.755,48</b>

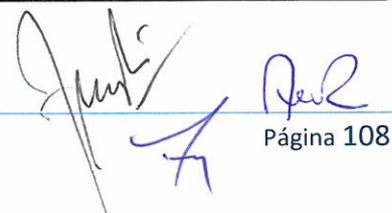
Importa ainda referir, que existe uma componente significativa de dívida, sobre a qual foi intentado processo de injunção, dado a antiguidade da mesma e a recusa por parte de alguns Municípios no reconhecimento dos valores faturados.

**14.2. Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)**

	31.12.2012	31.12.2011
Clientes municípios não correntes	3.784.250,46	2.372.757,30
Clientes municípios correntes	5.091.560,76	5.097.755,48
	<b>8.875.811,22</b>	<b>7.470.512,78</b>

**14.3. Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento**

	Vencido até 2010	Vencido até 2011	Vencido até 2012	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Alter do Chão	167.706,37	301.170,51	326.877,63	795.754,51	47.687,95	843.442,46
Município de Arronches					17.522,66	17.522,66
Município de Avis	78.927,15	32.498,57	70.248,28	181.674,00	686.635,38	868.309,38
Município de Campo Maior		1.397,00	332.504,59	333.901,59	802.394,07	1.136.295,66
Município de Castelo de Vide					52.121,95	52.121,95
Município de Crato	3.389,48	-3.757,25	24.994,71	24.626,94	23.566,63	48.193,57
Município de Elvas					148.324,97	148.324,97
Município de Fronteira	-63,38	97.879,97	212.214,72	310.031,31	43.829,86	353.861,17
Município de Gavião	864,10	-8.420,07	22.158,96	14.602,99	22.159,37	36.762,36
Município de Marvão					19.022,75	19.022,75
Município de Monforte			38.195,05	38.195,05	81.492,51	119.687,56
Município de Nisa			178.109,62	178.109,62	97.982,94	276.092,56
Município de Ponte de Sôr	452.643,94	361.355,88	61.455,42	875.455,24	42.621,55	918.076,79
Município de Portalegre			133.525,92	133.525,92	3.356.092,84	3.489.618,76
Município de Sousel		124.362,43	277.226,60	401.589,03	146.889,59	548.478,62
	<b>703.467,66</b>	<b>906.487,04</b>	<b>1.677.511,50</b>	<b>3.287.466,20</b>	<b>5.588.345,02</b>	<b>8.875.811,22</b>



Página 108

## 15. Estado e outros entes públicos

	31.12.2012	31.12.2011
IVA a receber	126.591,66	88.533,72
Outros	-	-
<b>EOEP activos</b>	<b>126.591,66</b>	<b>88.533,72</b>
Outras Tributações	-216.655,61	-226.503,80
Retenções de imposto sobre o rendimento	-12.936,23	-15.959,78
Retenções - Segurança social	-29.208,03	-32.656,04
<b>EOEP passivos</b>	<b>-258.799,87</b>	<b>-275.119,62</b>
	<b>-132.208,21</b>	<b>-186.585,90</b>

O valor que consta em “Outras tributações” corresponde na sua maioria ao valor da taxa de recursos hídricos a entregar em 2013 às Administrações Hidrográficas.

## 16. Outros ativos correntes

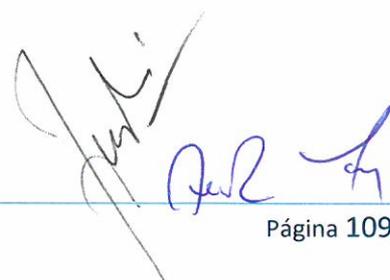
	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de coesão a receber	2.032.554,87	12.228.913,40
Adiantamentos a fornecedores	1.715,26	19.568,10
Outros devedores	547.091,22	541.223,50
Devedores para acréscimo de rendimentos	135.672,54	119.237,77
Gastos a reconhecer	33.087,89	86.282,96
	<b>2.750.121,78</b>	<b>12.995.225,73</b>

No valor de Fundo de Coesão a receber, o investimento já se encontra realizado, aguardando-se o recebimento do valor.

Na rubrica “Outros devedores” constam em grande parte valores relativos à aplicação de multas aos fornecedores de imobilizado.

Em “Devedores para acréscimos de rendimentos” constam os juros reconhecidos relativos à aplicação Fundo de Reconstituição no Instituto de Gestão do Crédito Público.

Incluídos em “Gastos a reconhecer” temos Rendas (Sede, computadores..), reparações da sede a reconhecer durante o prazo do contrato de arrendamento, trabalhos especializados relativos a custos de exploração.



## 17. Caixa e bancos

	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	625,00	625,00
Depósitos à ordem	1.459.230,88	1.464.125,43
Depósitos a prazo		1.200.000,00
	<b>1.459.855,88</b>	<b>2.664.750,43</b>

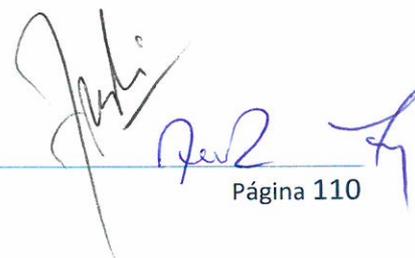
## 18. Capital

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Empresa e o capital social da Águas do Norte Alentejano, SA, era, em 31 de Dezembro de 2012, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

Accionista		Capital subscrito		Capital realizado	
		31.12.2012	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2011
Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	3.825.000,00	3.825.000,00	3.825.000,00	3.825.000,00
Município de Alter do Chão	1,58%	118.300,00	118.300,00	118.300,00	118.300,00
Município de Arronches	1,31%	98.060,00	98.060,00	98.060,00	98.060,00
Município de Avis	2,07%	155.355,00	155.355,00	155.355,00	155.355,00
Município de Campo Maior	3,31%	248.000,00	248.000,00	248.000,00	248.000,00
Município de Castelo de Vide	1,54%	115.735,00	115.735,00	115.735,00	115.735,00
Município do Crato	1,77%	132.840,00	132.840,00	132.840,00	132.840,00
Município de Elvas	9,38%	703.245,00	703.245,00	703.245,00	703.245,00
Município de Fronteira	1,45%	108.610,00	108.610,00	108.610,00	108.610,00
Município de Gavião	2,01%	150.795,00	150.795,00	150.795,00	150.795,00
Município de Marvão	1,49%	111.460,00	111.460,00	111.460,00	111.460,00
Município de Monforte	1,30%	97.775,00	97.775,00	97.775,00	97.775,00
Município de Nisa	3,42%	256.555,00	256.555,00	256.555,00	256.555,00
Município de Ponte de Sôr	6,59%	494.010,00	494.010,00	494.010,00	494.010,00
Município de Portalegre	9,68%	726.050,00	726.050,00	726.050,00	726.050,00
Município de Sousel	2,11%	158.210,00	158.210,00	158.210,00	158.210,00
	<b>100%</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>7.500.000,00</b>	<b>7.500.000,00</b>

### 18.1. Resultado por ação

	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido	-1.335.116,04	-901.536,86
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	1.500.000,00	1.500.000,00
Resultado por ação	<b>-0,89</b>	<b>-0,60</b>



## 18.2. Movimentos do período

	31.12.2011	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2012
Reservas e outros ajustamentos	9.188,27	-	-	-	9.188,27
Resultados transitados	-10.478.883,89	-901.536,86	-	-	-11.380.420,75
Resultado líquido do exercício	-901.536,86	901.536,86	-	-1.335.116,04	-1.335.116,04
	<b>-11.371.232,48</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-1.335.116,04</b>	<b>-12.706.348,52</b>

Em 31 de Dezembro de 2012 o capital próprio da Sociedade não cumpre os limites estabelecidos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Dada a natureza que lhe é própria de entidade gestora de sistema multimunicipal, e do regime legal que, por esse motivo, lhe é aplicável, a Administração efetuou a revisão do seu Estudo de Viabilidade Económico-Financeira em anexo ao Contrato de Concessão, o qual submeteu á aprovação do Concedente e que prevê a recuperação dos desvios tarifários acumulados ao longo da concessão, tendo em vista permitir que sejam oportunamente adotadas as medidas adequadas para reverter esta situação. Contudo, as demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações, na medida em que é firme convicção da Administração que os acionistas continuarão a prestar o apoio que se revelar necessário para garantir a continuidade normal da sua atividade no futuro previsível e a satisfação regular das suas responsabilidades.

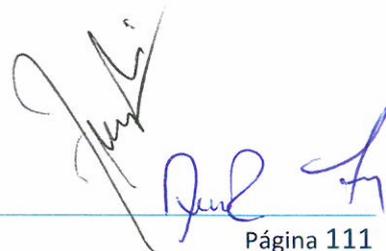
Acresce que a aplicação contabilística dos desvios permite a AdNA aumentar os seus Capitais Próprios, no montante do desvio tarifário acumulado. Deste modo cumprirá o disposto no artigo 35º do código das sociedades comerciais.

## 19. Provisões

	31.12.2012	31.12.2011
Provisões para Riscos e encargos- outros	46.917,84	46.917,84
	<b>46.917,84</b>	<b>46.917,84</b>

### 19.1. Movimentos do período

	31.12.2011	Aumentos	Reversões	31.12.2012
Provisões para Riscos e encargos- outros	46.917,84	0,00	0,00	46.917,84
	<b>46.917,84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.917,84</b>



## 21. Empréstimos

	31.12.2012	31.12.2011
Empréstimos bancários BEI	51.489.695,49	52.673.833,05
Empréstimos bancários - banca comercial		
Empréstimos - Locação financeira		
Empréstimos - Empresa-mãe	1.028.775,00	2.115.050,00
<b>Não correntes</b>	<b>52.518.470,49</b>	<b>54.788.883,05</b>
Descobertos bancários	29,36	
Empréstimos bancários BEI	1.192.500,00	
Empréstimos bancários - banca comercial	21.128.042,78	27.082.824,44
Empréstimos - Locação financeira		26.362,21
Empréstimos - Empresa-mãe	1.508.050,00	2.250.000,00
<b>Correntes</b>	<b>23.828.622,14</b>	<b>29.359.186,65</b>
<b>Tola de empréstimos</b>	<b>76.347.092,63</b>	<b>84.148.069,70</b>

### 21.1. Empréstimos por intervalos de maturidade

	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 ano	23.828.622,14	29.359.186,65
De 1 a 2 anos	2.213.120,83	3.307.550,00
De 2 a 3 anos	1.184.345,83	1.184.345,83
De 3 a 4 anos	1.714.345,83	1.184.345,83
De 4 a 5 anos	1.714.345,83	1.714.345,83
Superior a 5 anos	45.692.312,17	47.398.295,58
	<b>76.347.092,63</b>	<b>84.148.069,70</b>

### 21.2. Empréstimos por tipo de taxa de juro

Taxa de juro variável	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 anos	23.828.622,14	29.359.186,65
De 1 a 2 anos	1.028.775,00	2.115.050,00
	<b>24.857.397,14</b>	<b>31.474.236,65</b>
Taxa de juro fixa	31.12.2012	31.12.2011
De 1 a 2 anos	1.192.500,00	1.192.500,00
Superior a 3 anos	50.297.195,49	51.481.333,05
	<b>51.489.695,49</b>	<b>52.673.833,05</b>
	<b>76.347.092,63</b>	<b>84.148.069,70</b>

**21.3. Linhas de crédito contratadas e não utilizadas**

Linhas de crédito não utilizadas	31.12.2012	31.12.2011
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	2.751.195,64	923.000,00
	<b>2.751.195,64</b>	<b>923.000,00</b>

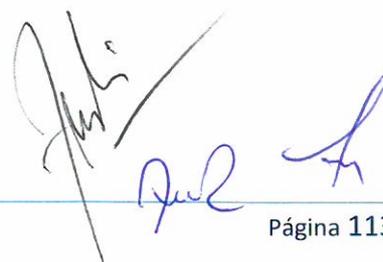
**21.4. Locação financeira**

Capital em dívida por activo locado	31.12.2012	31.12.2011
Equipamento básico - Camião Limpa Fossas		26.362,00
		<b>26.362,00</b>

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 anos		26.362,00
De 1 a 5 anos		
		<b>26.362,00</b>

Juros	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 anos		71,00
De 1 a 5 anos		
		<b>71,00</b>

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 anos		26.433,00
De 1 a 5 anos		
		<b>26.433,00</b>



## 22. Fornecedores e outros passivos não correntes

### 22.1. Fornecedores

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores de investimentos	229.480,62	457.881,22
Credores diversos	1.085.331,00	1.075.324,00
	<b>1.314.811,62</b>	<b>1.533.205,22</b>

Na rubrica “Credores diversos” encontra-se registada a responsabilidade com os Municípios de Portalegre e Gavião relativa à renda dos Olhos D’ Água e renda de Vilar de Mó respetivamente, com vencimento superior a 1 ano.

## 23. Acréscimos de custos de investimento contratual

	31.12.2012	Aumentos	Diminuições	Transferencias	31.12.2011
Acréscimos de custos de investimento contratual	5.031.602,09	527.911,31		-3.014.944,89	7.518.635,67
	<b>5.031.602,09</b>	<b>527.911,31</b>		<b>-3.014.944,89</b>	<b>7.518.635,67</b>

A diminuição do valor está diretamente relacionado com a efetivação do investimento e a sua passagem a firme.

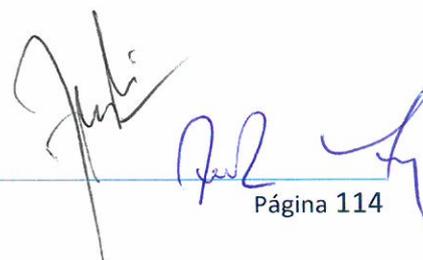
Fruto da crise vivida a nível mundial e muito especificamente da situação económica nacional, agravado ainda das dificuldades de liquidez provenientes dos atrasos dos pagamentos dos clientes/ utilizadores do sistema, no ano de 2012, a Águas do Norte Alentejano, S. A. levou a efeito um importante trabalho de análise e atualização/redefinição do plano de investimentos, tendo sido informado o Concedente sobre essa alteração.

É expectável que no ano de 2013 seja apresentado ao Concedente uma atualização do EVEF que acompanhou a proposta de aditamento ao Contrato de Concessão, ou eventualmente esta alteração será enquadrada no âmbito dos modelos de reestruturação do sector, já em marcha.

## 24. Subsídios ao investimento

	31.12.2012	31.12.2011
Fundo de coesão	43.019.710,13	43.661.093,59
	<b>43.019.710,13</b>	<b>43.661.093,59</b>

Em subsídios ao investimento encontra-se o valor por reconhecer como ganho, ganho este que vai sendo reconhecido pelo método da depleção (método dos caudais) até ao final da concessão a par com o reconhecimento do valor das amortizações dos investimentos.



## 24.1. Movimentos do período

	31.12.2011	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2012
Fundo de coesão	43.661.093,59	-1.003.607,74	362.224,28	0,00	43.019.710,13
	<b>43.661.093,59</b>	<b>-1.003.607,74</b>	<b>362.224,28</b>	<b>0,00</b>	<b>43.019.710,13</b>

## 25. Fornecedores correntes

	31.12.2012	31.12.2011
Fornecedores de investimentos	541.128,68	676.272,41
Fornecedores gerais	582.573,09	464.180,11
Fornecedores empresas do Grupo	216.303,22	716.280,13
Fornecedores facturas em recepção e conferência	111.108,53	86.152,69
	<b>1.451.113,52</b>	<b>1.942.885,34</b>

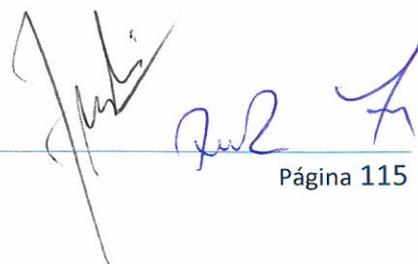
## 26. Outros passivos correntes

	31.12.2012	31.12.2011
Acréscimos com férias e subsídio de férias	130.605,88	136.302,51
Empresas do Grupo		25.500,06
Credores para acréscimo de gastos	1.205.770,77	1.171.714,99
Outros credores	158.404,01	63.349,48
	<b>1.494.780,66</b>	<b>1.396.867,04</b>

O valor de “credores para acréscimos de gastos” corresponde ao montante relativo a juros suportados durante o ano de 2012 a liquidar no ano de 2013, bem como gastos diversos relativos ao ano de 2012, com a exploração da Adução a Elvas, eletricidade e outros trabalhos especializados.

## 27. Imposto sobre o rendimento

	31.12.2012	31.12.2011
Estimativa de imposto a pagar	8.471,77	9.445,23
	<b>8.471,77</b>	<b>9.445,23</b>



27.1. Imposto do exercício

	31.12.2012	31.12.2011
Imposto corrente	8.471,77	9.445,23
Imposto diferido	-282.249,80	85.884,31
	<b>-273.778,03</b>	<b>95.329,54</b>

	31.12.2012	31.12.2011
Imposto sobre o rendimento do exercício	14.197,96	17.405,74
Excesso de estimativa para impostos	-5.726,19	-7.960,51

Outros Ajustamentos Provisão Imposto

Insuficiência de estimativa para impostos

	<b>8.471,77</b>	<b>9.445,23</b>
Imposto Diferido	-282.249,80	85.884,31
	<b>-282.249,80</b>	<b>85.884,31</b>
	<b>-273.778,03</b>	<b>95.329,54</b>

27.2. Reconciliação de encargo de imposto

Rubrica	Valor
Resultado antes de impostos	<b>-1.608.894,07</b>
Diferenças permanentes	<b>1.062.995,27</b>
Prejuízos	
Depreciações e amortizações	527.911,31
Variações patrimoniais	340.515,70
Provisões	
Recuperação de prejuízos com <i>impairment</i>	
Outros ( IFRIC 12 e desvios tarifários)	-322.528,21
<b>Base de incidência</b>	<b>0,00</b>
Base de derrama	
Base restante	
<b>Imposto</b>	
Derrama estadual	
Tributação autónoma e outras	14.197,96
Excesso estimativa imposto ano anterior	-5.726,19
<b>Encargo de imposto</b>	<b>8.471,77</b>
Imposto corrente	8.471,77
Imposto diferido	-282.249,80

### 27.3. Prejuízos fiscais

Os prejuízos fiscais acumulados somam 5.429.184,59Euros.

Exercício	2006	629 197,08
Exercício	2007	667 764,90
Exercício	2008	1 585 290,47
Exercício	2009	1 670 248,75
Exercício	2010	0,00
Exercício	2011	0,00
Exercício	2012	879 683,39

Prejuízos fiscais não relevados como impostos diferidos (por data de extinção)		31.12.2012
	2012	629.197,08
	2013	667.764,90
	2014	1.585.290,47
	2015	1.670.248,75
	2016	
	2017	879.683,39
		<b>5.432.184,59</b>

## 28. Vendas e prestação de serviços

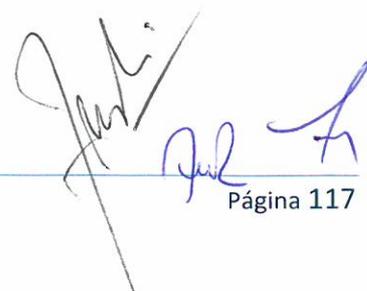
### 28.1. Vendas

	31.12.2012	31.12.2011
Vendas de água	5.356.728,24	5.022.821,91
Correcções de exercícios anteriores		
	<b>5.356.728,24</b>	<b>5.022.821,91</b>

O crescimento das Vendas está associado ao aumento dos volumes fornecidos.

### 28.2. Prestação de serviços

	31.12.2012	31.12.2011
Prestação de serviços a municípios	3.279.951,01	2.993.406,41
Prestação de serviços a particulares	12.425,50	29.071,34
Correcções de exercícios anteriores	-32.797,68	
	<b>3.259.578,83</b>	<b>3.022.477,75</b>



O crescimento das Prestações de Serviços está associado ao aumento do número de infraestruturas onde se recolhe efluente.

## 29. Custo das vendas

	31.12.2012	31.12.2011
CMVMC - Matérias primas	530.130,16	444.383,19
CMVMC - Matérias subsidiárias	102.335,62	86.441,27
CMVMC - Diversos	2.690,54	5.136,91
Correcções relativas a exercícios anteriores		-10.383,06
	<b>635.156,32</b>	<b>525.578,31</b>

## 30. Fornecimentos e serviços externos – “FSE’s”

	31.12.2012	31.12.2011
Trabalhos especializados	1.420.915,95	1.415.342,65
Energia	1.132.638,33	1.002.315,15
Comunicação	86.158,05	86.629,70
Outros FSE's	623.217,99	611.442,49
Correcções relativas a exercícios anteriores	30.622,43	9.954,21
	<b>3.293.552,75</b>	<b>3.125.684,20</b>
FSE's capitalizados	-24.697,88	-43.073,53
	<b>3.268.854,87</b>	<b>3.082.610,67</b>

Em Outros FSE's estão incluídas as Rendas e alugueres de Edifícios, equipamentos e viaturas, os combustíveis, os seguros...

## 31. Gastos com pessoal

	31.12.2012	31.12.2011
Remunerações	1.382.734,91	1.523.336,40
Encargos sociais sobre remunerações	205.560,61	253.530,93
Outros custos com pessoal	88.839,75	91.777,50
Correcções relativas a exercícios anteriores	-139.059,01	-12.835,40
	<b>1.538.076,26</b>	<b>1.855.809,43</b>
Gastos com pessoal capitalizados	-249.307,88	-310.399,70
	<b>1.288.768,38</b>	<b>1.545.409,73</b>



### 31.1. Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores	31.12.2012	31.12.2011
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efectivos e outros	85	85
	<b>86</b>	<b>86</b>

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2012	31.12.2011
Órgãos sociais	1	1
Trabalhadores efectivos e outros	84	85
	<b>85</b>	<b>86</b>

### 32. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

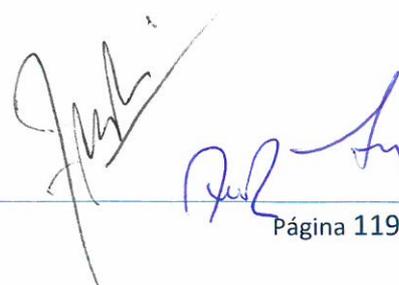
	31.12.2012	31.12.2011
Amortizações de activos intangíveis	2.225.671,96	1.904.082,33
Acréscimos de custos do investimento contratual	527.911,31	1.601.244,67
Correções relativas a exercícios anteriores		-1.936,12
	<b>2.753.583,27</b>	<b>3.503.390,88</b>

### 33. Provisões e reversões do exercício

	31.12.2012	31.12.2011
Provisões para riscos e encargos		
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Reversões de provisões para riscos e encargos		-520.835,35
	<b>0,00</b>	<b>-520.835,35</b>

### 34. Perdas por imparidade e reversões do exercício

Não foram registadas perdas por imparidade no exercício.



### 35. Outros gastos operacionais

	31.12.2012	31.12.2011
Impostos	248.088,86	263.094,94
Outros gastos operacionais (quotizações, donativos...)	12.331,89	15.003,98
Correcções relativas a exercícios anteriores	16.511,22	-1.020,50
	<b>276.931,97</b>	<b>277.078,42</b>
Gastos operacionais capitalizados	-101,00	-180,07
	<b>276.830,97</b>	<b>276.898,35</b>

### 36. Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos suplementares	15.378,81	6.189,59
Outros rendimentos e ganhos operacionais	25.856,20	165.953,39
Correcções relativas a exercícios anteriores	-517,57	-26.666,66
Trabalhos para a Própria empresa	-	-
	<b>40.717,44</b>	<b>145.476,32</b>

### 37. Gastos financeiros

	31.12.2012	31.12.2011
Juros suportados	3.786.223,06	3.639.443,31
Comissões do Grupo	327.233,68	326.363,25
Outros gastos financeiros	38.621,03	7.312,30
Correcções Exercícios anteriores	-311,04	
	<b>4.151.766,73</b>	<b>3.973.118,86</b>
Gastos financeiros capitalizados	-606.140,48	-1.599.896,00
	<b>3.545.626,25</b>	<b>2.373.222,86</b>

O aumento na rubrica de juros suportados justifica-se apenas pelo aumento dos spreads praticados pelas Instituições Financeiras com quem a AdNA tem celebrados contratos de financiamento de curto prazo.

### 38. Rendimentos financeiros

	31.12.2012	31.12.2011
Juros de Depósitos	13.984,74	4.682,79
Juros de mora	143.622,28	157.877,02
Outros Juros (Acordos de pagamento...)	176.584,82	115.327,28
Juros obtidos de investimentos financeiros	154.217,42	108.903,76
Correcções Exercícios anteriores	10.884,48	21.609,91
	<b>499.293,74</b>	<b>408.400,76</b>

### 39. Transações com entidades relacionadas

A Águas do Norte Alentejano S. A. é uma empresa integrada no Grupo ADP, grupo que se dedica essencialmente ao abastecimento de água e ao tratamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica social e ambiental, neste contexto identificam-se um conjunto de operações desenvolvidas com entidades do grupo AdP, nomeadamente as aquisições de serviços, prestações de serviços e operações financeiras.

As operações acima descritas realizam-se com AdP SGPS, AdP Serviços, Aquasis, AdP Energia, Valnor e AdCA.

Importa salientar que no sentido de garantir que os contratos, preços e condições praticadas são idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados por entidades independentes em operações comparáveis, é elaborado por uma entidade externa, anualmente, o dossier de preços de transferência que avalia e comprova esta realidade.

No quadro de entidades relacionadas encontram-se também os Municípios de Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Ponte de Sôr, Portalegre e Sousel, que em simultâneo são Acionais e Clientes / utilizadores da Águas do Norte Alentejano, S.A., mantendo com esta todo o tipo de relações provenientes do cumprimento dos respetivos Contratos de Fornecimento e Recolha, bem como do próprio Contrato de Concessão.

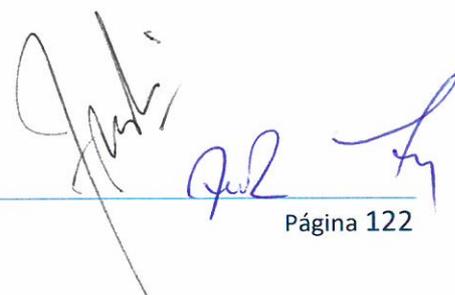
Os quadros que se seguem espelham os montantes transacionados bem como os respetivos saldos com estas entidades.



Ano 2012	Empresas do Grupo	Empresa mãe	Municípios accionistas	Órgãos Gestão
<b>Rendimentos</b>	<b>4.041,58</b>		<b>8.919.319,53</b>	
Rédito	4.041,58		8.919.319,53	
Dividendos recebidos/atribuídos				
<b>Gastos</b>	<b>-200.862,90</b>	<b>-716.162,10</b>	<b>-391.167,41</b>	
Gastos com pessoal	-2.260,00	-15.783,28		
Outros gastos	-198.602,90	-700.378,82	-391.167,41	
<b>Ativos</b>	<b>4.063,18</b>		<b>8.875.811,00</b>	
Clientes	381,60		8.875.811,00	
Empréstimos				
Outros devedores	3.681,58			
<b>Passivos</b>	<b>-79.004,39</b>	<b>-2.710.235,92</b>	<b>-1.375.350,64</b>	
Fornecedores	-21.063,70	-145.501,50	-106.597,39	
Empréstimos		-2.536.825,00		
Outros credores	-57.940,69	-27.909,42	-1.268.753,25	
<b>Fluxos de caixa</b>	<b>-332.113,17</b>	<b>-3.788.990,28</b>	<b>7.638.435,50</b>	
Dividendos pagos / a pagar				

Ano 2011	Empresas do Grupo	Empresa mãe	Municípios accionistas	Órgãos Gestão
<b>Rendimentos</b>	<b>1.280,00</b>		<b>8.296.297,42</b>	
Rédito	1.280,00		8.296.297,42	
Dividendos recebidos/atribuídos				
<b>Gastos</b>	<b>-212.646,75</b>	<b>-647.558,94</b>	<b>-423.088,35</b>	
Gastos com pessoal	-1.024,60	-26.449,51		
Outros gastos	-211.622,15	-621.109,43	-423.088,35	
<b>Ativos</b>	<b>169,60</b>		<b>7.470.512,78</b>	
Clientes	169,60		7.470.512,78	
Empréstimos				
Outros devedores				
<b>Passivos</b>	<b>-109.547,35</b>	<b>-4.778.095,04</b>	<b>-1.680.260,98</b>	
Fornecedores	-91.467,61	-386.808,24	-233.180,82	
Empréstimos		-4.365.050,00		
Outros credores	-18.079,74	-26.236,80	-1.447.080,16	
<b>Fluxos de caixa</b>	<b>-220.708,37</b>	<b>4.090.178,12</b>	<b>6.601.405,30</b>	
Dividendos pagos / a pagar				

Os montantes registados em ativo e em rendimentos, dizem respeito a atividade regulada - Serviços em “alta” de Abastecimento e Saneamento, os montantes mais relevantes registados em passivo, dizem respeito a responsabilidade com o Município de Portalegre relativo à renda dos Olhos D’Água.



## 40. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis perfazem 141.279.041,42 Euros a preços constantes de 2012, dos quais 122.418.487,66 Euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa, bem como outros serviços, encontram-se celebrados e previstos todo um conjunto de trabalhos, conforme constam nos quadros seguintes:

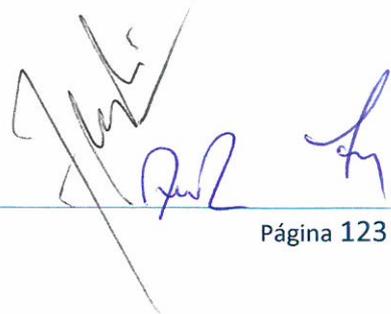
Empreitadas	Valor Total Previsto	Valor Faturado (até dez/12)	Valor por faturar
Abastecimento	1.315.884,12	91.318,21	1.224.565,91
Saneamento	4.055.429,89	3.929.154,94	126.274,95
<b>TOTAL</b>	<b>5.371.314,01</b>	<b>4.020.473,15</b>	<b>1.350.840,86</b>

Estudos, Projetos, Assessorias, Terrenos, Fiscalizações	Valor Total Previsto	Valor Faturado (até dez/12)	Valor por faturar
Abastecimento	431.669,98	316.833,72	114.836,26
Saneamento	133.590,00	66.440,00	67.150,00
<b>TOTAL</b>	<b>565.259,98</b>	<b>383.273,72</b>	<b>181.986,26</b>

## 41. Ativos e Passivos contingentes

### 41.1. Garantias prestadas

Objeto	Tribunais	Outros	Total
Garantias			
Obter Licenciamento junto do IEP, no âmbito da empreitada		101.350,00	101.350,00
Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre (Processo das DUP'S)	127.887,62		127.887,62
<b>Total</b>	<b>127.887,62</b>	<b>101.350,00</b>	<b>229.237,62</b>



### 41.2. Processos judiciais

Descrição do processo	Gradação de risco	Valorização (em euros)	A favor da empresa/A favor de terceiros
<p><b>1. Processo de contraordenação n.º CO/001333/11 no Tribunal Judicial de Nisa</b>  <b>Descrição do litígio</b> - Processo de contraordenação da IGAMAOT relativo à ETAR de Tolosa  <b>Posição atual da ação:</b> Apresentado, em 2012.10.12, recurso de impugnação</p>	Remoto	4.100,00	Processo a favor de terceiros.
<p><b>2. Processo 332/08.0BECTB</b>  <b>Descrição do litígio</b> - Ação Administrativa Comum – forma ordinária em que a Autora é a Massa Insolvente de Saneobra, S.A., representada por Manuel Casimiro Duarte Bacalhau  <b>Posição atual da ação:</b> Apresentado recurso em 2012.01.24; em 2012.03.26 os autos foram distribuídos para o Tribunal Central Administrativo do Sul onde obtiveram o n.º 08698/12</p>	Remoto	182.777,33	Processo a favor de terceiros.
<p><b>3. Processo n.º 29/12.6TACVD no Tribunal Judicial de Castelo de Vide</b>  <b>Descrição do litígio</b> - Processo de contraordenação movido pela Câmara Municipal de Marvão  <b>Posição atual da ação:</b> Apresentado, em 2012.04.16, recurso de impugnação</p>	Remoto	38.500,00	Processo a favor de terceiros.
<p><b>4. Processo de contraordenação n.º 15/PA/05/AA-PA</b>  <b>Descrição do litígio</b> - Processo de Contraordenação da Direção Regional de Florestas do Alentejo, relativo ao corte de sobreiros na Empreitada denominada "Adução de Águas a Elvas, Campo Maior e Arronches"  <b>Posição atual da ação:</b> Apresentado, em 2012.10.11, recurso de impugnação</p>	Remoto	5.500,00	Processo a favor de terceiros.

### 41.3. Injunções

No ano de 2012 encontram-se a decorrer vários processos de injunção, relativos à reclamação de saldos em dívida por parte de alguns Municípios.

### 41.4. Outros contingentes

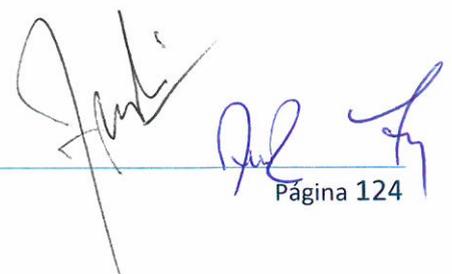
Estão em aberto saldos (devedores e credores) de fornecedores de imobilizado que se encontram em fase de reclamação junto de administradores de insolvência, não se traduzindo no seu todo num saldo representativo para a AdNA.

## 42. Informações exigidas por diplomas legais

### Artº.397º. do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdNA, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

### Artº.324 do Código das Sociedades Comerciais



A sociedade AdNA, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

## Artº 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de Setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2012, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento se efetuou em Janeiro de 2013.

## 43. Rendimento garantido

Nos termos do disposto na alínea l) do número 5 da cláusula 17ª os acionistas da concessionária serão remunerados pela aplicação ao capital social e reservas legais de uma taxa correspondente à rentabilidade das obrigações do tesouro portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que a venha a substituir, acrescida de 3 pontos percentuais, a título de prémio de risco.

Esta remuneração mostra-se devida deste a data da realização do capital social e constitui um encargo para efeitos de cálculo da tarifa.

O montante da remuneração corresponde ao dividendo acionista a pagar no ano relativo ao exercício transato. Sempre que a concessionária não possa proceder à distribuição dos dividendos, por impedimento legal ou insuficiência de fundos, estes serão capitalizados à referida taxa acrescida do mesmo prémio de risco, a partir do momento em que se mostram devidos.

A acumulação registada de perdas conduz a que a remuneração acionista se encontre capitalizada, conforme podemos analisar pelo quadro que se segue:

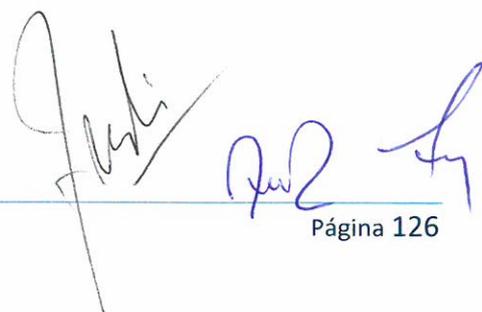
	31.12.2012	31.12.2011
Capital social realizado	7.500.000,00	7.500.000,00
Reserva legal	9.188,27	9.188,27
<b>Base de incidência</b>	<b>7.509.188,27</b>	<b>7.509.188,27</b>
Taxa de juro	7,46%	10,24%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	10,46%	13,24%
<b>Remuneração accionista do ano</b>	<b>1.608.719,03</b>	<b>1.798.194,33</b>



Remuneração do Capital Social	Valor Anual	Valor Acumulado
2001	114.255	114.255
2002	280.337	394.592
2003	449.897	844.489
2004	561.954	1.406.442
2005	553.227	1.959.669
2006	650.406	2.610.075
2007	747.873	3.357.948
2008	817.198	4.175.145
2009	842.440	5.017.586
2010	1.054.754	6.072.340
2011	1.798.194	7.870.535
<b>2012</b>	<b>1.608.719,03</b>	<b>9.479.253,70</b>

A remuneração devida por acionista é a seguinte:

	2012	2011
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	4.993.786,06	4.158.049,38
M. da Monforte	98.966,25	80.356,09
M. de Alter do Chão	155.140,57	129.227,22
M. de Arronches	127.719,42	106.322,75
M. de Avis	190.924,89	158.107,84
M. de Campo Maior	288.144,98	237.333,14
M. de Castelo de Vide	144.622,76	119.948,75
M. de Elvas	916.510,44	763.009,70
M. de Fronteira	84.857,47	66.540,75
M. de Gavião	187.656,57	155.581,60
M. de Marvão	146.727,75	122.259,94
M. de Nisa	310.596,60	256.847,12
M. de Ponte de Sor	639.787,24	532.339,43
M. de Portalegre	844.785,57	696.185,42
M. de Sousel	174.013,05	142.585,88
M. do Crato	175.014,08	145.839,55
	<b>9.479.253,70</b>	<b>7.870.534,56</b>



## 44. Eventos subsequentes

Em 25 de janeiro de 2013 por despacho do Ministério da Agricultura, do Mar e do Ordenamento do Território, foi determinado que a taxa de referência para a rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos seria de 7,46%.

Portalegre, 27 de fevereiro de 2013

O Presidente do Conselho de Administração



Dr. Joaquim Marques Ferreira

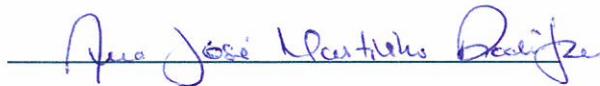
O Vogal do Conselho de Administração

Administrador Executivo



Eng.º José Luís Caseiro

A Técnica Oficial de Contas



Ana José Martinho Rodrigues

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Norte Alentejano, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Aferir sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei nº64-B/2011, de 30 de Dezembro;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Norte Alentejano, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2012 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2012 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2012, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- (d) Excepto quanto ao cumprimento do disposto no RCM 34/2008 de 22 de Fevereiro em conjugação com o despacho nº 9870/2009 de 13 de abril, a avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei nº64-B/2011, de 30 de Dezembro, merece a nossa concordância;
- (e) Que sejam adoptadas as medidas de reconstituição do capital dando cumprimento ao disposto no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2013

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Norte Alentejano, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 126.535.815 Euros e um total de capital próprio negativo de 5.206.349 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.335.116 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Norte Alentejano, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

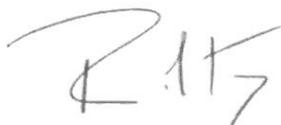
8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

## Ênfases

9. Sem afectar a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:
- 9.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.
- 9.2 A Empresa utiliza nas suas estimativas a informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que concerne aos valores do investimento, prazo de concessão e caudais. Esses pressupostos são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira do ano de 2010 submetido à aprovação do Concedente em 2010, rectificado, no que concerne ao nível de investimento, por carte enviada ao MAMAOT em 28 de Dezembro de 2012, para os quais a aprovação ainda não se efectivou. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras terá um efeito significativo nas mesmas.
- 9.3 O Capital Próprio da Empresa, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, totaliza o montante negativo de 5.206.348,52 Euros em resultado dos prejuízos incorridos nos últimos exercícios. Encontra-se assim perdida a totalidade do capital social, pelo que a continuidade da Empresa está dependente do reequilíbrio económico e financeiro da concessão e do continuado apoio dos accionistas.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)